This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

ORESCE·A·LUZ
CADÉMICA
DA SILVA
a Liberdade, 12
-TELEF. 20988

STANFORD
UNIVERSITY
LIBRARIES

RIA ACADÉMICA
EDES DA SILVA
artires da Liberdade, 12
ORTUGAL - TELEF. 25988

STANFORD
UNIVERSITY
LIBRARIES

150.

POLITICA

E

ECONOMIA NACIONAL

Obras do author

(BIBLIOTHECA DAS SCIENCIAS SOCIAES)

I	*Historia da civilisação iberica,* (2.ª ed.) 1 vol.
II-III	*Historia de Portugal,* (3.ª ed.) 2 vol.
IV	*O Brazil e as colonias portuguezas,* (2.ª ed.) 1 vol.
V-VI	*Portugal contemporaneo,* (2.ª ed.) 2 vol.
VII	*Elementos de Anthropologia,* (2.ª ed.) 1 vol.
VIII-IX	*As raças humanas e a civilisação primitiva,* 2 vol.
XI	*Systema dos mythos religiosos,* 1 vol.
XII	*Quadro das instituições primitivas,* 1 vol.
XIII	*O regime das riquezas,* 1 vol.

Os Lusiadas, ensaio sobre Camões, 1872.

O Hellenismo e a civilisação christan, 1878. 1 vol.

O Socialismo, 1872-3. 2 vol.

A circulação fiduciaria, Memoria premiada com a medalha de ouro no concurso de 1878 pela Academia real das sciencias de Lisboa; ed. da mesma Academia, 1 vol. 4.º

OPUSCULOS: Th. Braga e o Cancioneiro, 1869.

A reorganisação do Banco de Portugal, 1877.

As Eleições, 1878.

OLIVEIRA MARTINS

POLITICA

E

ECONOMIA NACIONAL

PORTO
MAGALHÃES & MONIZ, EDITORES
12 — Largo dos Loyos — 12
1885

C01671

DP662
O5

Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, rua da Cancella Velha, 70

ADVERTENCIA

Conselhos e instancias de varias pessoas em quem alguns d'estes ensaios [1] fizeram uma impressão porventura mais profunda do que elles comportam, me levaram a apresental-os de novo ao publico reunidos em volume.

Pareceu-me tambem que o momento não deixava de ser opportuno, agora que no espirito de toda a gente se radicou a idéa da aproximação d'uma crise, profundissima na opinião de todos, porventura mortal na opinião de muitos, ou pelo menos de alguns;

---

[1] Publicados na sua maxima parte durante a campanha que no anno de 1882 empenhei no *Jornal do Commercio* de Lisboa.

agora que o optimismo banal dominante nos ultimos annos parece ter perdido definitivamente um terreno que por honra do patriotismo e da intelligencia portugueza nunca devera ter ganho.

Coordenando estes escriptos avulsos procurei dar-lhes quanto possivel uma unidade e um nexo, de modo que, sem os alterar quanto á fórma em que primeiro viram a luz, podessem deixar no espirito do leitor uma impressão mais ou menos definida do vicio das doutrinas em que se agita a politica portugueza — se é que ainda a movem doutrinas de qualquer ordem, e não apenas interesses e urgencias das mais variadas naturezas.

Serviram-me sobretudo para thema das minhas considerações varias obras e documentos officiaes publicados durante o periodo em que militei na imprensa, desligado de qualquer partido, despido de qualquer pensamento que não fosse o de dizer sincera e francamente ao meu paiz uns punhados de verdades. Felizmente esses themas abrangem um largo circulo de questões e bastam, parece-me, para que o leitor possa abraçar o conjuncto systematico do meu pensamento.

A principiar pelas questões propriamen-

te politicas, o leitor verá que no momento actual se me afigura indispensavel desenfeudar o parlamento das duas influencias nefastas que, segundo o consenso unanime, reduziram o nosso regime constitucional a um grau de abatimento lastimoso. Perverteu-se a natureza peculiar das instituições; tornaram-se de facto as camaras (isto é, os deputados e pares tomados individualmente) o verdadeiro *executivo,* e tornaram-se os ministros o poder *legislativo,* pois que o menor cuidado dos legisladores é discutir as leis, e o maximo impôr aos ministros as suas exigencias, os seus *empenhos,* em beneficio do circulo, do influente, do eleitor — do compadre.

Essas duas influencias nefastas, sabemno todos, são a burocracia e o que se chama *campanario.* Os legisladores são na sua grandissima maioria empregados publicos: como deixará de ser a camara uma succursal das secretarias? como deixarão de ser os votos parlamentares uma sancção apenas, e as discussões positivas parodias? Admitte alguem sequer a hypothese de uma divergencia de opinião entre um ministerio e a sua maioria? Viu-se já uma só vez faltar a algum gabinete o apoio dos deputados por elle eleitos?

Mas esses mesmos legisladores, empregados publicos, e mais ainda os raros que o não são, vergam sob o peso de influencias locaes que os escravisam; e no pacto mais ou menos tacito celebrado com o governo recebem d'elle tudo o que reclamam, em troca do apoio incondicional dado a toda e qualquer lei mais ou menos impensada, mais ou menos estudada que sae — quando sae — do ventre das secretarias.

Dir-se-ia que d'este modo realisamos um systema de dictadura chronica e de governo pessoal exercido dentro dos moldes parlamentares. Não é porém assim, pois o legislador que votou de olhos fechados — muitas vezes por nem sequer ter intelligencia ou caracter bastante para os abrir — abre-os logo que a lei sua filha vae ferir Fulano ou Sicrano, *trunfos* do seu circulo, e corre ao ministro para que torça, para que suspenda, para que remedeie o mal que fez.

E o ministro obedece. E de facto os governos do paiz são governados por dois centos de legisladores, os quaes a seu turno se deixam governar pelos influentes, que por sua vez dependem dos galopins locaes. Ha por ahi taberneiro que n'um momento dado póde mais do que um ministro da corôa.

É indispensavel pôr ponto n'este desar-

ranjo da machina constitucional. Como? O remedio é obvio. Annullando uma pela outra as duas influencias nefastas e dando independencia a ambos os poderes, legislativo e executivo. O meio de o conseguir estaria, quanto a nós, na generalisação do systema da lista multipla para a composição da camara dos deputados: d'este modo os eleitos do povo deixariam de ser creações do snr. visconde d'Isto ou do snr. marquez d'Aquillo, pessoas omnipotentes nas varias regiões do paiz.

Por outro lado, o caracter mais pronunciadamente official ou burocratico de uma tal camara (se acaso é possivel ir além do estado actual) corrigir-se-ia compondo o senado ou camara de pares de modo que n'elle tivessem assento os representantes das forças vivas e das instituições nacionaes; compondo-o, não por eleição immediata, directa ou indirecta, mas por delegações das juntas dos districtos, dos tribunaes superiores, das associações commerciaes, etc. [1]

---

[1] Eis-aqui um exemplo de constituição da camara dos pares:

DO·ESTUDO·FLORESCE·A·LUZ
LIVRARIA ACADÉMICA
J. GUEDES DA SILVA
8, R. Mártires da Liberdade, 12
PORTO-PORTUGAL-TELEF. 25968
STANFORD
UNIVERSITY
LIBRARIES

tude indiscreta, mas não quadra ao pensamento amadurecido.

Construir porém a machina constitucional é apenas um primeiro passo. Engana-se, suppondo-se estadista, aquelle que imaginar ter feito tudo desde que fez a constituição. A constituição é como a casa: quer-se que seja ampla, ventilada, luminosa e bem disposta; mas é a casa apenas, não são ainda os habitantes. O palacio da constituição de um povo tem de ser occupado por uma especie particular de moradores — as idéas que se traduzem em leis.

Já lá vae o tempo, felizmente, em que cada grupo gizava o seu projecto e em que todos suppunham depender o bem-estar e a riqueza de um povo da adopção exclusiva de um certo systema de formulas constitucionaes. A cauda e o resto de um tal estado de espirito vemol-os no nosso radicalismo actual que, sem idéas definidas capazes de se traduzirem em leis, sem noções proprias ácerca do regime das forças e elementos sociaes, parece esperar tudo de uma solução theatral — do facto simples, e sob este ponto de vista relativamente indifferente, do poder moderador ser exercido por um rei ou por um presidente electivo.

Herculano dizia importar-se pouco que

outrem se sentasse n'um throno, n'uma poltrona, ou n'uma tripeça.

O grave, o sério, o importante, é que ao governo de um paiz presida, não direi a intelligencia nem a moralidade porque isso é obvio, mas sim uma comprehensão lucida e progressiva da authoridade e da missão do Estado.

Essa missão não consiste, não póde consistir unicamente em manter a ordem; e embora numerosos publicistas affirmem o contrario, os factos, com a sua eloquencia brutal, desmentem-n'os categoricamente.

Essa missão vae mais longe: abrange em si a iniciação e a protecção por via das quaes as classes miseraveis têm de subir gradualmente á dignidade de cidadãos conscientes; abrange em si o fomento da riqueza e o regime da sua justa equiponderação; inclue a instrucção e todas as varias especies de subsidios com que o Estado arranca dos negros fundos de miseria as populações desherdadas, e das entranhas do sólo e do mar as riquezas aproveitaveis; abraça no seu todo o systema dos instrumentos de uma sociedade, o imposto e a circulação, as alfandegas e a viação, a divida, a administração, etc., fazendo-os servir ao mesmo tempo de propulsores do bem-

estar, em vez de os considerar apenas como machinas de oppressão e aspiração extenuante.

Na segunda parte, e tambem na terceira d'esta collecção de Ensaios, estudei varias faces da questão sob este ponto de vista: cumpre ao leitor dizer se concorda commigo em que no nosso Portugal de hoje os vicios constitucionaes não são maiores do que os vicios organico-economicos.

Afigura-se-me que, entre as medidas mais urgentemente reclamadas pela economia do Estado e da Nação, se acham em primeiro logar as que dizem respeito ao equilibrio orçamentario, ao regime do imposto e á organisação da circulação. É absolutamente indispensavel que o Thesouro não só disponha dos recursos necessarios, como deixe de concorrer com os particulares, provocando uma elevação anormal da taxa do juro e condemnando assim á morte muitos ramos de trabalho e muitas fontes de riqueza publica.

N'este sentido eu entendo que, sem revolução nem crise, a deploravel situação actual melhoraria muito desde que as circumstancias permittissem a alguem realisar um systema de medidas cujos pontos fundamentaes me parece serem os seguintes:

— converter a actual contribuição de renda de casas e sumptuaria, com a industrial na parte que incide sobre rendimentos pessoaes, n'um imposto de renda progressivo que abrangesse na sua incidencia todos os proventos do trabalho e da riqueza movel superiores v. g. a 200$000 rs.;

— introduzir o principio da progressão, embora em grau mais moderado, no systema das contribuições prediaes, revendo e reformando as matrizes e melhorando a distribuição;

— reformar as bases em que hoje assenta o imposto industrial (excluindo d'esta especie os proventos pessoaes), fazendo-o render o que não rende e tornando-o equitativo;

— destinar da parte disponivel do excesso de producto dos impostos directos uma verba para a abolição gradual successiva de muitos impostos indirectos, ou de consumo, que são pauperisadores por aggravarem o preço das subsistencias das classes pobres, ou são, por outro lado, absurdos pela escassez do que produzem liquido;

— coarctar as faculdades excessivas das instituições locaes, juntas de parochia, camaras e juntas geraes, para o lançamento de tributos e emissão de emprestimos, li-

mitando as percentagens dos primeiros e fixando para os segundos uma relação inexcedivel entre a somma dos encargos das dividas e a dos orçamentos de receita;

— formar o cadastro dos bens nacionaes na posse mediata ou immediata da Fazenda (e dos que tenham de ser revindicados por ella) e realisar com todos uma operação de credito destinada ao fundo de amortisação da divida;

— decretar o principio da nacionalisação dos caminhos de ferro e o processo dos resgates successivos conforme as forças do Thesouro e as condições dos contractos, convertendo desde já n'um fundo especial amortisavel com hypotheca sobre as linhas aquella parte de divida fundada que foi applicada aos subsidios ou ás construcções das mesmas linhas;

— organisar a circulação fiduciaria conforme os typos mais adequados ao regime actualmente vigente em Portugal, de modo que a emissão de notas attinja o grau de que é susceptivel, que exerça uma influencia sobre a economia do desconto e produza uma receita para o Thesouro;

— introduzir no regime em geral do funccionalismo activo e inactivo as medidas necessarias de economia, reformando parcial-

mente os differentes serviços, e cohibindo o systema das accumulações que hoje se aproxima dos beneficios dos velhos tempos.

Medite cada qual no rumo que temos seguido ha trinta annos; veja despreoccupadamente a situação que se apresenta; repare nos resultados da combinação de um positivo desvairamento no recurso ao credito, que é o processo ordinario da gente perdida, com a profunda desordem lavrando em todos os serviços e em todos os espiritos; medite e diga se porventura, a menos de uma reforma radical dos habitos de governo, é possivel evitar, não só a crise do Thesouro, como a crise universal das instituições locaes que á imitação d'elle vão lançando addicionaes e endividando-se até aos olhos.

Não bastaria porém introduzir a ordem nas finanças: era necessario mais, era mister aviventar as forças productoras do paiz que, dia a dia, á excepção unica da agricultura, essa mesma açoitada hoje nas suas duas principaes fontes de rendimento, o pão e o vinho; que dia a dia, dizemos, ou se extinguiram como a marinha mercante, ou definham como todas as pequenas industrias, ou vivem uma existencia atribula-

da e precaria, debatendo-se cruelmente no exiguo ambito do mercado nacional sem terem para si, ao menos, os consumidores das colonias portuguezas.

E todavia metade da área do reino está inculta, e uma emigração descommunal vae buscar fóra trabalho que os estadistas não sabem como proporcionar-lhe dentro dos limites das fronteiras.

Afigura-se-me tambem que o exemplo das nações mais adiantadas e as indicações da sciencia estão dizendo que ordem de instituições seria necessario crear para abrir uma éra de fomento economico, prevenindo ao mesmo tempo as questões chamadas *sociaes* que agitam a Europa inteira e que só nos não affligem ainda a nós porque o grau de cultura das nossas plebes ruraes e fabrís é excessivamente baixo. Mas ha de subir.

Nos meus estudos e cogitações adquiri a convicção de que as medidas mais urgentemente reclamadas pela economia social portugueza se podem resumir ao seguinte:

— augmentar a área cultivada do reino, irrigando e arborisando especialmente a sua metade austral; creando centros ou colonias de lavoura com a gente que os

Açores, a Madeira e o Minho exportam, e instituindo para isso fórmas adequadas de propriedade e protecção;

— reformar as pautas aduaneiras conciliando quanto possivel as exigencias excepcionaes e excessivas do thesouro publico com as exigencias permanentes da defeza do trabalho nacional; inaugurando o principio da escala movel dos direitos protectores; fazendo desapparecer as contradicções monstruosas que viciam o systema pautal e encaminhando-o n'um sentido de simplificação das nomenclaturas e de reducção do numero de materias taxadas;

— promulgar um codigo do trabalho fabril, regulando as condições e o tempo do exercicio diario, estabelecendo prescripções com relação ao trabalho das mulheres e creanças, organisando o aprendizado, creando instituições preventivas das consequencias dos accidentes e da inhabilitação pela velhice;

— desenvolver, generalisar e unificar a instrucção profissional;

— federar as instituições de soccorros mutuos existentes, impondo-lhes um regulamento commum e fazendo servir os seus fundos para as operações de emprestimos sobre pequenos penhores;

— fomentar a organisação de sociedades cooperativas de consumo, de credito, de seguros, etc.;

— reformar o codigo commercial, incluindo n'elle com referencia ás sociedades anonymas disposições novas que definam claramente a sua natureza e os fins para que podem ser constituidas; garantindo os direitos e a propriedade dos accionistas e crédores; estabelecendo um processo seguro para as fallencias, estatuindo a capacidade necessaria para exercer o commercio, tornando bem claras as relações entre a legislação commercial e a civil, etc.;

— fomentar as pescarias e as industrias de preparação do peixe, transformando de accordo com as idéas do tempo a organisação archaica das armações e companhas de pesca;

— restaurar a marinha mercante e a construcção naval, empregando para isso os meios e processos adoptados hoje por grande parte das nações civilisadas;

— e finalmente fixar um systema de exploração das colonias, applicando a cada qual o regime adequado, descentralisando a sua administração, nacionalisando quanto possivel o seu commercio; applicando todos os recursos disponiveis e todos os

meios indicados para tornar a provincia de Angola uma fazenda rendosa, como outr'ora foi o Brazil; e generalisando aos estabelecimentos de além do Cabo da Boa-Esperança o principio do *self-supporting* e o regime de tratados internacionaes.

Eis ahi os traços geraes de um esboço de programma que, a meu vêr, acompanhado por uma organisação pratica e sensata do ensino — especialmente do secundario que é o mais importante n'uma democracia, e tambem o que chegou entre nós ao estado mais deploravel — poderia, parece-me, insufflar no corpo cachetico da sociedade portugueza um alento de vida e preparal-a para novas campanhas dando-lhe consciencia de si propria e sentimento da sua força.

Para o conseguir, porém, é mister passar uma esponja sobre a historia actual e recente, fazer um grande acto de contrição, apagar até a propria lembrança d'esta orgia *regeneradora* em que nos vemos ir a pique desoladamente impotentes, esperando tudo dos meios illicitos, alcançando tudo do compadrio, tornando Portugal inteiro com os seus quatro milhões de habitantes um grande viveiro de afilhados que ru-

morejam pedindo favores em torno do homem que se arvorou em compadre universal d'estes reinos.

Esta perversão intima de todas as coisas, este genero singular de governo que escapou á classificação de Aristoteles, é a *causa mortis* da nossa sociedade. Illusão cruel que põe os nacionaes de um paiz na situação dos povos que exploram gentes estranhas!

Porque os explorados afinal somos nós mesmos. Nós proprios, ou nossos filhos por nós, pagaremos dia mais, dia menos, as consequencias do erro fatal de nos pendurarmos ás abas do raglan de alamares do homem que fez da abjecção o principio fundamental do governo, e para quem Portugal se resume nos dois ou tres centos de mendigos influentes que zumbem e intrigam em volta d'elle.

Elle rege o paiz como coisa sua e rege-o mal e desastradamente; e nós que abdicámos os nossos direitos e a nossa dignidade até nas suas mãos; nós que somos afinal os donos da propriedade emphyteuticada ao bando *regenerador,* havemos de gemer no dia em que a ironia amarga nos chicotear o lombo com os açoutes das desgraças que preparámos por nossas mãos

impotentes, e que elle amontoou com as suas, erguido o index para o ar n'um gesto petulantemente soberano.

Para os homens emprega-se um systema unico: a veniaga. «Que quer elle?» Para as instituições usa-se de um unico systema: sophismal-as. Um padre-mestre do partido, tendo pedido auxilio a um homem sério e illustre para a candidatura a deputado de um idiota, e objectando-se-lhe que ao menos escolhessem gente capaz, respondeu: «Idiotas é que nós os queremos: se o não fossem, davam-nos com uma tabua bem sabe onde.» As anecdotas authenticas pintam ao vivo as situações.

A tal ponto de perfeição chegou o systema com trinta annos de existencia, depois que Rodrigo da Fonseca proferiu o celebre axioma: «Deputados e casas compram-se feitos.» Os herdeiros da sua doutrina mostraram-se, como se vê, dignos da lição do Mestre.

Que importa que ao regime da corrupção omnimoda e universal os *regeneradores* cosessem o plano dos melhoramentos materiaes? A construcção de estradas e caminhos de ferro, empreza sem duvida util e que seria infallivelmente levada a cabo quer houvesse regeneradores, quer não, foi

porém nas mãos d'elles um *instrumentum regni* com o qual poderam alargar a área da corrupção politica, com o qual illudiram a gente de boa-fé, arrastando *as finanças* á sombra dos *melhoramentos* para a situação obscura em que se acham ao cabo de trinta annos de fomento incomparavel — segundo dizem! — forçadas a ir recorrer a um imposto obsoleto, ominoso, como é o do sal.

É que a immoralidade andou sempre de braço dado com a mesquinhez de intelligencia proverbial dos coripheus que viam n'uma pyramide symbolica «acima do cavallo da diligencia o tramway, acima d'este a locomotiva, e acima de tudo o progresso!»

É que a comprehensão intima das funcções economicas do Estado se resumia para taes homens nos progressos da viação! A sua furia pelos caminhos de ferro foi até ao ponto de, não lhes bastando já Portugal, ir dotar com elles a Hespanha. Sómente nunca a *Regeneração* bateu uma vez unica na testa perguntando se não conviria olhar mais um pouco para a producção e menos um tanto para a circulação da riqueza. É que ella, propugnadora e defensora do systema das dividas consolidadas, fez da viação um crédo, poz-se de joelhos diante dos

carros e wagões e acreditou piamente que bastava abrir caminhos para inventar productos.

E todavia se não fossem as leis da abolição dos vinculos e da desamortisação, a abolição do privilegio da barra do Douro e a do Contracto do Tabaco; se não fosse esse conjuncto de medidas economicas que remataram a obra restauradora de Mousinho da Silveira — e que os regeneradores não fizeram — ainda os caminhos de ferro seriam uma ruina para os capitaes particulares como o foram para o Thesouro.

Apesar d'isso, porém, não ha duvida que os *melhoramentos materiaes* cooperaram no sentido do augmento da riqueza publica, mas de tal modo foram feitos e a taes desvarios serviram de pretexto que levaram a nação ao estado em que se vê. Endividaram a mais não poder ser o Thesouro, difficultando hoje os meios para o fomento da producção propriamente dita; e o homem que via dependente a salvação da patria do facto dos portuguezes serem obrigados por lei a viajar três mezes [1], pôde contemplar-se

---

[1] Disc. do snr. Fontes em 18 de janeiro e 2 de abril de 1856.

vaidoso e inchado como um personagem a valer, fazendo acreditar a muita gente mais ou menos directamente paga que elle, o das mãos rotas, era verdadeiramente um estadista.

Tanto se desceu que se chegou ao ponto de se proclamar genio a faculdade de sophismar todas as leis, de comprar ou enganar todos os homens — e para coisa nenhuma! para na vespera da abertura das camaras se encarregar á pressa, de corrida, a Este ou Aquelle, um projecticulo de imposto do sal ou da aguardente. E esta corrupção no vazio passa — ou passou por muito tempo — como a summa sabedoria! Guizot corrompia, é verdade; mas o francez tinha um fim tão claro e systematico, como entre nós o teve o snr. marquez de Thomar que o escolheu para modelo.

Agora porém corrompe-se apenas para conservar immovel e inalteravel um estado de coisas que não póde levar senão ao destino certo d'aquelle que escorregou n'um pégo e pela calada de uma noite sombria vae gradualmente afundando-se n'um poço de lodo fôfo, até que se sóme.

Chegámos ao momento em que a agua suja e viscosa dá pela barba: ha ahi al-

guem que nos acuda e nos tire do atoleiro immundo?

Tal deveria ser a missão nobilissima do partido cujas tradições são a honra intemerata e a dignidade altiva; do partido que contou entre os seus Passos-Manoel o grande democrata, e Sá-da-Bandeira a quem Herculano chamou o Bayard portuguez; do partido querido de D. Pedro v, esse rei mallogrado e superior á sua sorte.

Mas era mistér que o antigo partido *patuleia* se inspirasse n'uma politica nova e que, abandonando a preoccupação exclusiva de juristas mais ou menos radicaes, hoje que as questões de direito publico por toda a parte se subalternisam ás de economia social, mostrasse, perante a restauração da authoridade e da riqueza nacional e perante a protecção a dar aos desherdados da fortuna, o mesmo espirito democratico de que em outros tempos deu provas quando se tratava de dotar o povo com garantias e direitos politicos.

Esta é a unica maneira actual ou *moderna* de se ser *patulcia*. Fóra d'ella as mais nobres aspirações não passam de archaismos, nem chegam a entrar no terreno das realidades. Fóra d'ella, diante de inimigos

destituidos de enthusiasmo e tambem de escrupulos, a sorte inevitavel do partido é ser permanentemente codilhado ; é vêr a cada passo os rivaes tomarem-lhe a dianteira confiscando em proveito seu as iniciativas alheias; é perderem afinal o carater proprio ficando na condição de monumentos venerandos de um passado extincto, porque não souberam medir o passo pelo caminhar do tempo e vieram a achar-se sós em campo desamparados da pequena burguezia e da plebe que n'outras edades constituiam a sua força.

E essas classes, sem partido em que se arrolem, começam por descrêr de uns e de outros : dos regeneradores porque sempre os desprezaram e dos progressistas porque afinal os não vêem fazer mais do que os contrarios; começam por descrêr, e gradualmente vão amontoando os elementos de uma crise constitucional talvez funesta, perigosa decerto.

Todavia a tradição do antigo partido progressista podia salval-o ainda, salvando-nos talvez a todos nós n'este momento de instabilidade gravissima. A opinião inteira do paiz, se até certo ponto lhe tem negado a capacidade governativa, jámais lhe recusou o nobre titulo de honrado. E este cre-

dito é a melhor ancora quando a mudança indispensavel das coisas reclama antes de tudo a substituição da veniaga pela moralidade no governo da nação.

As experiencias mais recentes (1868) mostram porém que a moralidade por si só é insufficiente para reger um povo profundamente contaminado pelo virus *regenerador*. É mister que á honradez os governantes juntem a habilidade e a intelligencia, a noção clara do fim e a comprehensão lucida dos meios pelos quaes é possivel levar a cabo a empreza da transformação da sociedade portugueza.

Inspire-se pois o partido progressista das idéas que, não eu, mas o paiz inteiro lhe impõe, expressas nos vagos desejos de uma vida nova, e não poderá deixar de encontrar apoio no povo que tão depressa visse realmente n'isso um interesse e um incentivo acudiria logo a alistar-se outra vez em volta dos chefes néo-patuleias. Creia que o mal dos partidos constitucionaes é não terem raizes profundas na gleba popular, e serem apenas estados-maiores sem soldados. A *Regeneração* compõe-se dos conselheiros das secretarias alliados a umas duzias de conselheiros ricaços: é este o futuro que sorri aos progressistas?

Pois é sem duvida o que os espera pelo caminho em que têm ido.

Lembre-se o rei do que lucrou seu avô em se bandear com um partido; lembre-se do que lucrou sua mãe em se identificar com a causa cabralista; medite em que não ha hoje, nem uma guerra, nem a illusão de uma doutrina, para desculpar taes desvairamentos; reconheça que os seus escrupulos e os seus receios — falla pela minha voz, como n'outras éras, o sentimento profundo mas não hostil da arraya meuda — põem em risco a magistratura que exerce.

Lembremo-nos finalmente todos nós, povo, de que no ponto a que as coisas chegaram não ha remedio possivel fóra de uma vida nova, em que, pondo de parte interesses e rivalidades pessoaes e partidarias, esquecendo as questiunculas mesquinhas dos conventiculos politicos, nos disponhamos sinceramente a metter mãos á obra reformadora da nossa sociedade; a dissipar por uma vez a illusão cruel de que explorando por todos os modos o Estado nos não exploramos a nós mesmos; e a varrer para bem longe de nós todos aquelles que fazem ou fizerem d'essa illusão o alicerce do seu poder funesto.

Janeiro de 1885.

PRIMEIRA PARTE

POLITICA

I

QUESTÕES DE POLITICA POSITIVA

DA NACIONALIDADE E DO GOVERNO REPRESENTATIVO

por Antonio de Serpa Pimentel

Lisboa; liv. Bertrand, 1881. In-8.º de XI-289 pag.

Estão perante nós um livro e um author, ambos dignos da nossa attenção, do nosso respeito e da nossa sympathia.

O nome do snr. Antonio de Serpa é sobejamente conhecido por todo o paiz. Homem politico e jornalista, ministro de estado mais de uma vez, o antigo poeta que rimou á moda de outros tempos sem desdouro, mas sem esplendor singular, deu-nos ha pouco um *Ensaio* sobre Alexandre Herculano, e dá-nos hoje um livro de politica.

A nossa sympathia pelo homem (pondo agora de parte quaesquer motivos estranhos ao assumpto que nos occupa) provém em primeiro logar do facto raro entre nós de um personagem que ao mesmo tempo in-

*

siste em ser escriptor. Quem não mirrou de todo na politica; aquelle a quem os ares miasmaticos da intriga parlamentar, financeira, burocratica, não seccaram inteiramente o viço de pensamentos fortes e sinceros, a flôr de candura ingenua sem os quaes a penna estaca immovel sobre o papel; esse homem, qualquer que seja o valor dos seus escriptos, tem ainda no fundo da alma uma nota sã e na harpa do pensamento uma corda por partir.

O escriptor — e só é digno de tal nome o que não faz da penna um instrumento ou um degrau — foi, é, será sempre um ingenuo de quem o homem pratico se rirá eternamente. Nem gosa, nem enriquece! É que os homens praticos ignoram a somma de felicidade placida, de socego innocente, de prazeres candidos, que compõem a vida de quem communga na solidão com o mundo purissimo das idéas — mundo tão visivel para o contemplativo, que Platão fez d'essas idéas sêres reaes, dando corpo ás delicias do pensamento como quem désse individualidade aos sons aéreos de uma harpa.

Os livros recentes do snr. Serpa mostram que o instrumento interior d'este poeta deslembrado já, afinando-se por tons novos, não se partiu comtudo nos azares da vida pratica, onde quasi todos naufragam... Isso mostra ainda como era rija a tempera das doutrinas que ensinaram a geração de nossos paes — rija, digo, sem com isto julgar coherentes, nem decisivas as doutrinas, como elles pensavam serem.

Ninguem dirá que o escrever livros, maneira bem sabida de conquistar honras e logares, seja para o nosso author um instrumento. Elle não tem mais que subir, nada tem a ambicionar d'aquillo que o nosso mundo portuguez póde dar aos seus escolhidos. Que no seu jornal procede como homem pratico, tratando da sua politica, sabe-se ; mas nós não nos occupamos agora do jornalista, e o author do volume que temos diante de nós não ganhará com elle nem dinheiro, nem seis votos em qualquer eleição. Gloria tampouco a terá ; o paiz só a concede a quem o diverte e não a quem o ensina.

O motivo d'este trabalho ha de encontrar-se pois n'essa força intima que impelle todo o que pensa a communicar o seu pensamento ; n'isso a que eu, interpretando o juizo dos homens praticos, chamo ingenuidade. É essa candidez de alma que accende a curiosidade scientifica, e, se não conserva em todos uma ardente confiança optimista, mantem invariavelmente vivo o respeito e o amor pelas idéas e pelas coisas, pela humanidade e pelo mundo, pelos outros e por nós mesmos, impedindo-nos de cahirmos na bestialidade pratica atraz do proximo que esmagamos com o nosso desprezo indifferente.

Os livros do snr. Serpa não são obras de um sceptico, distrahindo-se por desenfado desdenhoso : são affirmações de um pensamento que nós poderemos discutir na sua consistencia, na sua originalidade e na sua força, mas que temos de reconhecer e prezar, tan-

to mais quanto lhe observamos o desejo vivo de se rejuvenescer nas doutrinas de hoje; quanto, sobretudo, nos apparecem brotando d'um espirito solicitado e inevitavelmente deprimido pelas exigencias da grandeza politica. Os livros do snr. Serpa não são como os romances de um Disraeli, ou as *Memorias* que habitualmente deixam os estadistas derreados pela vida: seriam os livros de um philosopho, ou as monographias de um professor, se a politica deixasse tempo bastante ao escriptor para amadurecer os seus pensamentos ou profundar as suas escavações.

Basta folhear o livro, observar as referencias que acompanham cada pagina, para se vêr que o author alimentou o seu pensamento com obras de merecimento inferior ao seu talento, com artigos de *Revista*, ensaios fugitivos, lidos ao serão nos vagares das occupações politicas ou burocraticas. Mas eu não receio errar dizendo que uma, muitas vezes, o nosso author, solicitado por uma d'essas occupações, abandonaria com pezar a leitura, e caminhando para o seu Centro ou para o Terreiro-do-Paço, iria considerando com os seus botões como é dura e semsabor a vida, quando a gente em rapaz não montou a cavallo no destino, pondo-lhe um freio, cravando-lhe as esporas e obrigando-o a obedecer-nos.

Genio esquivo e caprichoso, o do pensamento foge quando lhe não somos fieis: quer um culto permanente e sério — como era o dos monges antigos nas suas cellas, na vastidão placida das grandes livrarias afas-

tadas. Governem outros o mundo, que eu vivo fóra d'elle, para o pensar e para lhe dizer quem é — assim cogitava o monge curvado sobre os seus livros ponderosos.

Hoje todos são chamados a governar o mundo: por isso os livros são breves, ligeiros — e ephemeros tambem. A *Revista* succedeu ao *In-quarto*, o *Ensaio* succedeu ao *Tratado*. Quer-se aprender apenas o necessario e depressa: ha um discurso a proferir ámanhã, ha na saleta uma duzia de pretendentes ou de influentes; o dia passa rapido, á noite o *mundo* chama-nos dos salões abertos, e as vigilias prolongadas fatigam o cerebro, enervam o espirito chicoteado pela agitação. É necessario acordar de noite ainda, quando os passaros começam a chilrar; é necessario vêr romper a aurora e o sol erguer-se todos os dias, para que tambem cada dia, na limpidez da alvorada, nos nasçam no cerebro as idéas profundas e nitidas. Quem quizer pensar e saber, madrugue.

O homem pratico não póde madrugar. O seu estudo nem tem frescura, nem intensidade. Insensivelmente perde o habito da meditação, se alguma vez o teve. Costuma-se ao alimento indigesto da *Revista dos dois mundos*, quando se não limita a consultar o Larousse, pensando, ao lêr uma vez por outra um oitavo francez das collecções para os homens-do-mundo; pensando, digo, que por ter introduzido na memoria uns termos e formulas novas, colheu os elementos sufficientes para ter opiniões suas. Essa illusão, que sem

duvida suppre o necessario para discursar na camara, dando ás questões especiaes que se conhecem (ou se não conhecem) um verniz de *idéas geraes*, desmancha-se quando se sae do parlamento para a livraria. Vê-se então que superficialidades ficaram enkystadas nas cabeças nutridas pela *Revista dos dois mundos*, e essas idéas geraes parecem mesquinhas e pèccas.

Ninguem supponha, comtudo, que eu adoro o pedantismo professoral dos especialistas, gente que vê o mundo através do oculo da exclusão escolar. Tudo está em tudo, e pobre do espirito que, confundindo a erudição com o saber e o magisterio com as lettras, pensar que todos os livros devem ser didacticos e todo o pensamento especial. A erudição é por essencia particular, o saber é por natureza geral. Nenhum economista philosopho poderá sel-o, ignorando a mythologia ou o direito; embora se não torne necessario nem até conveniente que um homem seja ao mesmo tempo especialista em *folk-lore*, por exemplo, e no machinismo dos bancos. Mas é fóra de toda a duvida que uma theoria do juro ou da renda, digna de attenção, só poderá sahir de uma cabeça que ao mesmo tempo cogite e conheça as instituições e crenças dos povos primitivos e a historia das nações em todas as phases diversas.

Não serei eu, pois, que porei de quarentena, como o povo diz, as theorias do snr. Serpa, por virem de um homem que não é professor, nem especialista, sendo ao mesmo tempo publicista e financeiro: a vastidão e a fecundidade foram, e serão sempre, os caracteres pro-

prios do pensamento creador que, sem poder, nem dever ser encyclopedico, tem de abranger por força em si a universalidade de um ramo pelo menos dos conhecimentos humanos, não em cada uma das suas particularidades, mas no conjuncto systematico da sua structura. Sem fallar em homens que subordinam o corpo dos conhecimentos humanos a um ponto de vista metaphisico, como um Schelling ou um Hegel, temos, em nomes como os de Roscher, de Laveleye, de Cournot, por exemplo, typos de pensadores e de escriptores, no mais elevado sentido da expressão; homens que abrangem, com uma comprehensão possante e creadora, os casos particulares que a erudição esmerilha, formando com elles as theorias geraes que satisfazem a razão, e sem as quaes póde haver conhecimentos, mas não ha sciencia ou saber propriamente dito.

O snr. Serpa esforça-se por se inscrever n'esta pleiade de homens: faltam-lhe os vagares para a investigação erudita, e a propria vida pratica lhe mostra sem duvida a preeminencia devida á direcção intellectual. O seu espirito procura retemperar-se nas idéas e tendencias modernas do pensamento europeu; e, a principiar pelo titulo do seu livro «Questões de politica positiva», vê-se o proposito de se collocar a par da gente nova que progride.

«Politica positiva», diz o author, e o adjectivo tem um alcance doutrinal: é a politica *positivista,* que porventura deveria ter dito. Com effeito a p. III lêmos:

«não partimos de principios metaphisicos e abstractos; seguimos o methodo experimental; examinamos os factos, e procuramos na sua synthese encontrar a lei natural que os domina.»

Eu não discutirei agora essa doutrina. O author toma-a para si, como tantos outros, por um compromisso ou por uma tendencia espontanea. Temos que discutir muito no que são as theorias praticas do livro do snr. Serpa, para nos deixarmos perder no incidente de uma analyse do seu ponto de vista positivista. Entretanto, farei um reparo apenas. Diz o author que «examinará os factos procurando na sua synthese a lei natural que os domina.» Isto parece, á primeira vista, simples, natural e facil: pois não é. A idéa de lei é uma noção metaphisica; sem metaphisica não se concebem leis — concebem-se apenas séries de casos. A observação encontra uma série de casos ou factos; mas não basta isso para constituir uma lei, pois a observação é incapaz de nos affirmar que taes factos tenham de tornar a ser, por isso apenas que fôram; ou que taes movimentos tenham de continuar-se ou de repetir-se, por isso que uma vez se deram. A observação póde coordenar casos, mas não póde definir leis se não fôr illuminada pelo criterio da razão pura — essa metaphisica tão ridiculamente apodada por todos os que, vivendo n'ella, não a sentem nem a pensam. Assim, certos animaes cegos, se fallassem, negariam a luz.

A philosophia do nosso author não prima, pois, pelo

alcance, nem pela novidade: é o positivismo superficial dos livros vulgares, enxertado sobre o individualismo que na sua mocidade o snr. Serpa aprendeu nas lições kantistas do snr. Ferrer e na leitura dos livros da geração romantica. A iniciação não penetrou ao ponto de refazer o homem, que nos apparece antigo com um *rifacimento* de modernismo. Ganhou com isso o pensamento em força, agudeza, vastidão? Não me parece; e a critica do livro o provará.

Antes de nos embrenharmos n'elle examinemos o titulo e os indices, para vêr se, exteriormente ao menos, a construcção tem unidade; ou se é apenas uma série de *ensaios*, como o titulo de «Questões» leva a suspeitar. Essas *questões* são duas, no rosto da obra — a nacionalidade e o governo representativo; mas no indice apparecem-nos como appendice outras duas — o suffragio e o funccionalismo. Que nexo ha entre estas coisas?

O suffragio é decerto inherente á representação: sel-o-ha porém o funccionalismo? Que relação existe entre a questão das nacionalides e a do governo representativo?

Á perspicacia do author não escapou este ponto. Elle pretende que a sua obra não seja um aggregado de ensaios, e busca o principio de unidade dizendo-nos que «as guerras internacionaes e as guerras civis e revoluções, que têm havido n'este seculo, têm tido respectivamente por causas a questão da nacionalidade, ou a questão da fórma do governo e da liberda-

de. » (p. III). N'esses dois pontos se cifraria, pois, a summa dos problemas do nosso seculo e o livro seria, assim, como a chave do enigma europeu.

Não são necessarios grandes esforços de dialectica para mostrar quanto é artificial este laço, com o qual o author quer dar unidade á sua obra. Pois o duello geographico-commercial da Inglaterra e da Russia, que deu a guerra da Crimêa, e decerto dará mais guerras ainda, prende-se acaso á questão da nacionalidade? Pois o passarem os slavos da mão da Turquia para a da Austria, como se viu ha cinco ou seis annos, ou o dominar a Allemanha ou a Russia em Constantinopola, como se vê hoje, são questões de nacionalidade? Pois é questão de nacionalidade a guerra da França contra a Prussia?... Onde fica o equilibrio? Onde põe os interesses geographico-commerciaes? A unidade italiana e a allemã deram, sem duvidá, guerras em que o principio da nacionalidade tem um papel grave, predominante se quizerem, mas de modo nenhum exclusivo: essas guerras, porém, não são as unicas, longe d'isso, no nosso seculo.

Por outro lado, diz-se-nos que « a questão da fórma de governo e da liberdade » é a causa das revoluções e guerras civis do nosso tempo — d'este nosso tempo que acclama o opportunismo, até no seio do proprio gabinete de que o snr. Serpa faz parte agora mesmo! Pois não ouve o author a Irlanda a revolver-se com fome, agitada por uma revolução agraria? Pede ella « fórmas de governo e liberdade »? Não; pede pão. — Pois não

ouviu a cascalhada das metralhadoras da communa de Paris em 1871? não repara na agitação das *grèves?* não observa o desvairamento religioso (a seu modo) dos nihilistas russos? Não era já homem quando Paris verteu tanto sangue nos famosos dias de junho de 1847?... Ao contrario; dizemos nós. A questão da «fórma do governo e da liberdade» agita hoje mediocremente os espiritos: as revoluções do ultimo quartel do seculo XIX são sociaes, não são romanticas, politicas, ou doutrinarias.

O snr. Serpa, com a sua educação antiga, escreveu a segunda metade do seu livro, e com o seu novo positivismo escreveu a primeira. Vêem-se os dois homens, os dois pensamentos: não se vê o nexo dos ensaios, nem a unidade da obra.

Isto assente, analysaremos separadamente cada um dos ensaios que a compõem.

*
* *

O primeiro dos ensaios que formam o livro do snr. Serpa trata do principio das nacionalidades e começa por indagar quem foi o primeiro escriptor que deu curso á palavra. Não acompanharemos o author n'essa excursão mais curiosa do que importante: as palavras valem pelo que exprimem, e abundam exemplos, mórmente no nosso tempo, de palavras que rapidamente, passando de mão em mão, mudam de significado. Assim, v. g., o vocabulo Anthropologia tinha na linguagem de Kant uma accepção e um valor inteiramente diversos do que hoje é corrente.

Mas, se o nosso author se fatiga a investigar a origem da palavra nova, eu, lendo-o, ponho-me a pensar na razão da perda de uma palavra antiga — nação. Essa palavra teve por seculos um significado seguro e certo, andou no vocabulario da politica, da philosophia e da linguagem commum. E os authores que, como o

snr. Serpa, se cançam a definir o que seja nacionalidade, parece esquecerem que deixam na sombra um termo affim, proximo, um termo corrente e de significação sabida — a nação.

Desconfio que apprehendemos aqui o fio de uma série de observações fecundas.

« Nos tempos primitivos, diz o snr. Serpa (p. VI), ha guerras de raças e de tribus... depois guerras provenientes das emigrações dos povos... guerras de conquista... guerras de rivalidade commercial... de religião... de dynastias... Só no seculo actual apparecem declaradamente as guerras de nacionalidade. »

Não discutamos este periodo onde se tortura a historia de um modo singular. Que significação dará o snr. Serpa ás guerras e revoluções da Italia moderna anteriores ao seculo XIX ? Acaso no pensamento de um Machiavel não ha tão nitida a idéa do renascimento da Italia, como no de Cavour que chegou a vêl-a realisar-se ?

Prosigamos, todavia, e admittamos, apenas para a boa ordem do nosso estudo, que a idéa de nacionalidade, e portanto as guerras inspiradas por ella, são um phenomeno exclusivo do nosso seculo. Temos de analysar a theoria d'esse sentimento ou idéa nova, conforme a formúla o nosso author, e por isso não podemos desviar-nos em divagações, inherentes sim, mas não essenciaes ao assumpto.

Não se confunda, diz-nos o snr. Serpa, a questão das nacionalidades com a das raças: isto é, não se limite o phenomeno da nacionalidade á condição da stirpe ethnogenica. Porque? Porque «as nacionalidades são em relação ás raças o que são no mundo botanico e zoologico as variedades em relação á especie» (p. VI). Variedades localisadas e com vida independente, differenciam-se, tornando-se como especies — isto é, nacionalidades.

Esta doutrina, a meu vêr, exactissima, mostra-nos que, pelo contrario, é necessario *confundir* o que o author chama a questão das nacionalidades com o que chama a questão das raças. Pois se o que as caracterisa é a *differenciação* (embora esses caracteres differenciaes, por fixos, se tornem como especificos), é evidente que todas as indagações referentes á ascendencia ethnogenica têm um valor predominante.

Nem o nosso author o nega: apenas a indeterminação do seu pensamento ácerca da definição da palavra raça e da idéa de especie é causa da ambiguidade obscura do texto n'este ponto. Mais além (p. 13), dando-nos a que chama *definição scientifica*, diz assim:

«A nacionalidade é um producto natural da raça, dos meios geographico e climatologico e das circumstancias historicas.» Não posso deixar de applaudir com ambas as mãos esta definição, eu, que a formulei e fundamentei ha tempo no meu livro das *Raças humanas*. A nacionalidade provém do homem, do meio e da historia, no desenvolvimento espontaneo e reflexo

das suas evoluções respectivas e do concurso dos seus elementos activos. A nacionalidade é a funcção resultante da energia humana sobre o local, da reacção do local sobre o homem, e dos accidentes que o encontro, o choque, a penetração de nacionalidades concorrentes e parallelas determinam, produzindo o que se diz historia.

Posto isto, é innegavel que encontramos um agente primordial — a raça, ou antes, o caracter e physionomia particular de um grupo de gente (pouco importa agora como esse caracter se formou), em torno do qual, obedecendo e reagindo, funccionam as influencias mesologicas e historicas. A questão da raça (como o nosso author se exprime) parece-nos pois não sómente *um* elemento, parece-nos o elemento primordial no estudo de uma nacionalidade. O local e a historia darão, sem duvida, physionomia differencial; mas os traços fundamentaes, como desenho e como limites, serão os primitivos : nunca a historia, nem o clima poderão apagal-os. Assim no sólo da Grecia os hellenos deram Platão, e os turcos deram coisa nenhuma.

Se, portanto, nós applaudimos a definição de p. 13, não podemos por isso mesmo applaudir a de p. 11, que a contradiz : « A raça é *um* elemento da nacionalidade, porque é a origem de qualidades communs que se transmittem pela hereditariedade ; mas o *caracteristico* da nacionalidade é a vontade popular, é o querer de todos que se guia pelo interesse commum, pelos habitos, pelos costumes, pela consciencia nacio-

nal, e não pelas idéas mais ou menos contestaveis, que sómente são conhecidas dos sabios e dos eruditos. » Ora que idéas são essas? Que interesses communs, habitos e costumes são os que não vêm transmittidos pela hereditariedade? Com effeito, o texto é confuso, e, n'este caso, o critico vê-se forçado a interpretal-o.

Cogitando, eu penso que n'esta pagina acudiram espontaneamente ao nosso author considerações filhas do seu talento, da sua perspicacia e do seu bom sénso; considerações que por falta de digestão mental contradizem as suas definições *scientificas* — isto é, bebidas nos livros de Spencer e outros. Se o snr. Serpa tivesse tido tempo e vagar para reflectir, notaria n'este momento o lapso, que não é seu apenas antes commum em nossos dias — o esquecimento da palavra Nação, palavra antiga, eterna, e que nem por estar fóra de moda vale hoje menos do que valeu sempre. E, desde que pozesse ao lado as duas palavras — Nação, Nacionalidade — as suas duas definições deixariam de ser contradictorias, porque a de p. 13 dá o sentido do termo novo, e a de p. 11 o do termo velho.

Nós dizemos (e já, respondendo aos criticos da minha *Historia de Portugal,* eu tive occasião de tocar este ponto) d'esta fórma:

Nação — é aquelle gremio de homens que adquiriu cohesão organica, tradições, habitos e vontade ou consciencia commum, quer na sua constituição os fundadores tivessem, quer não tivessem affinidade ethni-

ca, e quer até occupassem ou não occupassem um local adequado.

Nacionalidade — é aquelle aggregado de homens a que uma tradição de ascendencia commum dá uma base ethnogenica.

D'este modo, houve, ha, e haverá nações que não são nacionalidades; assim como abundam as nacionalidades que não têm, que até não podem ter, a vida autónoma propria das nações.

A historia e a actualidade fornecem-nos exemplos abundantes de nações que não são nacionalidades, conforme a definição do snr. Serpa e nossa. A Inglaterra, amalgama de celtas e de germanos; a Suissa, com latinos e teutões; a Austria, com slavos, allemães e italianos — são exemplos, entre muitos; exemplos correntes, a que eu, na minha singular e condemmnada temeridade, juntei Portugal, e a que a historia junta acima de tudo o imperio romano.

A historia, a actualidade e o proprio livro do snr. Serpa prestam-nos por outro lado exemplos de nacionalidades que não são nações — que nem o podem vir a ser, como as nacionalidades errantes dos judeus, dos ciganos, dos armenios (p. 22-3). Que o antigo poeta romantico lamente ainda a sorte da Polonia origem de tantas odes, comprehende-se; mas que o estadista conservador assente em principio, como o faz (p. 20), a necessidade da constituição de *todas* as nacionalidades em estados independentes, não se comprehende tão facilmente. A famosa *sciencia* tem no ventre aberra-

ções sem conto! O doutrinarismo modernissimo conturba a vista de homens que pela edade, pelo lidar com as coisas, deviam ter lucidez e senso pratico. A um estadista, ministro dos negocios externos de um paiz, não se permittem opiniões só desculpaveis em quem acaba de sahir dos bancos da escóla recheiado com as formulas dos livros vulgares.

«Em regra, diz o sr. Serpa (p. 20), cada nacionalidade deveria constituir um estado independente... A utopia do desarmamento geral e da paz universal sómente poderia conseguir-se quando aquelle resultado viesse a realisar-se.» Ainda bem que lhe chama utopia! Mas, se a consequencia d'esse desiderato famoso é tal, que valor tem a tendencia em si? Utopia é o desarmamento; aberração do pensamento é a identificação systematica das nações e das nacionalidades; aberração maior a de suppôr que, ainda quando fosse possivel conceber-se uma tal Europa, essas nacionalidades visinhas perderiam para logo os instinctos de cubiça, de ambição, de invasão, que caracterisam todos os homens, de todas as raças. Que singular obcecação a das doutrinas, quando ainda ha dez annos vimos os teutões em massa precipitarem-se sobre os celtas da França!

E, se cada nacionalidade se constituisse n'um estado independente, que se faria das nacionalidades errantes? Não ficariam ellas ainda para protestar contra a theoria, se por um impossivel se realisasse a utopia?

E, quando tudo estivesse conseguido — a paz universal, o desarmamento, e as nacionalidades todas constituidas em estados independentes — que succederia?

É facil inferil-o da definição do snr. Serpa, embora essa definição condemne ao absurdo a sua conclusão. O movimento de differenciação e fixação, analogo « ao que são no mundo botanico e zoologico as variedades em relação á especie » não podia parar, como não pára na zoologia nem na botanica; e d'ahi viria sem duvida a formação de nacionalidades novas, o recomeçar da historia com as suas guerras — e o dissipar da utopia que leituras mal ruminadas introduziram no cerebro de um homem sabedor, discreto e perspicaz, mas absorvido em demasia por cogitações de outra ordem.

Da confusão d'estas duas entidades parallelas — a nacionalidade e a nação — uma do fôro da ethnologia e outra do da historia, uma organica e espontanea do grande animal social outra reflexa e consciente no patriotismo dos povos; da confusão d'estas coisas distinctas, embora com frequencia ligadas no gremio vivo e actual de muitos povos, vém os defeitos da theoria, e vém tambem os deploraveis desvios da observação.

Pois quem ha que, olhando para a nossa Europa (a ella limitou o snr. Serpa o seu estudo) se atreva a dizer que o principio das nacionalidades é o factor exclusivo dos seus movimentos internacionaes? E o equilibrio? e as fronteiras? Pois na propria hora em que Na-

poleão III fazia a unidade italiana, não arrancava á Italia a Saboya e Niza? Seria em nome do principio das nacionalidades? É em nome d'elle que a Allemanha arranca á França a Alsacia e a Lorena; mas essas provincias, francisadas, não *queriam* ser allemãs: onde está pois a *nacionalidade?* no *querer,* segundo a definição de p. 11? ou na *estirpe,* segundo a de p. 13?

Não está em parte nenhuma; está n'este caso, como em tantos outros que seria ocioso e longo enumerar, nas exigencias de defeza dos estados, no equilibrio das potencias que são monstros armados, ameaçando-se e temendo-se.

Não ha duvida que o principio das nacionalidades tem uma funcção eminente nos movimentos do nosso tempo, funcção incontestavelmente superior ao que foi depois da Renascença, mas não decerto ao que foi (embora se não definisse doutrinariamente) na Edade-média. Mas não ha tampouco duvida que esse pensamento serve, coaduna-se e collabora com outra tendencia que, a nosso vêr, se nos afigura a decisiva — brutalmente decisiva. Essa tendencia é a da formação de grandes nações poderosas — quer sejam nacionalidades, como a Allemanha ou a Russia, quer imperios como a Austria e a Inglaterra. A grandeza e a eminencia crescente das funcções do estado condemna á impotencia as nações minusculas, sem recursos para os armamentos engenhosos, para as obras colossaes, para a instrumenção dispendiosa dos povos modernos. Por isso a unidade italina e a allemã se consolidarão;

por isso as nações pequenas viverão só emquanto o equilibrio o ordenar ou consentir. Quem tem ouvidos para ouvir as dissertações ingenuas, quando silva o apito monstro da guerra por entre o rufar surdo dos canhões? Quem ouviu os protestos da Herzegovina ainda hontem annexada á Austria, ou os protestos do Schleswig e do Holstein quando a Prussia se apoderou d'elles?

*
* *

Dissemos o sufficiente, parece-nos, para mostrar quanto é temeraria a idéa do author attribuindo ás questões internacionaes do nosso seculo o motivo exclusivo das nacionalidades, e a este elemento um papel tambem exclusivo do seculo XIX. Um estudo da historia moderna da Europa, por superficial que seja, basta para contrariar este asserto temerario que, de resto, o author com os seus conhecimentos é o primeiro a contradizer quando a p. 33-35 nos apresenta o sentimento da nacionalidade franceza inspirando a politica de Henrique IV, de Richelieu e afinal da Convenção.

Todavia, não é mister excessiva perspicacia para descobrir a verdadeira origem da theoria que o author assimilou perfunctoriamente. Essa origem vê-se na conclusão do seu ensaio e está no desejo de brindar a sua patria com o titulo de nacionalidade, para ahi an-

corar a independencia. Como se fosse indispensavel satisfazer a todos os requisitos dados pelo author como neccessarios á constituição de nacionalidades — e um d'esses requisitos é a identidade de filiação ethnica — para ancorar a independencia de uma nação! As nações vivem emquanto *querem* e conforme *querem* viver, e n'isto me acho de accordo com o snr. Serpa; as nacionalidades, porém, constituidas organica e espontaneamente, podem ter ou não a vontade da independencia politica, sem por isso deixarem de ser nacionalidades. Esse nome convém sem duvida á Irlanda, que, apesar d'isso, embora agitada por uma revolução agraria, não se sente arder em ambições separatistas.

Eu, que mais de uma vez tenho vindo á barra em defeza d'estas opiniões, não necessito alongar-me ácerca de um assumpto que deixei tratado na minha *Historia de Portugal*. Ahi disse o que agora repito: somos uma nação, não somos uma nacionalidade; e o leitor, que já n'estes artigos ouviu a definição das duas palavras, não exige, decerto, que o fatigue sem necessidade. O author usa *à la moda* da palavra nacionalidade; nós usamos, á antiga, a palavra nação — embora incorramos nas iras dos criticos que me accusam do feio crime de repetir os chronistas classicos. Paciencia.

Dada esta explicação, pois, acompanharemos o author no seu discurso a respeito da historia da formação da nação portugueza? Não; esse discurso não prima nem pela lucidez, nem pela novidade, nem pelo colorido. Não ha ahi uma palavra, nem um traço que provo-

quem observações, pois o author limitou-se a repetir coisas sabidas. Fel-o porém sempre com segurança e até com verdade? Não me parece.

Afigura-se-me até que uma preoccupação erronea contribuiu para dar ao texto uma certa ambiguidade. Diz-nos o snr. Serpa que uma das causas da separação de Portugal é a maior duração do dominio arabe em Hespanha. Isto é ambiguo e falso. Eu pergunto ao author de que Hespanha nos falla; porque n'essas eras havia na peninsula varios reinos, uns dos quaes emancipados do dominio arabe antes, outros depois da libertação total do territorio portuguez.

O leitor incauto, olhando de agora para o passado e fiado no texto da obra, é levado a crêr que o regime do dualismo actual vigorava já no seculo XII; e, se seria ridiculo imaginar que o author ignora as datas da historia da agglomeração dos estados peninsulares não portuguezes, parece-me fundado accusal-o de ter deixado correr a penna sem se lembrar dos que são menos lidos na materia.

É essa mesma ambiguidade que apparece de novo a p. 61, quando nos diz que o mesmo facto da separação «traduz-se nas *duas* linguas da peninsula, a hespanhola e a portugueza.» Ora antes do seculo XV, o author sabe perfeitamente que as linguas nacionaes de Hespanha não eram só essas duas; sabe que ao dualismo posterior se deve a degeneração das linguas que perderam a autonomia á maneira que os povos que as fallavam perdiam a independencia.

Na concorrencia, a selecção deu-se a favor do castelhano e do portuguez, ou antes, da lingua callaica que desceu á condição de dialecto da provincia ao norte do Minho e subiu á eminencia de lingua culta — a lingua de Camões — na nação constituida ao sul do mesmo rio.

Notada, pois, esta deficiencia do texto, notada tambem a circumstancia de ser elle mudo ácerca do caracter geographico da nação, registramos a p. 70 estas palavras: « Em nenhum exemplo da moderna Europa se revela talvez de uma maneira mais clara esta lei (qual? não o diz o texto) da formação das nacionalidades do que na formação das nacionalidades hespanhola e portugueza. » Mas, o author que assim se exprime é o mesmo que duas paginas antes, fallando do papel importante das colonias estrangeiras dos primeiros tempos da monarchia portugueza, escrevia: « Esta origem, *a bem dizer cosmopolita*, convinha a um povo destinado á grande obra, *tambem cosmopolita*, de alargar os limites do mundo conhecido e de integrar a humanidade na posse completa do globo. » (p. 68). De fórma que temos como typo de nacionalidade na sua pureza um povo *a bem dizer cosmopolita*, um povo sem unidade ethnogenica!

Não ha duvida que o snr. Serpa, servindo-se de uma das suas duas definições de nacionalidade, póde dizer-me que isso não faz ao caso e que a ancora da nacionalidade é a vontade popular; mas não é menos

certo que eu, servindo-me da outra, mostro com facilidade a contradicção. Onde está a verdade? Para mim, Portugal é até certo ponto uma nação cosmopolita: por isso não é uma nacionalidade. Não darei eu, porém, a esta palavra um valor que ella não tem para o commum? Não me parece. Reclamo em meu favor a segunda definição do snr. Serpa, a *scientifica;* reclamo o pensamento dos italianos e dos allemães conquistando a unidade da patria em nome da affinidade (mais ou menos genuina) do sangue; reclamo, finalmente, um livro recente, um livro peninsular — *As Nacionalidades,* de Pi y Margall, livro em que esta expressão designa o principio de uma reconstituição dos estados historicos da peninsula na Edade-média, destruindo-se a obra secular da monarchia hespanhola. Ahi resalta claramente o valor de cada uma das duas palavras — nação, nacionalidade — porque o author do livro, infeliz dictador da Hespanha federalista, não vê *nacionalidade* na Hespanha, á qual ninguem contesta o nome de *nação,* e vê-a nos differentes povos ainda não de todo assimilados que compõem a monarchia hespanhola: navarros, biscainhos, aragonezes, catalães, andaluzes, estremenhos, castelhanos, leonezes, asturianos e gallegos.

Cada um d'esses povos, ainda senhores de tradições particulares e dialectos seus, é, sem duvida, uma *nacionalidade;* mas nacionalidade que já não reclama para si o fôro de nação autónoma, segundo se viu no

decurso da ultima revolução. São nacionalidades que deixaram de ser nações, para comporem, enfeixadas n'um corpo, a nação hespanhola.

Sendo isto assim, e seria mister destruir a historia inteira para o negar, como não havemos nós de achar ambiguas e até inexactas as palavras do nosso author quando nos diz que, «depois de sete seculos de existencia separada, estes dois ramos do mesmo tronco constituiram dois povos, duas nacionalidades de indole completamente diversa?» Que *dois* ramos são esses? Se elles são sete, oito, ou nove! Qual é o *tronco* d'onde se destacam?

Taes são as observações que nos suggerem estes capitulos da obra do snr. Serpa. A preoccupação de ancorar a independencia de Portugal e a politica anti-iberica em phrases, formulas e modernismos, levou-o a verdadeiras aberrações, ladeadas todavia sempre por opiniões seguras. A *vontade* faz as nações; nós fomol-o e sel-o-hemos emquanto o quizermos e soubermos ser; ella não basta porém para crear as nacionalidades: nem a Hespanha, nem Portugal o são, se applicarmos a palavra como o faz Pi y Margall e como toda a gente a applica. Nós, porém, com a Hespanha, as duas monarchias peninsulares e todos os povos ibericos no seu conjunto, embora vivendo sob um dualismo politico-nacional, compomos perante a Europa uma das suas familias humanas, affins no sangue, nas linguas, no caracter, no typo physico, e nos sentimentos directores de uma historia que, nem por ser diversa

nos aspectos secundarios, deixa de ter uma unidade no principio organico. Não se confunda a questão da independencia com a da nacionalidade, não se confunda este conceito com o de nação, e veremos como as coisas se tornam simples e nitidas. Se tornarmos inherente á nossa independencia a questão da nossa filiação, ancorando a nossa autonomia n'uma supposição, veremos accumularem-se os dislates na procura da raça portugueza — celtas, lusitanos, mosarabes, etc.

O snr. Serpa foge prudentemente d'esse terreno, para cahir no da contradicção, dando-nos n'uma pagina uma definição das nações sob o nome de nacionalidade, e na outra uma definição *scientifica* na qual a raça tem o primeiro papel.

Analysando este ponto, sigamos, para concluir o ensaio. « Se Portugal, diz o author (p. 73), não tivesse recuperado a sua independencia em 1640, tel-a-hia recuperado no seculo XIX, como recuperaram, como volveram á vida nacional, a Belgica e a Hungria. » Este modo de discorrer é perigoso e deveria evitar-se sempre, pois nós não temos o dom divinatorio, e a historia reduz-se d'essa fórma ás proporções de charada. Quer o author uma prova? Ahi lhe dou a Catalunha. Sublevou-se ella como nós, e ao mesmo tempo. Fôra, como nós, uma nação, e nem por isso recuperou n'este seculo a independencia, nem me parece encaminharem-se as coisas para ahi.

O facto da restauração da nossa independencia em 1640 tem causas proprias, inteiramente alheias á sup-

posta influencia da nacionalidade. Não é o snr. Serpa quem contestará isto, elle que nos mostra esta idéa como privativa do seculo XIX, e por isso incapaz de determinar um movimento no meiado do XVII, n'essas éras em que, segundo affirma (eu não), não havia ainda guerras de nacionalidade.

Singular modo de vêr as coisas! Quanto póde a tyrannia de uma formula e o encanto de uma palavra! Será necessario augmentar ainda o rol das provas de erro a que a preoccupação levou o espirito distincto do author? Pois não lemos que «a idéa que presidia ás annexações na Italia e na Allemanha era a mesma que presidira ás desannexações da Belgica e da Grecia?» (p. 74). Que idéa é essa? A da nacionalidade, que não devendo confundir-se com a raça, equivale n'este caso, — creio ser fiel ao pensamento do author — á tradição historica. De modo que, a mesma causa que resuscita as tradições das cidades livres da Belgica, tradições communaes da Edade-média, é essa mesma que abafa sentimentos absolutamente eguaes em Lubeck, em Hamburgo, e nas velhas republicas italianas! Quando Hamburgo, o Hannover e o Holstein protestam contra a prussianisação e são absorvidos — é a nacionalidade a causa; quando succede o inverso em parte das cidades belgas contra o reino dos Paizes-Baixos — é ainda a nacionalidade! Singular proteu, indefinivel na essencia, opposto na influencia! Pois não vê o author n'esses casos as tendencias de formação das grandes nações de um lado, e do outro as exigencias

do equilibrio? Não é elle, por via dos tratados, que mantem a autonomia dos belgas?

Não insistamos, para nos não repetirmos, fatigando o leitor. Quando o escriptor obedece a um proposito alheio ao desejo simples de apurar a verdade; quando obedece a motivos estranhos, embora legitimos, a sua obra padece. Produzem-se livros de partido (politico, economico, religioso) em vez de livros de sciencia. O patriotismo do snr. Serpa fez com que elle escrevesse um ensaio inferior ao seu talento de pensador. Tudo o que discorria era instrumento do que sentia; tudo o que dizia era apenas pretexto para a sua conclusão formal anti-iberica. Iberismo, annexação, federação, fórma alguma lhe serve para se unir a Hespanha.

Não discutirei esse ponto, que sae fóra dos limites da minha critica. É essa a opinião do author, e não é elle o unico a defendel-a. É uma opinião que nada tem de irracional, embora o author a defendesse com argumentos que não supportam a analyse. Não quer ser iberico, porque não quer: está no seu direito. E esse direito do individuo é o direito da nação. Não quer unir-se á Hespanha, porque não quer. Basta isto para theoria, basta isto para se ser nação.

Não basta porém, nem a uma nação, nem a um homem, dizer que quer: é necessario ter a força que aguenta a vontade e a virtude que amacia os soffrimentos. Para se querer é necessario saber-se soffrer e resistir. Succede-nos isso a nós? Seria longo e impro-

prio do logar investigal-o aqui. Entretanto, ha de haver quarenta annos, corremos o risco de uma guerra com a Hespanha porque o norte do paiz protestava contra a navegação livre do Douro; e hoje, agora mesmo, o paiz observa o proprio Porto a reclamar da nação um auxilio para que a sua barra se torne o vasadouro dos generos do interior da Hespanha, e uma especie de *entreposto* peninsular, como o é já Lisboa pelas linhas de leste. Não falta hoje quem applauda a idéa de um *zollverein* peninsular, e entretanto é sabido como o *zollverein* allemão foi o prologo do imperio.

Denunciará isto um afrouxamento no *querer* nacional? Digam-n'o outros. Eu, por mim, direi que casos de miseria e desordem como se encontram referidos no livro do snr. Serpa, em ensaios que estudaremos ulteriormente, se não depõem contra a vontade, depõem sem duvida contra a virtude e contra a força da nação. Quando confissões taes partem da bocca de um homem como o snr. Serpa, encanecido nos negocios, exaltado nos governos, membro illustre do partido conservador, nós temos de curvar a cabeça humildes, confessando as culpas e batendo nos peitos. Com a sua sinceridade e inteireza, o author foi mais cruel para com a nação do que todos os revolucionarios que a açoitam desapiedadamente, a vêr se a arrancam da lethargia.

*
* *

O segundo ensaio do livro do snr. Serpa consiste n'um exame do corpo de doutrina politica constitucional, definido (com uma precisão que deixa a desejar) pelas palavras de «systema representativo». E dizemos que deixa a desejar — embora isto não envolva censura ao author, pois elle repete um titulo corrente — porque será sempre difficil a todo e qualquer publicista indicar um systema de governo que não fosse ou não seja *representativo*. As monarchias absolutas, os cesarismos, as dictaduras, todos os governos pessoaes n'uma palavra, quer assentes na tradição, quer n'um plebiscito, quer na propria força, *representam* a nação, já sob a fórma symbolica peculiar das monarchias historicas, já sob a fórma violenta do fideicomisso concedido aos cesares e aos dictadores em geral.

Ás constituições politicas da natureza d'aquellas a que o nosso author se refere, convém, parece-me, o nome de monarchico-democratico-parlamentares: a

fórma é monarchica, as instituições democraticas, a representação é parlamentar.

Não discutamos porém nomes, e entremos em cheio no pensamento do author. Não encontraremos tampouco agora novidades que nos surprehendam; nem desde Montesquieu, de Benjamin Constant e de Guizot, é possivel innovar na concepção do systema que estes escriptores, principalmente, inventaram e estabeleceram. Tratando de assumpto em que se acha mais á vontade, o author procede com maior segurança do que na primeira parte do seu livro. Entretanto, as theses que o snr. Serpa se propõe defender não nos parece que ficassem mais avigoradas com o soccorro dos novos argumentos; antes se nos afigura que, á força de querer tornar o parlamentarismo uma panacêa, lhe exagerou o alcance e o merito, falseando-lhe a indole em mais de um ponto.

Principiemos pela definição. Diz o author, a p. 157, que os traços geraes do systema representativo são tres: *a*) a separação dos poderes, *b*) a egualdade civil, *c*) a discussão liberrima. A nós occorre-nos uma duvida: pois o traço geral e fundamental de um systema *representativo* não deve ser a *representação?* Indubitavelmente. Os traços que o snr. Serpa enumera afiguram-se-nos secundarios ou alheios á essencia do systema. Dizer-nos que a discussão liberrima é um dos traços, quando por toda a parte ha leis repressivas ou moderadoras da imprensa, parece-nos um argumento forjado adrede para condemnar a theoria. Dizer-

nos que outro traço é a egualdade civil, quando a p. 115 o author nos confessa que já nas leis das Doze-Tabuas os romanos a tinham consagrado, não nos parece mais afortunado. Dizer-nos, finalmente, que a separação dos poderes é o terceiro dos traços, afigura-se-nos errado, pois eu não sei, nem ninguem sabe, de governo em que os poderes fossem absolutamente indistinctos, embora, sem duvida alguma as revoluções constitucionaes do nosso tempo, quer as das nações que adoptaram o parlamentarismo, quer as d'aquellas que o não admittiram, tenham accentuado incomparavelmente mais o principio da separação. Comtudo, é sabido que, dando a constituição ao rei o direito de *veto* absoluto, o da nomeação dos ministros, e o de perdoar os criminosos, como se dá entre nós, a separação não existe em principio, pois na corôa se confundem o poder legislativo, o executivo e até o judicial.

Os tres traços geraes são, pois, secundarios, nem comprehendemos bem como um homem tão versado no parlamentarismo, e tão lido nos seus doutores, os escolheu para caracterisar o systema. A eleição popular, as garantias individuaes, o jury, as duas camaras, etc., diz o auctor (p. 157), são consectarios dos tres traços geraes. Ignorando que valor stricto o author liga ao adjectivo *consectario*, não me atrevo a perguntar-lhe se concebe o parlamentarismo sem parlamento, ou o systema representativo sem representação. Entretanto, acaso a pergunta não viesse fóra de logar.

Não podemos attribuir a uma timidez de espirito que está longe do animo afoito do nosso author a exclusão de uma palavra em que, a nosso vêr, se cifra a summa do que elle denomina systema representativo. Essa palavra é democracia; e, por fugir a pronuncial-a, a doutrina do livro é obscura quando não é inconsequente. O traço proprio, novo, que dá um cunho ás constituições modernas do continente, não é a imitação da Inglaterra; é a affirmação dos principios abstractos ou direitos individuaes, segundo as doutrinas da revolução franceza. Por via d'elles a soberania passou do throno para o povo, e a representação deixou de ser symbolica para ser (ou pretender ser) positiva. O suffragio substituiu a sagração, e os parlamentos os conselhos cortezãos. Pois não é isto claro, sabido, evidente?

Que importancia, senão uma importancia secundaria, tem o facto de se terem combinado estes principios democraticos com as instituições historicas, por fórmas que variam de paiz para paiz, de constituição para constituição? Eis ahi o que é secundario, accidental e relativamente indifferente.

Nós perguntamos, pois, que rasões levariam o snr. Serpa a deixar occulta — não concebemos que seja ignorada — esta linha fundamental do edificio das constituições representativas ou das monarchias parlamentares. Perguntamos, repito, e a resposta achamol-a n'um traço que já notámos no estado actual do espirito

do nosso nobre publicista. Educado no liberalismo kantista, a sua intelligencia viva e aberta ás virações novas das idéas, recebe impressões que lhe chegam aos ouvidos e o commovem. Fio-me que, se ha dez ou doze annos o snr. Serpa tivesse escripto o seu livro, as paginas d'elle exprimiriam um pensamento como o de Herculano. Hoje não póde ser. O individualismo e o liberalismo, ou por outra, o racionalismo abstracto da escóla de Kant, é diariamente repellido do campo da realidade onde produzia chimeras, para o da metaphisica onde se conserva eternamente indestructivel. Não é comtudo necessario dizer outra vez que o nosso author, confiscado pela vida activa, não dispõe do vagar para digerir os pontos-de-vista novos; e por isso nos dá o espetaculo de um liberalismo apenas pratico, exterior, e inconsequente.

Diz-nos, com effeito, o snr. Serpa, e com toda a razão, que os direitos-do-homem, taes como abstractamente os proclamou a revolução franceza, são um absurdo; e ri-se da constituição que a Porta preparou para uso dos turcos. «Ha de lhes aproveitar tanto como a nossa carta constitucional applicada aos negros da Cafraria.» (p. 106). Diga de Angola, diga; que ahi vigora a nossa carta, ahi se elegem deputados, ahi ha cidadãos negros e garantias individuaes, etc.... etc.... Pois quer melhor prova do criterio absoluto dos principios liberaes vigentes nas nações continentaes? Pois isso que é risivel applicado ao turco ou ao cafre, é por-

ventura adequado ás populações serranas, aos montanhezes das nossas provincias remotas, ou ás classes miseraveis das nossas cidades?

Negado pois pelo proprio author o criterio absoluto em que os antigos liberaes kantistas assentavam o seu systema, negados os direitos individuaes em cujo nome se têm commettido as maiores arbitrariedades, despido por outro lado o poder do caracter de iniciação e protecção das instituições antigas, para ficar entregue á concorrencia livre — o systema é uma democracia pervertida, sem principio doutrinario e sem objecto social. Por isso o mal-estar da Europa inteira, n'este momento em que o kantismo politico se esvaíu já, é sensivel, parece-me, embora o não seja para o nosso author dotado, ao que se vê, de um optimismo excepcional.

O systema que os seus fundadores pensavam ser a consolidação da liberdade de todos os individuos mostra não passar de uma oligarchia da burguezia, ou burocrata ou capitalista. Sophismado em todas as suas complicadas engrenagens, o seu resultado positivo é o scepticismo das populações, a simonia eleitoral, a desorganisação governativa, a irresponsabilidade universal. Opportunamente o leitor verá estas asserções documentadas com textos do proprio author do livro que estamos contradizendo: tal é a fluidez da verdade que passa pelos labios sem se dar por isso!

Tal é tambem o imperio de um preconceito, que leva os melhores e os mais lucidos a proferirem affir-

mações temerarias. Pois não nos diz repetidas vezes o snr. Serpa que o governo representativo (isto é, o parlamentarismo, monarchico ou republicano) está estabelecido em todo o mundo civilisado!

Abramos uma tabella da população dos estados cultos, e vejamos:

1.º Monarchias aristocraticas parlamentares:

Inglaterra (com exclusão da Irlanda em estado de sitio)	28 milhões
Austria-Hungria	37 »

2.º Monarchias cesaristas:

Russia	87 milhões
Turquia da Europa	9 »
Allemanha	43 »
Irlanda (sob o cesarismo da Inglaterra)	5 »

3.º Republicas parlamentares:

França	37 milhões

4.º Republicas federaes:

Suissa	3 milhões
Estados-Unidos	39 »
Argentina	2 »

5.º Monarchias democraticas parlamentares:

Belgica	5	milhões
Hespanha	8	»
Grecia	2	»
Italia	27	»
Hollanda	4	»
Portugal	4	»
Rumania	5	»
Servia	2	»
Suecia e Noruega	6	»
Dinamarca	2	»
Brazil	10	»

De 365 milhões de homens, somma da população dos estados de civilisação europêa, apenas 75 obedecem a constituições do typo que ao snr. Serpa se afigura o definitivo, ou, pelo menos, o mais adequado á civilisação — e o author diz-nos ser esse o regime de todo o mundo culto! Da Allemanha, confessa o snr. Serpa que « debaixo de fórmas constitucionaes é uma especie de cesarismo », affirmando-nos porém logo *ex cathedra* que a duração d'esse cesarismo será ephemera. (p. 156). O tempo dirá que fórma ha de durar mais, se o cesarismo dos imperios e as dictaduras das republicas — ou as combinações equilibristas do parlamentarismo, invenção recente e que a demographia e a historia mostram serem apenas viaveis nas peque-

nas nações. Ainda hontem a França era um cesarismo imperial; e, se hoje vive como republica parlamentar, não falta quem lhe prophetise uma dictadura imminente ou um novo passo no caminho da decadencia. Os pequenos povos que apenas vegetam, esses podem ir arrastando-se ás moletas do parlamentarismo...

Outra opinião, que nós não podemos apoiar, é a do author quando assevera que o seu «systema se accommoda, melhor do que nenhum outro, á solução dos problemas economicos.» (p. VIII). Mas taes problemas parece não existirem — pois não nos disse que todas as questões internas dos estados no seculo XIX são politicas?

Surgem agora os *problemas economicos*, a contradizer a affirmação que os negára antes; mas esses problemas, rebentando em revoluções, não alteram a serenidade doutrinaria do author que affirma: (p. 282) «Nos ultimos trinta annos, só foram excepção á regra geral (de tolerancia e adoçamento dos costumes, de paz e ordem pelo parlamentarismo) do estado da Europa, confirmando-a, a communa de Paris em 1870 e o estado actual da Russia.» Junte o estado actual da Irlanda, junte o da Allemanha, junte o da Inglaterra onde tambem estoira a dynamite; junte a revolução de Hespanha, com os seus episodios de Alcoy e Cartagena; junte as grèves lavrando por toda a França, por toda a Inglaterra.

Que importa isso? Excepções á regra, e que a con-

firmam! Lembre-se dos motivos que determinaram a quéda de Luiz Filippe e do caracter da revolução de 1848.

Como na Europa estão formigando excepções á regra, excepções que de dia para dia a confirmam! Esse modo de argumentar será commodo — racional não me parece.

Confirmará tambem a regra, será tambem excepção, o rebaixamento do caracter, a perversão dos costumes, o industrialismo universal, o feudalismo argentario, a simonia eleitoral, a voracidade burocratica? Serão tambem doçuras e fructos da tolerancia? Não; são apenas os fructos do scepticismo a que o author, com o seu talento e a sua bondade sympathica, chama optimistamente progresso.

*
* *

Os dois ultimos ensaios que compõem o livro do snr. Serpa vém reunidos n'um appendice, e tratam, o primeiro do suffragio e da eleição, o segundo do funccionalismo. Embora appendice, estas duas memorias, são, parece-nos, o melhor do livro do nosso author — melhor, pela sinceridade e pela independencia com que os assumptos são tratados; melhor porque, lendo a opinião de um homem amadurecido pela edade, *trained* nos negocios, conservador por genio e partido, e ouvindo declarações positivas da nossa decadencia politica proferidas por bocca tão authorisada, nós, os pessimistas, experimentamos a alegria amarga de uma confirmação.

Reum habemus confitentem!

« A eleição, diz o snr. Serpa, é o ponto vulneravel do systema representativo entre nós, porque em muitos circulos, se não na sua grande maioria, não repre-

senta a opinião e o voto consciente do corpo eleitoral.» (p. 239).

Que representa, pois? Pergunte-o qualquer a si, com a mão na consciencia, e diga-nos se é ou não a influencia burocratica e o argentarismo? Por dinheiro ou por empregos — eis como as eleições se fazem, quando se não vencem por mais alto preço ainda, em troca de contractos e concessões com que os Esaús da politica vendem por pratos de lentilhas a fortuna da nação.

Dir-se-ha que é isto uma condição particular nossa? Triste argumento que, para defender o systema, nos condemnaria a um estado de cachexia social singular. Eu não penso que seja demasiada a nossa vitalidade, mas creio que o processo representativo é mais ou menos como o nosso em toda a parte. Esse «ponto vulneravel do systema» é inherente ao proprio systema e o argumento supremo que o condemna, pois, existindo uma representação ficticia, a responsabilidade inteira dos actos dos governos vae cahir sobre uma ficção. Por isso eu entendo, e já o escrevi, que não ha governos mais irresponsaveis de facto do que estes governos em que tudo parece strictamente juridico.

Não pensa commigo o snr. Serpa, nem n'este nem em varios outros pontos, como temos visto. Eu confesso-o agora; s. exc.ª confessou-o n'uma nota do seu livro, nota que eu não posso deixar de agradecer penhorado. Ahi, extractando certos algarismos do meu *Portugal Contemporaneo*, o author diz d'esse livro que

tem «idéas e apreciações, de que discordamos radicalmente em muitos pontos, mas que, além de ter paginas primorosamente escriptas, é de uma exactidão conscienciosa quando trata de factos positivos.»

Não pensa commigo, repito, o snr. Serpa: para elle, que opta pelo principio vigente da representação proporcional á população (p. 225), os vicios actuaes não podem pois provir senão de um estado excepcionalmente caduco da nação portugueza. Com effeito, mais de um periodo do appendice é eloquente no sentido de provar no espirito do author um pensamento que a sua *posição* lhe impede de exprimir com rudeza. Muito fez no que disse. Mas um author que já não defende os direitos abstractos do homem, que se ri da idéa do parlamentarismo na Turquia, assentando como principio que essa fórma de governo só é possivel quando é adequada; um author que, pensando assim, acha entre nós taes vicios, será forçado a acceitar a conclusão necessaria de que não possuimos as condições exigidas para termos um governo representativo. Singular conclusão para um sacerdote d'esse governo!

Partidario do criterio arithmetico na representação, o snr. Serpa não é, comtudo, pelo suffragio universal, pois já não partilha, como tivemos occasião de notar, o racionalismo abstracto das escólas do liberalismo puro. «A idéa do voto universal absoluto e illimitado provém do falso principio de que o direito do voto é um direito natural, que o legislador não póde modificar.» (p. 200). «A soberania bruta do numero, diz,

não é, em ultima analyse, senão o direito da força.» E, considerando as consequencias sabidas da arithmetica abstracta eleitoral, o publicista accrescenta: «O direito do suffragio não póde existir para os individuos ou para as classes que o não comprehendem, nem o apreciam, nem sabem usar d'elle», (p. 206) porque a incapacidade dos votantes faz do voto universal o instrumento do «retrocesso no caminho da civilisação.»

Condemnada por esta fórma a doutrina do suffragio individualista, por um modo que nós não podemos deixar de applaudir com ambas as mãos, pois que formulamos ha quatro ou cinco annos doutrina identica n'um opusculo esquecido (*As Eleições*), resta-nos perguntar que base acha o nosso author para assentar o systema que prefere da representação proporcional á população — isto é, de uma doutrina ainda individualista sem ser radical, e ainda arithmetica sem ser inteiramente abstracta.

Por um lado, o author diz-nos que «lêr, escrever e contar é o minimo de sciencia que se póde pedir a um eleitor.» (p. 200). Seja: crê porém o snr. Serpa que o lêr, escrever e contar dê sempre um augmento de civismo e de caracter no coração e na intelligencia do cidadão?

Acha mais digno do voto o miseravel das cidades, alimentado pelo *Diario de Noticias* e por todas as folhas que trazem para o papel as historias comesinhas que alimentam uma curiosidade idiota? acha-o mais digno do que o homem do campo, sério e simples,

embora analphabeto? Confundir a instrucção com os seus instrumentos, imaginar que o saber lêr basta para augmentar a capacidade mental e moral dos individuos, é uma illusão piegas que a demographia principia a dissipar. Saber lêr é excellente, mas sob condição de haver coisa digna de lêr-se; uma plaina é uma ferramenta util, mas o carpinteiro só terá bons moveis se trabalhar sobre madeira de boa qualidade. Saber lêr, para lêr as drogas impressas propinadas diariamente em jornaes baratos e em romances mascavados, não me parece que augmente a capacidade do cidadão eleitor.

O snr. Serpa, comtudo, não entende, como vimos, que o saber lêr dê o direito do voto; diz apenas que lhe não parece terem o direito a elle os analphabetos. Esse ponto é pois secundario. O essencial para o nosso author é a definição da palavra — povo. Não é a multidão, diz-nos; não é a somma *bruta do numero* — «é a nação *organisada* em familias, em communas, e em districtos ou provincias, etc.» (p. 199). Se assim é, e para mim é fóra de toda a duvida a verdade d'essa definição, não manda a logica estabelecer como representação genuina do povo, a representação directa d'esses *orgãos* sociaes, administrativos, economicos, geographicos? Eu serei inteiramente obtuso, mas não concebo como se possa concluir de outra fórma.

Não concebo como quem parte d'uma affirmação d'estas, chega á conclusão de que a fórmula arithmética da representação proporcional ao numero seja a ver-

dadeira. Pois que funcção tem o numero, se o povo só é digno d'este nome quando se considera como corpo organisado em familias, classes, cidades, communas, regiões, etc.? Pois se isto são orgãos, que valor têm os atomos componentes do corpo social? Pois se a multidão, como somma de homens, nada vale, que valor tem a representação numerica d'essa multidão? Nenhum valor tem, e é por isso que nós concluimos tambem que «a eleição é o ponto vulneravel do systema representativo» não só entre nós, como em todos os paizes que adoptaram as fórmulas benthamistas.

Não posso n'este momento deixar de alludir á referencia que o snr. Serpa faz á doutrina defendida por mim no opusculo já citado das *Eleições*. Seguindo e desenvolvendo o pensamento a que aqui apenas alludo, eu quiz n'esse opusculo esboçar um projecto de constituição da representação a que chamo organica, unica representação que se me afigura verdadeira. Se eu não posso deixar de dar a mim mesmo os parabens por vêr que o nosso author concorda comigo no modo de definir o povo, abandonando as theorias radicaes individualistas que tanto mal fizeram e fazem á democracia; não posso tampouco admirar-me de vêr que não apoia o principio em que baseio a representação nacional. A inconsequencia que deixo notada é a minha melhor defeza, se porventura não devo preferir-lhe ainda os termos em que o snr. Serpa faz a critica da theoria, dando-me a honra da sua attenção, — honra que eu sincera e cordialmente agradeço.

«O defeito capital d'este systema, diz o author, é que a relação numerica dos representantes d'estes diversos elementos é necessariamente arbitraria.» (p. 224). O objecto d'estes artigos nem é discutir o plano, nem defender-me a mim: por isso não debaterei essa impugnação; entretanto, se esse é o defeito capital, eu applaudo-me, vendo-me apoiado por um tão notavel publicista. O defeito capital não está no principio da coisa em si: está apenas em uma questão de relações, questão que, a não poder resolver-se d'outro modo (por uma perequação de valores, acaso não mui difficil de encontrar na natureza das funcções) poderia resolver-se por um compromisso, nem mais nem menos admissivel do que o admittido nas constituições para a representação arithmetica proporcional. Se a theoria não tem outro defeito, vingará com o tempo.

O snr. Serpa, comtudo, acha-lh'o. Diz elle que uma camara composta de homens especiaes não convém. A quê? Ao governo como elle é, decerto: a esse convém apenas as camaras exclusivamente politicas, isto é, parlamentos de empregados, pagos, nomeados e eleitos pelo governo, massa submissa que vota e beija a mão de seus senhores, massa obscura salpicada por uma ou outra nodoa de capitalista opulento, de proprietario ou influente local. «As funcções de uma camara de deputados são essencialmente politicas.» (p. 225). De fórma que já a competencia especial, o conhecimento das questões, não é um merito! Eu perguntaria: que são funcções politicas? que é a politica? Se

não é a somma de todas as questões economicas, juridicas, administrativas, politica é apenas synonymo de intriga, nem póde ser outra coisa quando o systema é ficção.

Dando-me a honra de discutir o meu alvitre, o snr. Serpa não esqueceu, nem o podia, a doutrina da lista multipla que regeu entre nós até 1859, e que foi substituida pela lista *una* por ser *mais avançada*. Houve um tempo, com effeito, em que toda a gente parecia atacada pela tarantula do galope. Todos queriam ser mais avançados. «Se é liberal, eu sou republicano! se é republicano, eu sou socialista! se é communista, eu sou nihilista! Ninguem me deita a barra adiante» — assim me dizia, ha bastantes annos, um pobre *original* bem conhecido em Lisboa, official de marinha reformado, por nome Sá Vianna. Os *originaes* exprimem de um modo forçado e grutesco os pensamentos de uma sociedade.

Hoje esse pruido do galope começa a passar. Pára-se, olha-se para traz, e vê-se que se abandonou muita coisa que tinha o seu prestimo. O snr. Serpa é contra a lista multipla, ou escrutinio-de-lista, como se diz em França onde a idéa foi desposada por Gambetta. É contra, porque esse processo augmenta a influencia da authoridade (p. 221). Singular argumento na bocca de quem nos confessa que «em muitos circulos, se não na sua grande maioria, a eleição não representa a opinião e o voto consciente do corpo eleitoral.» (p. 239). Pois póde alguma coisa aggravar um estado tão deplo-

ravel? Não póde. A lista multipla augmenta a influencia da opinião, diminuindo a do dinheiro, cortando os vôos ao negocio dos votos (isso bastaria para a recommendar), e não póde dar influencia maior a uma authoridade para a qual «na sua grande maioria» os circulos são burgos-pôdres.

Uma these recente do illustre professor o snr. Antonio Candido (*Lista multipla e voto uninominal*) defende com talento e calor este alvitre que, no estado actual das coisas e como caminho para a constituição da representação organica, me parece inteiramente acceitavel. Uma estatistica interessante por mais de um titulo dá a medida do valor do argumento invocado pelo snr. Serpa, patenteando ao mesmo tempo a decadencia dos costumes politicos.

Diz, em resumo, o quadro que:

I Nas 4 camaras de 51 a 59, com a lista multipla, os deputados de opposição foram, no maximo 38, no minimo 24, em média 32.

II Nas 5 camaras de 60 a 69 com a lista uninominal, maximo 53, minimo 15, média 37.

III Nas 7 camaras de 69 a 81, maximo 32, minimo 10, média 16.

O numero médio de opiniões opposicionistas baixa a metade, apesar de ser una a lista! Os governos, apezar da *independencia local*, encontram sempre o paiz unanime a seu favor! Esse accordo espantaria, se

se não soubesse como é comprado. Á corrupção, pois, que envenena cada vez mais o caracter mesquinho da nação, eu preferiria uma authoridade mais livre, a candidatura official mais franca — até porque d'essa maneira se veria por outro modo a reducção ao absurdo do systema atomistico ou arithmetico da representação.

*
* *

Para concluir o exame e a critica da obra do snr. Serpa falta-nos apenas apreciar o ultimo dos ensaios que ella encerra. Fiamo-nos em que o leitor não terá levado a mal as proporções que démos ao nosso trabalho, e menos ainda a franqueza séria com que temos procedido.

Não ha melhor prova do conceito que nos merece um author e uma obra, do que a attenção demorada que lhe consagramos. Não ha melhor modo de patentear a alguem a nossa estima e o nosso respeito, do que discutindo e contradizendo opiniões que não quadram com as nossas. Engana-se quem crê, ou que a divergencia exclue a sympathia, ou que a contradicção importa um menosprezo.

O nosso pobre juizo humano, esvoaçando em busca da verdade, poisa em varios ramos, como as aves espalhando-se pelas arvores. Sempre que uma haste é

firme, ou uma opinião consistente, sempre ha n'ella uma parcella de verdade, que nós, a menos de estarmos envenenados pelo orgulho da sabedoria, temos de pesar, podemos contradizer, não podendo comtudo negar-lhe um logar no corpo das legitimas cogitações dos homens.

Sirvam pois estas palavras de advertencia a todos os que no decurso do nosso exame possam ter achado uma suspeita de antipathia ou desdem por opiniões diversas d'aquellas que temos por verdadeiras. Cada qual tem um modo seu, uma *maneira*, conforme dizem os artistas, de discorrer ou argumentar : uns são mais affirmativos, mais terminantes, ás vezes mais rudes do que outros. Mas a rudeza não exclue o sentimento do respeito affectuoso, nem importa uma crença absoluta — sentimento ridiculo, sentimento anti-critico, nos dias de hoje em que difficilmente se póde affirmar o quer que seja, quando se contam já os annos por dezenas e quando se consome o tempo na meditação...

Voltemos ao assumpto.

O ultimo dos ensaios do livro do snr. Serpa trata do funccionalismo; e, se o precedente occupando-se das eleições continha confissões graves, gravissimas por partirem da bocca de um homem publico eminente, este de hoje leva-lhe ainda a palma adiante. Como se ha de vêr tudo azul quando os proprios optimistas vém á praça com declarações fulminantes? Como se ha de acreditar na estabilidade das coisas sob cujo re-

gime vivemos, quando os partidarios e defensores mais ferrenhos d'essas mesmas coisas vêm dizer-nos que a eleição e o funccionalismo, o mecanismo e o pessoal do governo estão ambos pôdres? Os circulos «na sua grande maioria» não votam, nem elegem: nomeiam, obedecendo a influencias illegitimas. Ouçamos agora como se fórma o pessoal governativo ou burocratico, pois os governantes, salvas excepções rarissimas, sahem do viveiro do funccionalismo.

«Mancebos sahidos das escólas, diz o snr. Serpa, com a ambição de uma posição social e com a indole demasiado positiva e demasiado sceptica que é peculiar da nossa época, tem-se visto filiar-se n'um partido, não por convicções politicas, não por uma preferencia de opinião ou de doutrina, mas porque n'aquelle partido lhe parece terem maiores probabilidades de alcançar depressa um bom emprego.» (p. 259). A frieza d'este periodo chega a ser caustica na sua simplicidade. O auctor diz «tem-se visto» — isto é, viu-o elle proprio, assistiu, observou, acompanhou essa mocidade «demasiado positiva e sceptica» intrigando, pretendendo, rebaixando-se, para obter uma posição, afinal ridicula, que se traduz para o maior numero em satisfazer a vaidade tola de figurar, palrando á noite na Havaneza. Quem contestará o valor da opinião do nosso author em materias que elle trata dia a dia?

Ninguem, ninguem melhor do que um antigo ministro, póde dizer-nos em que consiste o governo. E depois de ouvirmos como o tempo se passa nos gabi-

netes, depois de o ouvirmos da bocca de um homem, que ahi tem gasto o melhor da sua vida, não venham accusar-nos a nós, forasteiros do reino da politica, estranhos á região burocratica, de inventarmos chimeras para satisfação do azedume do nosso espirito.

« Resulta, diz o snr. Serpa, que o tempo que os ministros empregam na resolução dos negocios verdadeiramente graves do estado, no estudo das necessidades publicas, na elaboração das idéas e dos projectos de reforma que deviam ter o cunho da meditação conscienciosa, é o minimo possivel. Todo o mais tempo, deduzindo ainda o das discussões parlamentares e dos actos officiaes de formalidade e sem importancia, é gasto em ouvir pretendentes e resolver pretenções e empregos. » (p. 267).

Acreditar-se-hia isto, se não fosse dito por um ministro? Elle, que levou a vida pelos gabinetes, deve sentir uma pungente melancolia ao vêr como essa vida se passou em coisas futeis, se não prejudiciaes.

Quando nós, os plebeus, passamos em frente das fachadas pombalinas do Terreiro-do-Paço, e olhamos para o interior d'essa colmeia gigantesca e obscura das secretarias dentro da qual, como uma amendoa, está o gabinete do ministro, ao fim de corredores tortuosos, defendido por correios, continuos, porteiros, rodeado de empregados e conselheiros; nós, plebeus, digo, temos uma impressão que me parece comparavel á dos japonezes, diante do mikado invisivel, em permanente communhão com a divindade. O que o mi-

kado faz realmente não sei eu: o que faz o ministro dil-o o snr. Serpa — recebe pretendentes e despacha empregados!

Assim se conta de um certo sabio, que todas as manhãs passava horas na sua livraria sósinho; todos o cuidavam meditando, pensando, trabalhando, engolfado nas cogitações mais graves e profundas. De facto, o homem consumia o tempo a aparar pennas de pato. Assim, as phrases rotundas de «negocios publicos, interesses da nação, segredos de estado, etc.», assim tudo isso afinal se reduz a cerzir intrigas, ouvir pretendentes e despachar empregados. Oh! santa occupação!

Se uma afirmação d'estas partisse da bocca de um *pessimista*, dir-se-hia logo que era má vontade e azedume. Mas não; quem o confessa sabe-o por experiencia propria — experiencia actual até, pois no proprio dia em que a confissão vinha a lume, n'esse proprio dia, o author seguia trotando com o seu correio atraz para a secretaria ouvir pretendentes. Pois não devemos, porventura, applaudir com ambas as mãos aquelle que tem a coragem e a franqueza de dizer como as coisas são?

É assim; e, com effeito, a maxima occupação politica é receber, attender, e engordar esses «mancebos sahidos das escólas com a ambição de uma posição social, e com a indole demasiado positiva e demasiado sceptica, que é peculiar da nossa época.» Dia a dia se accumulam as provas a demonstrar aquillo cuja

prova provada está na confissão do ministro. Eis ahi a razão da esterilidade dos governos, do impensado das medidas, da plethora das secretarias. Mas não occorrerá acaso uma observação? Se isso é assim e o conheces, diz o critico, não póde o povo perguntar-te, ministro, porque o não remedeias se pódes? E, se não pódes, porque te tornas cumplice e actor n'uma tamanha desordem?

Evidentemente, não me cabe a mim responder. Compete-me, porém, pôr ao lado da confissão do nosso author um documento que me impressionou a mim — a mim digo, até a mim proprio, pois talvez não haja muitos mais dispostos do que eu a suppôr-nos capazes de todas as extravagancias. Esse documento é um opusculo que eu devo á amavel offerta do seu author, o snr. Antonio José de Seixas, homem antigo, portuguez de velha tempera, espirito lucido e coração forte. *A junta de credito publico e as caixas de depositos e economica portugueza*, assim se intitula o livrinho que só agora agradeço.

O snr. Seixas deixou o seu logar exactamente por ter reconhecido, apesar de não ser ministro, que lhe cumpria o dever de não sanccionar as consequencias do trabalho dos ministros no seu gabinete — empregar! empregar!

O ministro, perseguido pela mocidade que o snr. Serpa desenha com tanta realidade, procedeu como os ministros procedem, segundo a confissão do mesmo author, e d'ahi, no dizer do snr. Seixas, « vê-se que

este *romance* de nova especie, chamado caixa economica portugueza, faz uma despeza annual de mais de metade de todo o importe do capital depositado na mesma caixa. » (p. 68). Orça por 6 contos a despeza annual, e por 3, não os réditos que são umas centenas de mil reis, mas a somma dos depositos. Que farão lá dentro os empregados? Proximamente o mesmo que fazem os ministros, não é assim?

Só as refórmas, aposentações, pensões, etc., diz o snr. Seixas, absorvem 2:000 contos ao anno, isto é, quasi o decimo do orçamento da despeza ordinaria. Alexandre de Gusmão queixava-se dos frades; Garrett disse-nos quem foi o herdeiro d'elles. Portugal, que era até 1834 um communismo monastico, tornou-se um communismo burocratico. Em ordenados, em pensões, em juros de divida, o thesouro alimenta meia nação. O convento fez-se secretaria, o guardião continuo, o frade amanuense, o reitor conselheiro e os geraes ministros. D. João VI ia para Mafra cantar no côro: hoje sôa por toda a parte o cantochão de secretaria.

Como quer pois o snr. Serpa que, em conclusão dos elementos positivos de observação que nos dá, nós abracemos as suas opiniões optimistas, achando que tudo vae como deve ir e que esta é a ordem de coisas que melhor nos convém? A emprego-mania é um virus roedor, a eleição é uma burla, o governo é uma officina de despacho de empregos: não póde haver pois base legitima no poder legislativo, nem capacidade no executivo, nem confiança n'uma mocidade

« demasiado positiva e demasiado sceptica. » Essa mocidade, se não fosse como é, remediaria o mal herdado das gerações precedentes, fazendo da representação uma verdade e do governo um officio digno de tal nome.

Como o fará porém ella, se não tem de que viver? *Prius vivere, deinde philosophare* — é axioma que não deve esquecer a quem escreve, pois está sempre presente ao que se agita no labutar da vida. Ora o facto positivo é que o burguez, o homem remediado da classe média, não sabe que destino dar aos filhos. Os ministros, occupados como se vê, têm deixado ir á revelia o patrimonio nacional; as profissões livres desapparecem — não estranhem que os pedidos de empregos cresçam! A antiga viação é vencida pelos caminhos de ferro que, estrangeiros em grande parte, occupam com estrangeiros os logares superiores. O engenheiro portuguez, salvas poucas excepções, só póde viver como empregado publico. A navegação morreu: já os nossos filhos não podem ir para pilotos nem capitães de navios, porque os vapores inglezes e francezes encarregam-se de nos levar a nossa exportação e trazer a nossa importação. O commercio, patentes todas as colonias e separado o Brazil, reduz-se a pouco, muito pouco. As industrias sabe-se o que são: o proprio Porto, que devia ambicionar o papel de Manchester portugueza, prefere jogar o seu destino na carta de um caminho de ferro, esperando a fortuna do transito das mercadorias hespanholas, e para os seus

filhos a sorte de commissarios dos leonezes ou carregadores dos caes da alfandega.

A infiltração do livre-cambismo consummou a obra que uma historia de dois seculos de decadencia puzera a bom caminho. Em vez de forçar o portuguez a ser homem, o liberalismo achou melhor e mais commodo abandonar-se á corrente natural das coisas. O doutrinario tem a resposta engatilhada e prompta: pois que se não póde ser engenheiro, nem maritimo, nem commerciante, nem industrial, é boa! seja-se outra coisa! Seja-se isso que a concorrencia natural ordena, e assim ganharemos de sobra.

Ora a concorrencia que outr'ora fazia do portuguez frade, faz d'elle hoje amanuense ou alferes. Como ha de supprimir-se a emprego-mania? Não é decerto levando os dias a ouvir pretendentes no gabinete, em vez de os levar a estudar e amadurecer as questões sociaes!

II

LISTA MULTIPLA E VOTO UNINOMINAL

PRINCIPIOS E QUESTÕES DE PHILOSOPHIA POLITICA

por Antonio Candido Ribeiro da Costa

1881. 1 volume in-8.º

« O descredito chegou a um ponto que os maiores amigos do systema são hoje os inimigos da liberdade. Os cesaristas são os primeiros defensores do suffragio universal que a democracia, como partido, não teve ainda a coragem de confessar que é uma burla. » Citando estas palavras de um opusculo meu (*As eleições*) e commentando-as na sua obra em termos tão nimiamente benevolos para mim que me confundem, o snr. Antonio Candido não apoia a doutrina que eu defendi n'esse opusculo — a doutrina de que só póde haver representação nacional verdadeira quando, banidas as abstracções geographicas e arithmeticas das leis vigentes, se procure na representação dos orgãos da sociedade o principio constitucional das suas assem-

organica (permitta-se-me dizer assim) vingue por largos tempos. Positiva, scientifica, realista, não se presta a excitar enthusiasmos, nem a provocar phrases rhetoricas; diante d'ella desfazem-se as sonoras palavras e os mythos aéreos de que vive ha muitos annos a politica. A soberania nacional, expressão que analysada corresponde a coisa alguma; o progresso, que as sciencias da natureza nos demonstram cabalmente ser um phenomeno sem ser uma lei, pois progredir e decahir, medrar e morrer, são factos communs a todas as espheras, cosmologicas, biologicas e sociaes; a liberdade, cuja expressão psychologica é desvirtuada, confundindo-se a independencia transcendente do espirito com essa independencia pratica destruidora da sociedade — todos estes mythos para a imaginação simples do povo, todas estas abstracções para o espirito secco dos doutrinarios, revestem comtudo um caracter religioso ou poetico, e é por isso mesmo, por serem anti-criticos, anti-scientificos, que encantam ainda.

É pois de crêr que, dada a constituição mental dos povos occidentaes, nenhum d'estes symbolos, mythos ou abstracções (pois estas varias fórmas psychologicas revestem, segundo o estado de espirito de quem as assimilou) deixará de governar as sociedades senão depois que as tiver arrastado a uma crise da qual sahirão mal-feridas. Se é que na desorganisação e na immoralidade intima, no egoismo universal e no imperio absoluto do dinheiro, nós não vemos já a crise de-

nunciar-se, reduzindo a nada as illusões doutrinarias... Como quer que seja, porém, o facto é que as circumstancias sob que vivemos não se denunciam ainda com crueldade sufficiente para desilludir os ingenuos, nem para rebellar os infelizes, nem para enfrear os audazes.

Deixemos pois de parte a *chimera* da representação organica e estudemos aquillo a que em França se chama o *escrutinio de lista,* ou *lista multipla* segundo a denominação preferida pelo snr. Antonio Candido.

O illustre professor da nossa Universidade, pesando com acerto e lucidez os argumentos em pró e em contra da innovação, sob o ponto de vista da genuinidade da representação, opta pela lista multipla. Tambem nós, encarando a questão politicamente. Com effeito, o principio da representação não é alterado; mas o processo da eleição, por isso mesmo que se presta menos á pulverisação atomistica; por isso mesmo que supprime os *burgos-pôdres* e os deputados ineptos que compram o diploma emprestando e dando dinheiro na sua aldeia; por isso mesmo que torna mais expressiva e homogenea a representação; por isso mesmo que ataca o principio individualista emfim; por isso mesmo, é preferivel ao regime vigente cuja incapacidade é já manifesta e indiscutivel.

Allega-se contra o escrutinio de lista, ou lista multipla, que é um meio de substituir na representação nacional os mandatarios das localidades pelos corypheus levantados por uma popularidade ephemera.

*

Ora se os nomes celebres de um paiz são os taes corypheus, esse paiz não presta; se o não são, entrarão os corypheus, mas entrará mais alguem. Hoje, as coisas chegaram a ponto de que bolir no machinismo eleitoral é ter a certeza de sujar mais ou menos as mãos, e por isso quem ama o aceio abstem-se. D'ahi o espectaculo melancolico dos nossos parlamentos que — diga-se isto a bem do paiz — não representam por fórma alguma o melhor dos seus homens.

Allega-se que o escrutinio de lista é a organisação da dictadura dentro do parlamentarismo — e sem duvida alguma, senão é, encaminha-se para ahi. Entretanto, a lista uninominal que é? Entretanto, a candidatura official que é? Quando se observa o modo como se fabricam as maiorias e se vê que os governos jámais cahem por serem condemnados pelos *eleitos do povo,* que opinião póde haver ácerca do processo vigente? Pois não é dictadura permanente o regime eleitoral em que vivemos? É, mas uma dictadura hypocrita, mascarada, e por isso impotente. O gabinete que entra ha de principiar por *fazer* a sua camara: esta gestação derreia-o, esgotando-lhe as forças de que havia de dispôr para administrar.

A lista multipla possue, pois, a nosso vêr tres vantagens incomparaveis: 1.º supprime, ou pelo menos reduz consideravelmente a efficacia dos meios torpes sobre que hoje assenta quasi exclusivamente o processo eleitoral; 2.º constitue grupos mais ou menos homogeneos de homens que têm de ser mais ou menos

illustres, dando assim uma unidade expressiva aos partidos no parlamento, unidade que elles não podem ter quando compostos por deputados congregados adventiciamente; 3.º finalmente, por estes dois motivos, eleva o nivel intellectual da representação, diminuindo n'ella a turba dos homens nullos.

O author do livro que estudamos occupa no seu partido uma posição eminente; o parlamento já o contou no seu seio, dando-lhe as palmas da tribuna. Oxalá pois que o snr. Antonio Candido ponha o seu talento e a sua influencia ao serviço d'esta causa, conseguindo que no systema de reformas projectadas pelo seu partido se inclua tambem a substituição da lista uninominal pela lista multipla.

Não poderia dar-se tambem um pedaço de attenção á idéa da representação organica? O snr. Antonio Candido gaba com toda a razão a lei eleitoral hespanhola: ora não haverá na constituição do poder legislativo da nação visinha algum laivo de representação que já não obedece ao principio individualista?

Se tem de continuar a haver entre nós duas camaras e se a reforma da dos pares é reconhecidamente urgente, parece-me opportuno ensaiar-se n'ella outro processo. Porque se não constituiria com delegados das juntas-geraes, representando os interesses economicos e geographicos; com os delegados das corporações e academias; com os representantes das instituições supremas da nação? Esses são os verdadeiros elementos conservadores, os elementos *aristocraticos*

de uma nação democratica, isto é, de uma nação onde a lei acabou já de destruir toda a especie de privilegios fidalgos.

Aristocracia, nas sociedades como a nossa, é a capacidade intellectual, são as magistraturas sociaes e a riqueza, são o talento e o dinheiro sommado áquillo a que na Russia (democratica embora cesarista) se chama o *tchin* — uma aristocracia burocratica, á semelhança da antiga romana e da chineza contemporanea.

III

O SOCIALISMO CONTEMPORANEO

(*Le Socialisme contemporain,* par Em. de Laveleye; 2me éd. — Paris, 1883)

Se o numero e a pujança dos sectarios é prova da vitalidade de uma doutrina, bem se póde dizer que morreu o naturalismo economico dos Ricardo, dos Malthus, dos Carey, dos Bastiat, dos Say e de tantos outros e tão illustres. Os mestres da Economia-politica, tanto tempo havida por orthodoxa, foram-se; e não apparece um só nome digno de menção para herdar a responsabilidade de tantas proposições consideradas absolutas, nem para proseguir no uso de um methodo por tanto tempo julgado unico e verdadeiro.

Dos derradeiros creadores da Economia-politica, Stuart-Mill acabou morrendo com mancha de heresia; e o author de que nos occupamos agora, o professor illustre da universidade de Liège, o publicista emi-

nente por tantos titulos, o snr. Em. de Laveleye, abandonou com armas e bagagens a escóla onde se educára para se alistar na phalange triumphante dos «socialistas cathedraticos».

A muita gente, porém, occorre esta pergunta: O que é o socialismo? E por isso, antes de proseguirmos no nosso estudo, convém responder á interrogação. Socialismo é aquella doutrina que affirma a primazia da justiça e do direito, em opposição ao naturalismo economico que affirmava a autonomia absoluta das leis chrematisticas, as *harmonias economicas*, e d'ahi a doutrina pratica da não intervenção das leis nem até da moral no regime das riquezas. Reduzida aos seus termos elementares, a questão reside n'isto. «É um erro suppôr que a ordem geral resulte do jogo livre dos egoismos individuaes; e que baste, por consequencia, supprimir todos os obstaculos para que o bem-estar chegue a cada qual em proporção dos seus esforços. O egoismo leva os homens á iniquidade e á espoliação: é mister pois reprimil-o, em vez de lhe dar livre curso; e esta é a missão propria da moral em primeiro logar, e do Estado, orgão da justiça.» (p. 315). Assim o affirmam os *cathedraticos*, reduzindo por fim a theoria os sentimentos que se encontram nos economistas antigos, v. g. Sismondi.

O livro do professor Laveleye não é um tratado, não expõe didacticamente os principios de uma doutrina: é uma historia da formação das sociedades e escólas, principalmente allemãs, desde Fichte e Marlo,

os precursores, até aos *cathedraticos* que são por fim os definidores da novissima escóla economica. Entre estes pontos extremos desenrolam-se os quadros animados e instructivos da vida dos apostolos, como Marx e Lassalle; da organisação e desenvolvimento das sociedades, á frente das quaes está a celebre *Internacional;* das loucuras dos videntes como Bakounine, especie de Tertulliano d'este movimento por tantos lados analogo ao christão dos primeiros seculos da nossa éra; das opposições actuaes dos socialistas democratas e dos evangelicos, dos catholicos e dos conservadores, dos anarchistas e dos professores. A reacção contra o naturalismo economico impõe-se, como se vê n'esses estudos eloquentissimos, a todas as classes da sociedade, insinuando-se em todos os estados e revestindo todas as modalidades do pensamento politico e religioso. Ha socialistas atheus, protestantes, catholicos. Ha socialistas nos governos e nos clubs, na aristocracia e na plebe.

Da agitação provocada na Allemanha por Lassalle — essa physionomia singularmente sympathica que seduzia as mulheres e o povo, deixando por onde passava o rastro de sympathia que é condão dos missionarios; esse homem, cuja vida foi, como a de Jesus, um romance — veiu a origem do *messianismo* operario. A *boa nova* sahia dos labios do apostolo, como outr'ora da bocca de S. Paulo: désse o Estado uns milhões, e o reinado da paz e da abundancia surgiria com as cooperativas universaes, reivindicando para o

trabalhador os instrumentos do trabalho. D'esta propaganda das doutrinas, que por seu lado Marx expunha theoricamente, nasceu todo o movimento operario.

A monarchia prussiana, cesarismo apoiado nas plebes (como todos os cesarismos) com as tradições recentes da dictadura de Stein, não era antipathica ao movimento. Bismark converteu-se ao novo christianismo como os patricios romanos do imperio antigo, e d'ahi nasceu o socialismo autocratico, imaginando resolver o problema por meio de leis de protecção e da organisação de uma caridade official sem limites.

Essa politica buscou e obteve apoio na religião. Foi sem difficuldade que os pastores protestantes prégaram uma doutrina cujas raizes evangelicas são mais do que evidentes. «Aquelle que quizer comprehender a questão social, escrevia o pastor Todt, e contribuir para a resolver, deve ter á sua direita os livros de economia politica, á sua esquerda os do socialismo scientifico, e diante de si as paginas abertas do *Novo Testamento*. A economia politica é a anatomia, o socialismo é a pathologia, o Evangelho é a therapeutica do corpo social.» (p. 128).

O ponto principal da reforma *evangelica* é a restauração das corporações de officios; mas ninguem ignora quanto é chimerica uma tal idéa, attendendo á vastidão e complexidade da industria manufactureira dos nossos dias.

Os catholicos não podiam ficar atraz, nem recusar n'este terreno a batalha offerecida por uma religião

dissidente de que um estadista inimigo usava como arma para disputar a influencia nas plebes. Tambem os catholicos allemães prégam o socialismo, alliando-se aos democratas em campanhas de que Bismark nem sempre sae victorioso. No congresso socialista-catholico de Essen em 1870, um dos delegados, Witte, enumerava assim as forças do partido: « Quinze mil camponios catholicos estão federados na Baviera; dentro em pouco teremos outro tanto e mais na Westphalia e nas provincias rhenanas. Cem mil operarios estão alistados nas nossas bandeiras e oitenta mil bravos companheiros das *Kolping-Vereine* nos estendem as mãos... Trinta mil sacerdotes trabalham na obra. Entrevejo um futuro brilhante. » (p. 159-60). Com effeito essa propaganda embaraça a politica do chanceller do imperio.

A principal origem da força d'ella está porém na alliança offensiva dos catholicos com os democratas para a guerra ao chanceller, alliança hybrida e sem duvida cheia de perigos, alliança similhante ás dos socialistas do conde de Mun com os demagogos em França.

Estes, atheus, democratas e niveladores, tiveram na *Internacional* um orgão que, a principio, se resumiu a exprimir o plano de uma *trade's union* universal, para logo se tornar, de machina de *grèves* e instrumento de augmento de salario, na associação revolucionaria cujo plano é geralmente conhecido. Renegando o communismo mystico, a *Internacional* defendia o interesse

individual, que só entendia compativel com a anarchia plena e com a destruição do Estado. Como? Pela pulverisação da soberania nas communas, proprietarias do sólo e dos instrumentos de trabalho. Todos sabem como cahiu afogada em sangue esta doutrina além de tudo inconsequente, pois tanto é Estado a instituição que centralisa o governo de um paiz, como a que se limita ao dominio de uma communa; e a liberdade individual nas communas de Karl Marx e de Proudhon seria incomparavelmente menor do que é nas nações actuaes.

Assim como o christianismo das primeiras éras teve os seus *ebionitas,* assim como o protestantismo teve os seus *anabaptistas,* assim o collectivismo democratico tem nos *nihilistas* de Bakounine os seus ultra — tresvarios do pensamento illuminado inherentes a todas as doutrinas que têm apaixonado successivamente a humanidade.

Entre os *nihilistas* e as tentativas autocraticas ou reaccionarias, pensando encontrar a solução do problema no regresso a instituições archaicas — tentativas absurdas e sem futuro pois o socialismo é o problema proprio das edades democraticas, e que sempre, na Antiguidade e na Edade-média, na Europa e fóra do mundo europeu, se apresentou como inherente á democracia e irresoluvel fóra d'ella — entre o *nihilismo* e a autocracia se incluem, descrevendo um circulo, as escólas e sociedades estudadas no livro do celebre professor de Liège.

Conclue elle pela exposição rapida — rapida de mais para a illustração do commum dos leitores — das doutrinas póde dizer-se dominantes hoje do socialismo cathedratico: essa escóla que teve por iniciadores Rodbertus, Lueder e Soden, que contou como fundadores von Thunen, Müller, Bernhardi, List, Stein, Roscher, Knies, Hildebrand, Hermann, e que hoje inscreve, entre os seus innumeros adeptos, Nasse, Schmoller, Brentano, Schænberg, Ræsler, Dühring, Wagner, Schæffle, Cohn, von Scheel, Samter, Engel (p. 320-1).

A esta escóla pertence o author do *Socialisme contemporain,* e por isso, analysando a doutrina do prefacio de que a sua obra vem precedida, podemos familiarisar o leitor com as idéas novissimas (ou antes, antiquissimas !) em economia social.

*
* *

« Quando a declaração dos direitos nos Estados-Unidos e a revolução franceza proclamaram a soberania do povo e inscreveram a egualdade dos homens entre os artigos da Constituição, o principio da fraternidade desceu das alturas do ideal, para se tornar o programma dos radicaes de todos os paizes onde se propagaram as idéas triumphantes na America e em França. A egualdade de direitos politicos leva inevitavelmente a reclamar a igualdade de condições, isto é, a repartição do bem-estar em proporção do trabalho effectuado. O suffragio universal reclama como complemento o bem-estar universal. É contradictorio que o povo seja a um tempo miseravel e soberano. » (p. XI).

Eis em palavras concisas e frisantes o que podemos chamar o *estado da questão* d'estas nossas sociedades européas democratisadas. O author, que communga nos principios proclamados pela revolução franceza,

expõe com lucidez não menor o contraste deploravel que o estabelecimento das instituições livres, despedaçando todos os moldes de protecção religiosa e monarchico-feudal, apresenta perante a soberania popular.

« Introduziu-se o regime *capitalista*, e o capital, accumulando-se sempre, decuplicou a massa dos productos, escravisando comtudo o trabalhador... Não era antes assim, graças ás corporações de officios. — A sorte do trabalhador rural e a parte dos fructos do sólo que lhe competia eram tambem outr'ora regidos pelo uso. A existencia do camponez não dependia da dura lei da concorrencia. — N'outro tempo a communa dava o pasto, a lenha, uma leira de terra: era « uma alvéola protectora. » — Na cidade e nos campos o productor era dono do instrumento de producção: era o trabalho que possuia o capital. O salariado era excepção: hoje é regra. — Vivemos sob o regime da plena liberdade contractual, mas, em todos os contractos, aquelle que fornece o elemento indispensavel para que se possa viver trabalhando é quem dicta as condições, elevando ao maximo a *renda* e baixando o *salario* ao minimo. Vence o mais forte, que é n'este caso o mais rico. » (p. XIV-VII).

Dada uma tal situação, declarado um tal conflicto, o author nota com summa perspicacia o papel que o naturalismo economico, ou Economia-politica orthodoxa, teve no sentido de provocar as utopias *mecanistas* dos Marx e dos Lassalle, e d'ahi os desvarios anarchistas

das plebes : « Pensou-se encontrar no ensino da Economia-politica o meio de combater o socialismo, e é justamente a esta sciencia que os socialistas contemporaneos foram buscar as suas armas mais temiveis ! Os economistas provaram que todo o Valor e toda a Propriedade derivam do trabalho : segue-se manifestamente, dizem os socialistas, que os bens devem pertencer aos que os criam com o seu trabalho... Ricardo, Mill, todos os representantes da sciencia orthodoxa mostram que, no regime da concorrencia, e n'um paiz onde a riqueza e a população augmentam, a renda do proprietario cresce sem cessar, ao passo que o salario do operario baixa ao stricto necessario para viver... » (p. XXX-XXXI).

Conclue pois o nosso author que o Socialismo é uma critica fundada, uma reivindicação justa : « Se o quizerem extirpar, é mister atacal-o na sua origem e nos seus meios de diffusão, isto é, proscrever o christianismo, queimar a *Biblia,* ensinar com os philosophos antigos a desegualdade natural que fundamenta a escravidão, abolir o ensino primario e a imprensa. Se a desegualdade actual de condições é necessaria e permanente, prégar o Evangelho, abrir uma escóla, fundar uma typographia, alargar o suffragio, são outros tantos attentados á ordem social. » (p. XXXIII).

Bastiat não se queixava do christianismo : lamentava ao contrario a diffusão do ensino classico como origem da propaganda socialista. Com effeito o snr. Laveleye, quando se refere aos antigos, esquece-se de que

os juristas stoicos proclamavam a escravidão um facto *contra naturam,* antes da doutrina christã que a baseou no peccado original, desde Santo Agostinho até aos dias de Bossuet: *conditio quippe servitutis jure intelligitur imposita peccatori.*

Em todo o caso vemos que de qualquer modo e por qualquer lado que a questão se encare, o problema impõe-se. Onde ha egualdade civil e politica, força é que haja uma justa distribuição de riqueza, uma aproximação de condições. Aristoteles, Machiavel, Montesquieu, as tres grandes columnas do direito publico, são concordes em o affirmar. Todos concordam tambem em reconhecer que o *capitalismo,* ou anarchia economica, propria da nossa edade social e de todas as analogas, aggrava em vez de minorar o conflicto necessario das leis chrematisticas com as leis ethicas, ou da concorrencia-vital da natureza com os mandamentos de justiça expressos pela nossa razão. O primeiro d'esses dogmas racionaes é o da Egualdade democratica, que, como disse Tocqueville, « é o facto mais contínuo, mais antigo e mais permanente da historia. »

Isto assente, o nosso author, socialista-cathedratico, vacilla quanto á solução do problema, já como norma de doutrina, já como processo de politica. Em um artigo *La crise du libéralisme,* agora mesmo publicado na *Revue de Belgique,* diz: « A questão não está madura. Não ha accordo sobre ponto algum. Os pensadores não encontram solução, e, quando a encontrassem, o povo seria incapaz de a applicar. Qualquer modificação

séria na organisação social de hoje *suppõe que os instrumentos de trabalho se tornem propriedade dos trabalhadores.* Ora, como a industria se exerce hoje em grande e collectivamente, seria necessario que os trabalhadores associados estivessem habilitados para gerir grandes collectividades industriaes, isto é, para explorar com exito sociedades cooperativas de producção. »

No livro, de que nos temos vindo occupando, lê-se por outro lado : « Se os socialistas expozessem as suas idéas com insistencia, mas com moderação, as classes dirigentes escutal-os-hiam, pois ellas não podem subtrahir-se aos sentimentos de justiça egualisadora que o Evangelho põe em suas almas. » (p. XLIV).

Nota-se mais (p. X) a supposta contradicção das leis naturaes *darwinistas* da concorrencia-vital e da selecção, prégadas pela propria bocca dos sectarios ardentes do socialismo anarchico.

De tudo isto percebe-se que o pensamento do author consiste n'um regresso ao espirito evangelico, appellando para a caridade das classes dirigentes. Os factos de hoje (e de sèmpre) dão, infelizmente, bem poucas esperanças de solução por taes caminhos. A idéa de egualdade democratica é antagonica á propria idéa de *classes dirigentes*, e o problema tem de resolver-se dentro da democracia ou não se resolverá. A democracia no seculo XIX é racionalista, como foi na Antiguidade, e em vão se quererão restaurar sentimentos e dogmas transcendentes. A tentativa de Augusto

foi tão mallograda como depois a de Juliano: da primeira resultou o imperialismo asiatico, e a segunda não pôde impedir a dissolução do imperio. Nunca a historia viu abdicações, e o que se reclama das *classes dirigentes* é que preparem espontaneamente as coisas para um estado em que perderão o dominio e a riqueza.

Pela nossa parte, tambem *socialistas cathedraticos* quanto ao processo politico, a solução theorica importa uma serie de revoluções que vão successivamente chamando ao governo do Estado novas camadas sociaes. O exemplo que hoje nos offerece a França é amplamente illustrativo a este respeito. Quanto a nós, a democratisação da riqueza e do governo tem de ser effectuada por via de uma iniciação governativa, para a qual os proprios interessados são os unicos instrumentos adequados. Haja uma reforma do imposto, um codigo de trabalho, como v. g. o reclamam os socialistas evangelicos allemães, e ter-se-ha andado um grande passo. Permitta-se ao povo economisar, permitta-se-lhe viver, proteja-o o Estado, como faz ás instituições do capitalismo, e veremos multiplicarem-se exemplos como o da *North of England industrial and coal company*, onde differentes sociedades cooperativas são grandes accionistas (p. 86); veremos ir gradualmente desapparecendo essa incapacidade das classes trabalhadoras, que não é senão o resultado de instituições archaicas e viciosas, contra as quaes é mister que ella combata para chegar a substituir-se-lhes. Assim as

burguezias modernas em luctas seculares ganharam por fim a victoria, aprendendo nas proprias campanhas o uso das armas do governo. Veremos então como os instrumentos do trabalho entram na posse dos trabalhadores, não por uma mutuação de scena theatral, mas pelo resultado da lucta darwiniana da concorrencia-vital.

Não é tão absurda como parece a doutrina dos socialistas, quando prégam o darwinismo; elle não exclue o reconhecimento dos instinctos racionaes, e a verdade é que nós homens existimos animalmente movidos pela razão. As plebes e os energumenos, prégando a concorrencia-vital, obedecem a instinctos animaes que lhes annunciam a victoria certa de quem tem por si o numero, e portanto a força. Cumpre ao philosopho encaminhal-a, dirigil-a tanto quanto é possivel nas coisas humanas.

Hoje mais do que nunca no banco dos governos se reclama a lição da philosophia, e felizmente vê-se até que ponto o problema se impõe, se se observa «como se convertem ao socialismo d'Estado, apesar das objurgatorias dos economistas orthodoxos, os espiritos mais perspicazes: pensadores como Stuart-Mill, Fichte, Schäffle, Minghetti; ministros como Bismark, Gladstone e, hontem ainda, lord Salisbury; soberanos como o rei de Italia e o da Dinamarca, o qual faz seus n'este momento esses projectos socialistas que o grande Chanceller procura fazer acceitar pelo parlamento allemão.» (*La crise du libéralisme*).

Se, portanto, o movimento socialista se impõe de tal modo aos governos — que, todavia, procuram apenas passar ao lado do problema, minorando-lhe a gravidade — o mister do critico é diverso do dos estadistas. Cumpre-lhe reconhecer a questão em todas as suas faces correlativas, isto é, a racionalisação do pensamento, a democratisação da authoridade, a perequação da riqueza. N'estas tres formulas se inclue toda a *questão social.* Imaginar resolvel-a desconjunctando-as é chimera; pensar restabelecer dogmas transcendentes, instituições de protecção, autocracias paternaes, é illusorio. Tudo isso cahirá por terra.

Imaginar, por outro lado, que podem ser fecundas as revoluções *theatraes,* que a face do mundo se altera de um dia para o outro, é vão. Victoriosas por surpreza, as plebes operarias cahiriam victimas da sua propria incapacidade. É de hontem o exemplo de Paris. É mister que passo a passo se eduquem, trabalhando e combatendo. Mas para isso é mister tambem que no Estado encontrem apoio, protecção, ensino. Por isso nas revoluções que esperam a Europa, mais de uma vez primarão as dictaduras monarchicas sobre as oligarchias republicanas dos capitalistas discipulos de Say.

Por isso, para concluir, nós fazemos nossas as palavras eloquentes do professor Laveleye no seu artigo já citado: « Pertenço a esta escóla economica ethico-historica a que chamaram Socialismo cathedratico, e pela minha parte, como nossos avós os *gueux* (direi

eu, os *patuleias* de 36?) acceito o epitheto com que os nossos adversarios quizeram ferir os meus collegas das universidades allemãs; e invoco a moral, o direito e a historia para levantar a sciencia acima da deificação do egoismo, e para lhe dar como fim o melhoramento da sorte dos trabalhadores.»

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA METROPOLITANA

I

O TRATADO DE COMMERCIO COM A FRANÇA

Carta ao director do « Jornal do Commercio »

Estava longe de mim a idéa de ir importunar os leitores do seu jornal, mettendo tambem a colhér na discussão actual do famoso tratado de commercio, quando o seu convite veiu impôr-me a obrigação de o fazer. Seja essa a minha desculpa, e tenha o leitor presente sempre esta circumstancia á medida que fôr ouvindo o parecer de um homem cujas opiniões destoam tanto das do commum dos seus concidadãos.

Eu não pensava dizer uma palavra ácerca do tratado de commercio por varios motivos. O primeiro d'elles é que antipathiso cordialmente com todas as questões politicas: é uma questão de genio e de olfato. Não me cheiram bem. O sophisma, a hypocrisia, o egoismo mal mascarado por formulas doutrinarias, e

a intriga vestida com a toga professoral, constituem para mim um espectaculo, sem duvida alguma interessante e divertido para se vêr da platéa, mas demasiado burlesco para me convidar a entrar na scena. Desdem, ironia ou tristeza, sentimentos bem cabidos aos solitarios e mysanthropos, eis o que o espectador na platéa sente.

Entretanto, eu penso tambem que, por desvairada que vá a direcção de uma sociedade, ninguem tem o direito de se abster; e posso felizmente n'este caso dizer que me não abstive, porque dei quatro mezes de um trabalho tão aturado, tão gratuito, quanto inutil, ao inquerito industrial. Convidado para fazer parte da commissão districtal do Porto, collaborei no inquerito, posso dizel-o com um certo orgulho desculpavel, com dedicação e amor. Nada pretendia, porque nem me occupo de politica, nem sou fabricante: nada queria para mim, desejava apenas ser de algum modo util á minha infeliz terra. A satisfação de um dever cumprido é a unica retribuição condigna de trabalhos da natureza d'esses; mas uma certa magua por vêr a estupida má fé do proximo não deixa de ser tambem licita a quem se lembra da sentença do poeta antigo: *Homo sum...*

Doeu-me pois, e nem a mim só, quando se disse terem-nos pago não sei quantas libras ao dia — a nós que não recebemos um ceitil; doeu-me ainda mais vêr que os fabricantes, ou alguns fabricantes pelo menos, ou antepunham as suas rivalidades mesquinhas aos

legitimos interesses da classe, ou não tinham juizo bastante para ouvir com agrado verdades amigas. Se elles estão acostumados a ouvir apenas adulações e promessas de todos os que para nos explorarem os exploram a elles!

Não lhe direi, comtudo, que isso me surprehendesse muito: que me impressionou porém de um modo melancholico, é verdade — e esse era tambem o motivo particular que, além dos motivos geraes, me tinham decidido a não bolir n'essa questão grave do tratado. Desculpe v. este desabafo, e entremos na materia, pois que assim o deseja.

Comecemos pelo principio; digamos a significação que, a meu vêr, têm os tratados de commercio na economia internacional da Europa.

Não é necessario grande saber nem demasiada perspicacia para achar n'essa especie de convenções um symptoma parallelo aos tratados postaes, maritimos e outros que fazem já da Europa, embora dividida em nações independentes, um corpo similhante em muito maior escala ao que foram as amphictyonias dos antigos. Já por cima das leis e dos interesses das diversas nações se desenha uma legislação e uma economia cosmopolita abrangendo todos os paizes da Europa e alguns de fóra da Europa. Já, da mesma fórma, e n'um grau mais pronunciado ainda, o cosmopolitismo dos costumes das classes médias denuncía tambem a obliteração, ou uma certa obliteração, dos typos de usos particulares nacionaes.

A historia diz-nos que este movimento, esboçado agora para as nações, se deu — chegando já a consummar-se na esphera das instituições, mas não ainda na dos costumes e tradições — com as provincias e municipios de cada uma das nações.

Entretanto, a generalisação precipitada que mais de um faz, comparando os movimentos da historia com os da actualidade, é uma das temeridades mais ou menos insensatas do espirito não raro tresloucado do nosso tempo. A unificação das nações e a obliteração das differenças locaes ou regionaes marchou até ao ponto de coincidir com o acantonamento das diversas ráças estacionadas na Europa e dotadas de genios e temperamentos profundamente distinctos.

Ninguem esquecerá, porém, que isto exprime a realidade de um modo talvez absoluto de mais, mas as correcções e limitações necessarias levar-nos-hiam muito longe, e a perspicacia do leitor dispensa-nos d'essa caminhada.

O facto da constituição politica da Europa n'um grupo de nações ethnicas, ou de raças congregadas sob um governo commum, trouxe as coisas a um tal ponto que inferir do movimento historico de unificação de provincias para a unificação actual das nações é uma utopia, ou pelo menos uma temeridade.

Assente isto, é mister inferir que o regime amphictyonico, isto é, o systema de independencia nacional combinada com um systema de pactos ou tratados ; a

constituição de corpos nacionaes isolados e autonomos, sem hegemonia juridica de nenhum d'elles mas dispostos a pactuarem consensualmente, é o regime natural organico da Europa actual.

Sendo assim, e parece incontestavel que o é, as illações livre-cambistas da utilidade da troca intra-nacional para a troca inter-nacional tornam-se uma pura abstracção e uma chimera perigosa para quem se embarcar n'ella. É chimerico e infeliz tambem inferir do facto da existencia autonoma das nações a doutrina antiga do exclusivismo ou da prohibição mercantil, porque, se ha nações, ha acima d'ellas um systema de funcções internacionaes.

O peior de tudo, porém, é a inconsequencia dos que sonham com um livre-cambio inter-nacional tão absoluto como o intra-nacional, e coexistente com a independencia, a opposição, até, das nações. Estupenda aberração theorica a que concebe a situação singular de duas pessoas trocando como irmãos com a mão direita e batendo-se desesperadamente com a esquerda!

O livre-cambio internacional é a expressão do cosmopolitismo, e, como o cosmopolitismo é uma utopia, o livre-cambio é um disparate. Ás vezes tem sido um laço armado aos simples, ou uma oppressão imposta aos fracos. Foi assim comnosco em 1703 quando *livre-cambistamente* por obra e graça do Methwen nos occupamos exclusivamente de dar vinho á Inglaterra, que nos dava de comer, vestir e calçar.

Eu quasi que vi ainda o Portugal de D. Pedro II,

não no continente, mas na Madeira. Florescia ahi o livre-cambio na sua pureza. A ilha era um sólo abençoado para a videira e só produzia vinho, coisa excellente, porque era esse o meio de obter o maximo rendimento liquido — assim se exprime a doutrina. Succedia porém que, não produzindo mais nada, nem pão, nem manufacturas, tudo ahi era americano ou inglez, desde a farinha até ao calçado. É mister calcular quanto custam as outras coisas quando se produz uma unica. Na Madeira, a theoria da producção predestinada ou natural fazia com que a vida custasse carissimo, e que as populações vivessem n'um estado de ilotas. Os camponezes eram ilotas dos morgados proprietarios, os pobres morgados eram ilotas dos negociantes inglezes que, affectando ignorar a lingua e os usos, os tratavam de *tu* com o chapeu na cabeça. Depois o *oidium* abençoado estragou as vinhas, e a ruina da Madeira foi a sua fortuna: hoje alimenta-se, veste-se, faz assucar, engorda gado. Se já não ha casas de negociantes opulentos, ha uma abastança geral — porque a melhor *excellencia* do livre-cambio é exagerar todos os vicios do regime capitalista da concorrencia universal.

Foi por isto que eu, ao vêr por meus olhos a transformação por que passava essa formosa ilha e lembrando-me de como o marquez de Pombal mandou arrancar as vinhas nos valles dos rios, sem applaudir o processo, applaudia a medida. E o caso da Madeira é o caso actual da Irlanda, onde o livre-cambio, ensi-

nando que a engorda de gado dá maior rendimento liquido, faz com que as terras fiquem a pasto, que a população tenha de emigrar — e que a Inglaterra, á qual a ilha proxima está unida sem estar resignada, se ache n'este momento a braços com uma revolução tão tremenda quanto é lenta, surda, nada theatral.

A divagação foi grande, mas talvez não fosse inopportuna, nem inutil. A questão dos tratados prende-se á das doutrinas economicas por filamentos diversos e mais ou menos genuinos. Uns são mais interessantes do que outros, mas o nosso caso, como tudo o que é nosso, é divertido. Antes de analysar esse ponto, devemos, porém, concluir as considerações que fizemos ácerca do regime economico internacional da Europa, dizendo que os tratados de commercio, contrapondo-se ao systema das pautas nacionaes, exprimem n'esta esphera o regime amphictyonico que enlaça as nações independentes.

D'aqui infere-se naturalmente que uma nação trate ou principie por tratar com aquellas nações com que tem relações commerciaes mais intimas e mais graves. Pois bem: o primeiro caso singular entre nós é que, sendo a Inglaterra e o Brazil os paizes da nossa maior intimidade, sendo a Hespanha o paiz nosso visinho, a politica portugueza, na sua indecifravel sabedoria, não negoceia tratados nem com a Inglaterra, nem com o Brazil, nem com a Hespanha, e apressa-se a negocial-os com a França. É evidente que eu não posso nem quero ter o arrojo de desvendar os segre-

dos da sabedoria; mas, quando vi por meus olhos estioladas todas as pequenas industrias do districto do Porto, principalmente por se lhes ter fechado, ou se lhes ir fechando o mercado brazileiro, lastimei que a força, a influencia, o talento e o trabalho gastos em negociar tratados com a França se não tivessem dirigido para a America.

Como seria, porém, de outro modo, se os nossos famosos pensadores já tinham descoberto *a priori* que não ha possibilidade de producção fabril em Portugal — um paiz essencialmente agricola! segundo a formula consagrada. Como seria, porém, de outro modo, se elles, os professores doutorados, resolveram do alto das suas cadeiras que industria são *grandes fabricas;* que as pequenas industrias estão condemnadas; sem se lembrarem que as grandes fabricas nascem das pequenas officinas e que mais de uma metallurgia colossal de hoje era hontem uma loja de ferreiro. Ah! infeliz sorte de um paiz, levado pelas cabeças impertigadas dos herdeiros dos desembargadores! Eu direi agora o que ha mais de um seculo dizia o Gusmão:

«O Terreiro-do-Paço absorve-nos, o Terreiro-do-Paço suga-nos, o Terreiro-do-Paço arruina-nos!»

Elle fallava dos frades, eu fallo dos conselheiros; elle dos conventos, eu das secretarias. Mudaram os trajos, não mudaram as coisas.

As secretarias, inçadas de gente, estão abarrota-

das de opiniões graves. O livre-cambio lavra por lá como o phylloxera no Douro — perdão! ao contrario; porque o phylloxera secca as vinhas, e o livre-cambio engorda as secretarias — seccando o paiz, é verdade. Nas secretarias ha uma preoccupação exclusiva — o fisco. Renderá mais, renderá menos? Eis ahi, bem no fundo, o criterio de todas as medidas que vêm a publico, atadas em ligaduras de phrases, embalsamadas em periodos redondos, como as mumias do Egypto, para uso dos fieis. Eu sou ha muito declarado hereje.

A secretaria abre nas suas estantes rendilhadas [1] as ponderosas estatisticas da alfandega, e bate as palmas vendo crescer as rendas; mas não calcula quanto produziu o trigo para comermos porque o não creamos, o panno para nos vestir porque o não tecemos, e tudo o mais á proporção. Assim o morgado classico folgava quando o agiota lhe trazia o dinheiro, sem se lembrar do juro, sem reparar na quantia escripta na letra de cambio. Depois vinham as penhoras; por fim veiu a ruina, quando a lei permittiu vender as terras.

A secretaria não vê, não sabe, não indaga. Não quer ver? não quer saber? não quer indagar? Talvez. Quan-

---

[1] Um contradictor observou-me que não eram tal rendilhadas, mas de pinho, muito reles e muito porco. É verdade; confesso o meu erro.

to maior fôr a importação, mais renderá a alfandega, e os economistas encartados affirmarão que isso prova o augmento da nossa riqueza.

Entretanto vão-se fechando as officinas. No Porto, a ourivesaria, a ferraria, a marcenaria, a funileria e outras, empregam hoje menos uns poucos de milhares de homens do que ha quatro ou seis annos.

As queixas rumorejantes haviam chegado vagamente aos ouvidos do Terreiro-do-Paço, e foi então que se resolveu inquerir. O pensamento do inquerito, o proveito que d'elle se tirou para o tratado com a França, mostram bem como é verdade o que eu dizia ha pouco a respeito da secretaria. O governo declara-se alheio e indifferente: isto é, limita-se a ouvir os que se queixam para remediar, sendo possivel, os males de que soffrem. Esta foi, na sua singeleza, a idéa do inquerito — ninguem o contestará. E esta idéa que revela? Que na opinião do governo a economia industrial do paiz é regular, podendo carecer de algum correctivo especial que os interessados indicarão. Eu pergunto a v. e a quem me lê se esta idéa é ou não é singular? Pergunto se Colbert ou o marquez de Pombal foram indagar dos industriaes o que elles queriam, para saberem o que tinham a fazer. Nenhum estadista procederia assim. Um inquerito, concebido como o de ha pouco, presuppõe o pensamento de que as coisas em si, no seu todo, não carecem de reforma, embora possam necessitar emendas. Os meus collegas do Porto e eu com elles, por pensarmos de outro modo, demos

ao nosso inquerito um caracter diverso. Por isso fomos escoicinhados até pelos proprios industriaes!

Quer v. melhor prova do que affirmo do que o caso da industria do ferro? Ouve-a protestar contra o tratado? Ouviu-lhe já as reclamações? Eu não oiço. Pois é positivo que o systema de direitos vigente torna absolutamente impossivel o fabrico de mais de uma especie, porque os direitos das materias-primas são superiores aos dos objectos fabricados. Ha uma protecção positiva ao estrangeiro e o nacional não se queixa. Ora n'este e n'outros casos se vê como as vozes dos interessados não bastam para formar um pensamento de governo. O estadista é obrigado a saber mais, a vêr melhor. Mais de uma vez o industrial não sabe o que quer, e muitas vezes mais o que deve querer; ora se o papel do governo é protecção — protecção em geral e não agora o *papão* famoso das alfandegas — a obrigação do estadista é ensinar, esclarecer, amparar, dirigir. Quem retirar ao governo este papel, dá a um ministro attribuições similhantes ás do amanuense que copía o que lhe mandam. Elle proporia em leis o que os outros lhe exigissem. Afinal, talvez seja isto o que se dá; talvez por isso não peçam, aquelles que sentem não poder exigir e sabem que sem extorsão nada hão de obter de governos passivos, perante as forças jogadas na lucta dos interesses anarchisados.

Assim, eu observo com espanto singular o que dizem as folhas: que o ministro negociador do tratado exige a sua approvação, e que ao mesmo tempo o pre-

sidente do conselho lava d'ahi as suas mãos, como um Pilatos-Fontes; accrescentando que não adora os tratados com as nações *fortes,* que nada sabe do que se negociou, não era então ministro — mas que apesar de não gostar, de não saber, deve defender por honra do convento. Eu cogito e não percebo.

Ao mesmo tempo, nos jornaes debate-se, como é de rigor, a famosa questão da protecção e do livre-cambio com abundancia de formulas e doutrinas. Thiers disse da economia politica que era um genero litterario massador. Eu, salva a petulancia, direi que me parece fazerem d'ella uma especie de *casse-tête* chinez. E, a meu vêr, as coisas são assaz claras quando não ha o proposito de as confundir.

A ancora doutrinal dos livre-cambistas é o seguinte axioma: o producto liquido e d'ahi a creação de riqueza é tanto maior quanto a applicação do trabalho é mais adequada. N'estes termos, com effeito, o principio é incontestavel. Resta-nos porém saber em que consiste o *adequado.* A nosso respeito, dizem que somos *essencialmente agricolas,* que não temos materias-primas, nem carvão, nem ferro; que a industria portanto é uma planta exotica entre nós, apenas susceptivel de acclimatação á custa de sacrificios graves do consumidor.

Parece-me tudo isto uma série de affirmações no ar. Mal do paiz que estivesse em taes condições, pois a sua propria existencia nacional estaria condemnada. A historia mostra-nos que todo o paiz cuja occupação se

tornou exclusiva de um ramo, ficando assim vassallo do estrangeiro em coisas essenciaes, cedo ou tarde soffre na dependencia politica a consequencia da dependencia economica. O caracter synthetico que a educação procura hoje imprimir no homem, é o caracter economico das nações — que são grandes animaes collectivos.

Será porém tão claramente provado que o facto da ausencia de certas materias-primas entre nós crie em nosso desfavor uma *causa mortis* industrial? Não me parece. Será o algodão indigena em Inglaterra? Será acaso indigena da Inglaterra ou da Allemanha o ferro que ambas mandam buscar á Biscaya para dar fundido o Bessemer? Serão indigenas das nações fabrís da Europa as lãs que importam da Australia, do Rio da Prata? Será creado em Inglaterra o cautchuc que vae para lá da Africa e do Brazil? Seria finalmente indigena nas ilhas britannicas a cortiça que nós lhe mandavamos de cá, para elles nol-a devolverem sob a fórma de rolhas? Assim o livre-cambio do seculo XVIII levou ao estabelecimento das *industrias naturaes*, nas relações da Inglaterra para comnosco.

Deitemos pois para longe o argumento famoso. Vale o que vale a intelligencia de quem o emprega. O indigenato das industrias está na *área de consumo que conquistam*, e não no local de proveniencia das materias-primas. Ainda hoje, a ferraria dos arredores do Porto exporta para o Brazil fechaduras fabricadas com ferro inglez. Os tecidos de algodão tornaram-se indus-

tria indigena em Inglaterra desde que ella soube e poude conquistar para o consumo o mundo quasi inteiro. Aos portos portuguezes vem o carvão mais barato do que a muitos centros fabris da propria Inglaterra, porque o frete maritimo equivale quando muito a 200 kilometros de trajecto em caminho de ferro.

A ruina da nossa industria deve portanto buscar-se na nossa historia, exclusivamente colonial, em primeiro logar; depois na incapacidade com que os nossos governos deixaram perder a área de consumo que ainda tinhamos — o reino e o Brazil — sem saberem ou sem poderem abrir mercados novos, antes pelo contrario abrindo cada dia o nosso proprio estomago para que recebesse toda a especie de drogas estrangeiras.

Mas, quando se trata de materias-primas, esquece uma e importante — o homem. Tanto é materia-prima do objecto fabricado a substancia que se transforma, como o agente que a transforma. Póde escassear a substancia e abundar o agente; póde escassear o segundo e abundar a primeira; em qualquer dos casos a industria possue condições de vida. Só as não terá quando não houver nem substancia nem gente.

Ora, se entre nós faltam substancias — e que paiz as possue hoje todas? e que valor tem isso perante as facilidades do transporte e a economia do credito? — abundam braços: facto que ninguem póde contestar perante o facto conhecido de uma emigração descommunal para a população do reino.

Possuimos pois a materia-prima homem; e nenhu-

ma ha nem mais importante chrematisticamente, nem mais grave socialmente. Dar que fazer a quem tem braços, dar trabalho a quem tem filhos, fixar no sólo da patria os cidadãos, eis ahi, parece-me, o valor eminente da protecção industrial.

Quando em 1848 em França uma revolução e uma crise ameaçaram com a morte milhares de operarios, não faltou quem dissesse, como por cá se tem repetido depois — que a agricultura é a mãe das industrias, que o sólo alimenta toda a gente, que o mundo é vasto e a emigração livre. Não se nos diz porém como vão, como poderão ir, com que meios, com que esperança, com que recursos, os filhos dos operarios do norte para os campos pouco povoados do sul. Não se nos diz se está provado que a natureza d'esses terrenos e da cultura que lhes é adequada não serão a propria causa da pequena densidade da população. E, quando se diz que emigrem, esquece-se que se aconselha o remedio que esterilisou já por uma vez Portugal. Se voltassem febres de exploração ultramarina, voltariam situações como a do fim do seculo XVI, em que por detraz da opulencia asiatica de Lisboa estava o reino com a população reduzida a um milhão de habitantes.

Outra opinião corrente é a de que a falta, toda a falta, está na ignorancia dos industriaes e dos operarios: eduquem-se, dizem, derrame-se a flux a instrucção e em breve ficaremos a par das outras nações: a instrucção é a verdadeira protecção; a pautal é uma

pseudo-protecção. O absurdo é evidente. Negar o valor essencial da instrucção, ou dizer que não carecemos d'ella, seria absurdo tambem. Mas, como se ha de aprender, sem se poder comer? Como ha de iniciar-se o fabricante e o operario aprender, se entretanto não houver possibilidade de ganhar o pão de cada dia? A pauta é a defeza, a instrucção é o fomento: completam-se, combinando-se. Isoladas, pouco valem: são, ou uma phantasia, ou uma rotina molle — como de resto o prova a nossa propria industria actual.

Mas a pedra de escandalo ainda eu a não toquei. Deixei-a para o fim. A pedra de escandalo da protecção está — dizem — em que o beneficio da industria é pago á custa do consumidor. O consumidor, o famoso consumidor, é a victima infeliz de quem todos se compadecem; é elle quem expia todos os males, elle quem soffre todas as perdas — paga o fato mais caro! Eu por mim direi que, não me tendo vestido jámais em casa de John Memby, nem de Dussautoi de Paris, apenas em algibebes lá de fóra, nunca paguei fato mais barato do que em Lisboa. Exemplos d'estes não colhem porém, concordo: talvez eu não soubesse comprar.

Paremos, comtudo; meditemos. Já viu v. alguma vez o *consumidor?* Que feitio tem? Terá fórma humana? Que cidadão é esse que não produz? Se elle existe, é um paria: devemos expulsal-o do nosso seio; é um parasita que para nada serve, aquelle cujo officio é *consumir*. Quem ha que não produza? Eu não conhe-

ço ninguem: parece-me que todos, todos, somos productores e consumidores a um tempo.

O famoso consumidor que o livre-cambio inventou para seu uso é um mytho; é uma abstracção mais, n'uma theoria que não passa d'um rosario de abstracções massadoras e simples. Bastiat gastou os annos a contar o que se vê e o que se não vê, deixando-nos a prova de que consumiu os olhos a observar nuvens e chimeras. Era isso o que elle via — era o que o bom senso com razão não podia vêr.

Consumidor quem é? É o funccionario, o magistrado, o soldado? Ah! senhores: pois quem vos paga? quem salaria a vossa velhice, quem pensiona as vossas viuvas e os vossos orphãos? Não seremos nós todos, por via do thesouro e do cofre do imposto? — Consumidor é o negociante? é o lavrador? — E d'onde sahem, senão do fundo dos recursos nacionaes, os subsidios ás estradas, aos caminhos de ferro, ás linhas de navegação? — Consumidor é o norte? com que dever contribue para as despezas do sul? Consumidor é o sul? com que dever contribue para as despezas do norte? É consumidor o Alemtejo quando o thesouro subsidia um caminho de ferro na Beira? ou a Beira quando se faz a via ferrea do Algarve?

Lembrem-se todos bem aonde nos levaria a doutrina, se cada qual fosse discutir a sua conta-corrente com o Estado. Eu que não faço pannos, contestando o dever de proteger a industria, dou aos industriaes o direito de contestar a justiça com que se protege a

agricultura. Eu que sou do norte, contestando os subsidios ao sul, dou ao sul o direito de contestar os subsidios ao norte. Somma total e final de todas estas contestações que seria? A destruição da unidade nacional, como classes e como regiões.

Fique pois reduzido a zero o famoso argumento do consumidor — é uma abstracção, se não é uma pura tolice. N'uma sociedade não ha consumidores, nem productores, nem gente d'aqui nem d'acolá: ha cidadãos, solidarios todos nas suas funcções, nos seus deveres e direitos sociaes.

Tão absurdo é fallar-se no *consumidor* (isto é, no não-fabricante) quando se trata de protecção, como seria o fallar-se no *productor* (isto é, no fabricante e no operario) quando se trata v. g. de um subsidio a um caminho de ferro, de uma pensão a uma academia, ou de um tratado litterario que, encarecendo o preço dos livros, metta o devido salario no bolso do escriptor. Se se admittir um tal criterio na questão das industrias, é mister voltar a pagina e applical-o a todas as outras innumeras, multiformes, protecções publicas. E como a missão essencial do estado é proteger, o estado acabaria n'esse momento, e vêr-nos-hiamos na condição feliz do individualismo selvagem primitivo.

Eis ahi o que effectivamente se vê claramente com a vista nua do bom senso, sem necessidade das lunetas de nenhuma especie de doutrina.

Eis ahi o que eu tinha a dizer. Não concebo interes-

ses de classes, nem de regiões: vejo apenas interesses nacionaes e sociaes; e, como entendo, no meu fraco modo de entender, que só se é uma sociedade e uma nação quando se possue o systema de orgãos essenciaes no seu conjuncto — da mesma fórma que só se é homem quando se possuem os membros e faculdades humanas; como entendo que uma região exclusivamente agricola, exclusivamente colonial, exclusivamente fabril, póde ser uma provincia, uma fazenda, uma colonia, uma granja, uma fabrica opulentissima, sem attingir o caracter eminentemente *organico* de uma nação; como entendo assim, e ainda não vi razões que me levassem a mudar de parecer, entendo tambem que o liberalismo portuguez é réo do crime de ter abandonado a uma sorte miseravel todas as industrias historicas nacionaes, de ter deixado perder o mercado brazileiro que a nossa historia creára e a velha monarchia nos legou, de ter regateado as migalhas dos banquetes em que devorou quinhentos ou seiscentos mil contos de reis de emprestimos a umas industrias nascentes e rachiticas, por isso mesmo que foram mal amamentadas.

Entretanto, quem sabe? Talvez não fosse ainda impossivel reconquistar o mercado nacional e tambem o Brazil; talvez não fosse chimera pensar em abastecer de algodão a Africa. Perante os interesses do futuro da nação, que valor póde ter para mim o grasnar das rãs consumidoras?

Desenvolver todo o meu pensamento não cabe nos

limites de uma carta, já extensa em demasia. Basta indicar a summa d'elle: v. e os seus leitores deduzirão o resto.

Falta porém, ainda, concluir ácerca do tratado, que depois de ter sido pretexto para um inquerito, é agora o pretexto para os debates economicos. Ácerca do tratado em si, eu serei muito breve, mas muito positivo. Eu, se tivesse voz nos conselhos legislativos da nação, votava contra elle por varios motivos que passo a enumerar:

1.º Porque, convindo todos em que o nosso regime pautal é absurdo, tomal-o a elle como ponto de partida para um tratado é levantar um absurdo sobre outro absurdo. Os tratados deduzem-se das pautas: reformem-se primeiro as pautas, façam-se depois os tratados.

2.º Porque, de todos os tratados necessarios — e não digo que o francez não seja um d'elles — os urgentes são o brazileiro e o inglez; e ligarmo-nos á França por muitos annos póde prejudicar convenções eventuaes com o Brazil e a Inglaterra.

3.º Porque o tratado em si é um obstaculo a que se reformem as pautas, como urge, n'um periodo breve, impedindo-nos de inaugurar uma politica economico-fabril fóra dos limites que o tratado impõe.

4.º Porque, em compensação de todos estes obstaculos graves que apparecerão se apparecer no governo um pensamento governativo, o tratado não nos dá compensação de especie alguma; sendo illusoria a

vantagem allegada nos direitos dos vinhos que a França nos compra como materia-prima indispensavel para a composição de um producto de exportação sua, e não como objecto escolhido entre objectos de nações differentes para consumo proprio.

5.º Porque, além d'esta *vantagem* illusoria, apenas se póde allegar a outra de este tratado ser *melhor* do que o anterior, o que não quer dizer que este nem o outro sejam bons — pelo contrario.

6.º Porque, não só em these o tratado é um obstaculo inevitavel á refórma da nossa legislação industrial, como vem affectar interesses e direitos creados á sombra da legislação vigente — como o provam as reclamações de numerosas industrias.

7.º Porque me não parece tanto para temer o regime transitorio da pauta geral, tendo o governo, como tem, a faculdade de modificar os direitos dos artigos que o exigirem, e não havendo contra nós em França senão o direito do vinho. Os fabricantes de claretes francezes virão buscal-o assim mesmo: a differença vale de nada, e a necessidade que elles têm de materia-prima e a qualidade dos nossos vinhos grossos militam em nosso favor. Bastam 20 ou 30 kilometros de trajecto a favor em caminho de ferro, para compensar a differença do direito; e, quando se compararem as distancias médias em Hespanha e em Portugal, vêr-se-ha que, ainda com um direito superior, teremos a preferencia.

Eis ahi, em summa, o que eu diria, repito, se tives-

se voto, e o que lhe digo a v. pois que m'o perguntou. Organisar a nossa pauta de um modo racional é indispensavel; mas, para que seja benefico e util, será mister que esse trabalho (prejudicado em grande parte, se o tratado francez acabar de ser votado) seja acompanhado por um codigo de leis, instituindo a instrucção profissional, regulando o trabalho e a hygiene das officinas, dispensando garantias ao proletariado, estabelecendo a estatistica industrial e o cadastro das riquezas naturaes do nosso sólo.

Tal é, em summa, a minha opinião. Parece que já a Hollanda rejeitou o tratado francez: façamos nós o mesmo, mas não para ficarmos com os braços cruzados, antes para os termos livres e para os empregarmos á vontade na obra da reconstituição da industria nacional.

Desculpe v. as proporções d'esta carta e creia na muita consideração com que sou

7 de fevereiro de 1882.

De v. etc.

Oliveira Martins.

II

ESTATISTICA DE PORTUGAL

Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros, e com as provincias portuguezas do ultramar, no anno de 1880

Lisboa, 1881; ed. do conselho geral das alfandegas. In-4.º de LVII-213 pag. com um reportorio alphabetico e um mappa graphico

Não são geralmente analysadas fóra do parlamento e das secretarias as publicações estatisticas officiaes; e não é raro, quando se accusa a deficicencia de recursos para estudos sociaes, exagerar-se uma falta que mais de uma vez é apenas ignorancia do queixoso.

A nossa estatistica está porém longe de satisfazer ás justas reclamações de um tempo em que o legislador e o estadista dignos de tal nome não devem nem podem dar um passo sem o conhecimento positivo e numerico dos elementos ou dos objectos sobre que se propõem actuar. Além de escassos, os trabalhos estatisticos portuguezes não primam em geral pela perfeição. Sem querermos irrogar censura a ninguem, parece-nos que na construcção systematica dos mappas do

commercio podia haver um methodo mais lucido. A destrinça dos elementos componentes do movimento das alfandegas, a separação do transito e do consumo ou da producção, a da moeda e das mercadorias, a dos generos continentaes e dos ultramarinos, etc., deveriam ser feitas de modo que, havendo concordancia nas sommas dos desenvolvimentos com os mappas summarios ou recapitulações, houvesse tambem maior clareza.

Os processos graphicos, hoje tanto em moda, são sem duvida alguma excellentes, mas é mister que no desenho dos mappas se observe uma precisão maior do que a do appenso á obra de que nos occupamos. Por outro lado, a construcção de mappas em que n'uma mesma columna se inscrevem quantidades e valores, ou valores e direitos, ganharia se a impressão se fizesse a duas côres, para destacar melhor as especies.

Finalmente a expurgação de erros é indispensavel em publicações d'esta ordem. A p. XVI, no quadro comparado do movimento de 1880 e 1879 por classes de pauta, observamos que na exportação falta a classe XIII, omissão que não vemos a que possa attribuir-se; e a p. XIV logo na primeira linha deparam-se-nos 39 mil contos, onde deviam estar 34 mil.

Estas reservas são tanto mais necessarias quanto a escassa vulgarisação dos estudos estatisticos entre nós torna mais difficil ao leitor corrigir os erros ou descobrir as lacunas de documentos que devem ser fidedi-

gnos, por serem officiaes; documentos cujo alcance para a instrucção positiva do publico vale mais do que o de muitas theses e doutrinas.

A luz que a estatistica projecta sobre o estudo da construcção de um povo é intensa e ineluctavel. Os numeros têm força maior do que os syllogismos, a arithmetica póde mais do que a logica; mas os algarismos passam por *massadores* e chama-se ás «questões de cifras» questões *aridas*. São-n'o com effeito, quando o escriptor ou o orador não extrae das columnas numericas a sua expressão summaria; não o são quando esses números mudos se animam com a eloquencia propria das coisas reaes. A mim afigura-se-me um livro, como o que tenho presente, muito mais interessante e vivo do que infinitas dissertações theoricas mais ou menos recheiadas de paixão e de rhetorica.

Percorro esses mappas, e observo o logar que temos na circulação economica internacional. Sobre uma somma de 56 ou 58 mil contos de exportações e importações reunidas, a Inglaterra entra, em proporções quasi eguaes, quer no que nos manda, quer no que recebe de nós, por 26 mil — quasi metade! Como não havemos de ser ainda politicamente pupillos dos inglezes, quando a nossa agricultura como exportadores, o nosso trabalho como manufactureiros e consumidores, estão de tal modo na dependencia d'essa nação?

Se representarmos por 100 o total das exportações e importações, achamos que em 1880 figuram parcellarmente:

A Inglaterra	por	44
O Brazil	»	14
A França	»	10
Os Estados-Unidos	»	10
A Hespanha	»	7
A Allemanha	»	4
A Suecia	»	2
E as demais nações	»	9

Serão estas relações fortuitas, ou consagral-as-ha um periodo sufficientemente extenso? É o que os mappas comparados desde 1866 nos permittem conhecer. Ahi vemos que o commercio com essas nações foi, em milhares de contos:

	1866	1880
Inglaterra	25,1	25,9
Brazil	6	8
França	4,6	5,6
Estados-Unidos	0,7	5,9
Hespanha	3,7	3,8
Allemanha	0,3	3
Suecia	0,6	1,6

As nações que ha quatorze annos eram as principaes com quem commerciavamos, são-n'o ainda hoje. N'esse periodo o nosso commercio externo subiu de 45 a 58 mil contos; e o augmento exprime-se em accrescimo de rélações com a Allemanha, com os Estados-Unidos, com a Suecia, principalmente.

Ha, porém, a distinguir entre a exportação e a importação, mórmente n'um paiz que vende exclusivamente productos agricolas e compra alimentos, materias-primas e manufacturas. Distinguindo, pois, vemos que, se a somma do commercio inglez se mantem proximamente egual, os elementos que o compõem variam consideravelmente.

Ao passo que a nossa exportação baixa de 12 a menos de 11 mil contos, a importação cresce de 13 a 15 mil; e, se o desequilibrio entre as duas correntes denunciando-se contra a exportação, denota peiora, é facto que as relações com a Inglaterra nos são hoje mais desfavoraveis do que ha quatorze annos: vendemos-lhe mil contos menos e compramos-lhe dois mil contos mais.

Com o Brazil succede o inverso: compramos-lhe menos mil contos, e vendemos-lhe mais tres mil; com a França as compras não augmentam, crescem só as vendas; com os Estados-Unidos é o inverso; com a Allemanha progridem parallela e proporcionalmente compras e vendas, e com a Suecia póde dizer-se que só a importação cresce.

Que devemos inferir de tudo isto? Que a Inglaterra nos compra menos vinhos, e mais a França e o Brazil; que a Allemanha nos envia aguardente e material de obras publicas, a Suecia madeiras, e os Estados-Unidos cereaes e petroleo.

O augmento do nosso commercio de importação provém principalmente da substituição do azeite pelo

petroleo na illuminação, da falta de cereaes e de madeiras, e da construcção de caminhos de ferro. Excluindo esta ultima especie, não são augmentos d'essa ordem que denotam progresso de riqueza. Observam-se provas de um tal symptoma nos algarismos da exportação? Com effeito, se oppozermos o valor de 19 mil contos em 1866 aos 24 mil de 1880, notamos um augmento de 5 mil para compensar o augmento de 8 ou 9 mil na importação.

Mas, se em 1880 a exportação sóbe a 24 mil contos, em 1878 ella não era superior a 20 mil, e, observando os numeros, vemos que o algarismo de 1880 é excepcional. Eu sei que se allega ser superior a importancia effectivamente exportada, por serem reduzidos os valores; mas, se houvessemos de applicar aos numeros um coefficiente de correcção, creio que elle havia de ser superior ainda na importação, mórmente havendo, como ha, uma cobrança de direitos *ad valorem* tão importante.

Parece-nos pois que as estatisticas do nosso commercio externo não denunciam nos ultimos quatorze annos um sensivel augmento de riqueza, embora accusem um accrescimo grave de importações — e até pela natureza d'essas importações.

De 1879 para 80 a somma das exportações nacionaes, ou do commercio especial, apresenta porém um salto de seis mil contos, ao passo que nas importações se vê apenas um accrescimo de mil. Um tal facto denuncía um anno mais productivo e boas colheitas

em geral. Ao passo que comprámos menos cereaes, vendemos maior somma de productos.

Com effeito, o excesso da exportação de 1880 póde classificar-se d'este modo:

Cortiça	1:600	contos
Vinho do Porto	1:000	»
Outros vinhos	1:200	»
Fructas e legumes	600	»
Peixe	300	»
Gado	200	»
Diversos	1:100	»

e estas especies e algarismos denunciam claramente a natureza da nossa vida economica, o caracter quasi exclusivamente agricola da nossa riqueza, e o predominio das florestas e das culturas arbustivas na producção destinada á venda externa.

Tal é, com effeito, a feição mais geral e mais pronunciada de Portugal como individuo chrematistico. É uma vasta granja de exportação. Que admira, pois, o sermos ainda, embora em menor escala, o Portugal do seculo XVIII, a nação signataria do tratado do Methwen, a pupilla da Inglaterra consumidora do que lhe mandamos, e nossa fornecedora de quasi tudo o que não temos arte nem juizo para fazer em casa? A Inglaterra colonial e fabril é e será por muito tempo ainda a nação protectora e exploradora dos paizes exclusivamente agricolas. Elles dão-lhe de comer ou de beber;

ella veste-os e surte-os do mais que precisam. N'este livre-cambio, a que eu, lembrando-me da phrase ingenua de um serralheiro do Porto, chamarei tambem cambio-forçado, ganha sempre o que está de cima. Nós estamos debaixo.

Nós perdemos: eis ahi a grande conclusão a tirar dos mappas do commercio externo. Podem ganhar e ganham os vinhateiros e os donos dos montados alemtejanos: perde o paiz como todo, pois cada anno perde uns milhares de homens, que são, ainda assim, uma das fontes dos meios com que saldamos annualmente as nossas contas.

Orçando a nossa exportação em 20, e a nossa importação em 32 mil contos, observa-se um *deficit* de 12 mil. Representa esse algarismo a somma do empobrecimento annual? Eu bem sei quanto se tem dito contra a famosa theoria da «balança do commercio»; e, se o desequilibrio entre a exportação e a importação *por si só* diz pouco, a analyse das condições em que se dá póde dizer muito. A exportação, allega-se, está inscripta pelo valor no acto, valor que se augmenta com o frete e o lucro: se um negociante exporta 100, venderá o genero por 100 + F + L, e, transformando o producto em artigos de importação, os mappas aduaneiros accusarão, digamos 150 — em todo o caso uma somma superior á da exportação. A theoria da balança do commercio é pois absurda? É, como theoria.

Mas é egualmente absurda a regra que, a exemplo

da Inglaterra, alguns têm proposto, de que são as nações ricas as que importam mais. N'esse caso nós seriamos opulentissimos e miserrima essa *triste* America do norte, em que a importação é tão relativamente exigua. N'estas coisas não ha regras, ha casos que têm de ser estudados individualmente.

No nosso caso, quando sabemos que a nossa exportação é feita quasi exclusivamente em navios estrangeiros e por via de casas commerciantes inglezas, devemos tambem concluir que não constituem rendimento nosso, na sua maxima parte, nem os fretes, nem os lucros dos generos exportados.

Os mappas de importação e exportação de um paiz exprimiriam com effeito o enriquecimento ou empobrecimento d'esse paiz, se podessem incluir, além de todas as translações de moeda, todas as remessas cambiaes, transferencias de contas, etc. Não podem, e é por isso que a «balança do commercio» é uma theoria errada.

Mas, para que um paiz possa pagar o que importa a mais sem bolir no fundo ou capital da sua riqueza, isto é, sem empobrecer, é mister que tenha fóra das suas fronteiras rendimentos que, entrando sem registro, sáiam para pagamento das compras. Supponhamos o proprietario d'uma fazenda, cujo producto annual vendido lhe dá 2; esse homem comprará e consumirá 4 sem se arruinar, se tiver fóra, em papeis ou outras especies, uma renda superior a 2. Assim vemos enriquecerem nações, e a Inglaterra á frente d'el-

las, tendo *deficits* annuaes consideraveis no movimento das suas alfandegas.

Será esse o nosso caso? É, de certo modo. Se o valor positivo da nossa exportação não excede o pautal, pois em regra os fretes e os lucros vão parar a mãos alheias, tornando assim real o *deficit* de 12 mil contos annuaes, seria absurdo suppôr que o nosso fundo ou capital collectivo fosse annualmente cerceado em somma equivalente. Se assim succedesse, onde estariamos nós!

Não succede. Resta-nos, pois, vêr por que meios saldamos contas; d'onde vêm os recursos com que compramos o necessario. Não é mysteriosa essa origem, é patente. É dupla. São d'um lado as remessas annuaes do Brazil, e do outro o valor dos emprestimos successivamente contrahidos fóra do paiz. As remessas do Brazil são a renda de um capital-gente que possuimos na America; e os emprestimos, emittidos para pagar salarios a empregados, a trabalhadores de obras publicas, e para pagar juros aos prestamistas, distribuem-se no paiz, salvo aquella parte que é distribuida fóra na compra de materias de pontes e caminhos de ferro, e no pagamento de juros a credores estrangeiros.

Ora não é necessario grande estudo para se poder affirmar que os ingressos provenientes das duas verbas produzem de sobra para supprir o *deficit* annual do commercio externo.

Esclarecido assim o problema, surge porém outro. É normal, fecundo e progressivo o recurso dos empres-

timos? A resposta é obvia, e a ninguem deixa de assustar a perspectiva obscura que a nossa divida nos prepara. Será normal, fecundo, progressivo, o que succede com a emigração? Nós respondemos afoitamente que não é. Recebemos, sem duvida, ao anno, 8, 10, 12 mil contos; mas esse rendimento é pago por uns milhares de homens, que, se podessem deixar de sahir do reino, produziriam dentro d'elle um valor muito maior.

Assim, com a emigração e com os emprestimos, empenhando-nos e *vendendo* annualmente umas 8 ou 10 mil cabeças de gente, conseguimos, não só pagar o excesso do consumo mas, até um certo ponto, enriquecer em capital n'uma razão comtudo inferior á do nosso empobrecimento em gente — pois a nossa população poderia e deveria crescer como não cresce. Os estadistas, preoccupados exclusivamente com a viação e as finanças, não olham — se não têm tempo! — nem para as instituições prediaes, fonte principal da riqueza rural; nem para o regime do trabalho e da concorrencia, condição indispensavel do fomento industrial; nem para a marinha mercante, sem a qual o commercio externo se desnacionalisa.

Por tudo isto, nós, nem fabricamos os productos naturaes do paiz — comprando ao anno 2:400 contos de bacalhau e manteiga; exportando os nossos vinhos (salvo o Porto e Madeira), não como objecto de consumo, mas como materia-prima para os francezes fazerem Bordeus; exportando a nossa cortiça em bruto,

etc. Por tudo isto, apenas sabemos vender, taes quaes, os productos do sólo e exportar para o Brazil a gente que sobra — se se póde dizer que sôbre gente n'um paiz que apenas conta 47 habitantes por kilometro quadrado.

Todos nos dizem que progredimos e enriquecemos. Resta vêr como. Ora esse *como* é compromettendo a estabilidade das instituições pela consolidação de uma divida unica no seu genero em todo o mundo — valha-nos essa primazia! — é compromettendo o desenvolvimento da população e da riqueza normal, enraizada e fixa, por uma emigração phenómenal.

A prova do nosso atrazo está nas especies que exportamos e nas que importamos. Que vendemos? Objectos de consumo? productos fabricados? Não, na maxima parte. Vendemos materias-primas, productos do sólo, como succede em todos os paizes atrazados.

Resumindo e arredondando aproximativamente os numeros dos mappas de 1880, eis aqui a nossa exportação:

Gado	2:000	contos
Peixe	500	»
Cortiça	2:800	»
Vinhos do Porto	7:000	»
Outros	2:600	»
Fructas e legumes	1:800	»
Lãs	300	»

Minerios	2:000	contos
Azeite	100	»
Diversos	900	»

Eliminemos d'esta columna os minerios que na sua quasi totalidade provém de S. Domingos e pertencem a inglezes: só cá nos ficam os salarios dos jornaleiros. Das outras verbas é facil discriminar as que são exportadas em bruto como materias-primas, das que sahem já destinadas ao consumo immediato.

Voltemos agora a folha; observemos a importação. Eil-a aqui:

I — Alimentos

Gado	600	contos
Tabaco e bebidas	800	»
Assucar, café, etc	3:200	»
Cereaes e legumes	6:000	»
Bacalhau	1:400	»
Manteiga	1:000	»

II — Materias-primas e manufacturas

Carvão, petroleo, etc	2:200	contos
Lãs e sêdas	3:200	»
Algodões, linho, etc	5:600	»
Couros, etc	1:300	»
Madeiras	1:000	»

Papel e productos diversos.....	1:500	contos
Metaes.....	3:000	»
Material de obras publicas.....	1:200	»

Achamos 13 mil contos de alimentos e, se abatermos 4 de generos coloniaes, 9 mil, a oppôr aos generos alimenticios exportados. Achamos por outro lado 19 mil contos da segunda especie e o quadro da exportação diz-nos que não compramos materias-primas para as vender transformadas: sem duvida, a unica verba digna de menção em tal especie é a aduela que recebemos da America e vendemos em cascaria de vinhos.

Denunciam pois os quadros comparados das especies de importação e exportação um desenvolvimento da industria e do trabalho, da actividade e da riqueza da nação? Responda affirmativamente quem tiver coragem para tanto. Eu pergunto só o que seria de nós, se nos faltasse o ganho da emigração e o dinheiro dos emprestimos — dois expedientes que são como certas victorias! É um enriquecer de morgado arruinado...

Concorda, ou não, o leitor que as «questões de cifras» podem ter o seu interesse, e que os livros sem phrases, castellos de algarismos, são tambem dignos de leitura?

*
* *

Parece que o meu artigo de ha duas semanas produziu uma certa impressão. Ainda bem. Notava-me ha poucos dias um estadista nosso, homem de muito espirito, a falta que nos fazia não termos tido um Cervantes. Contra as *hespanholadas* dos nossos visinhos, occorre-lhes a elles logo uma sentença do *D. Quijote;* nós não temos authoridade de tamanho tomo para oppôr á sufficiencia abonada das nossas illusões optimistas.

Começou por investir comigo um periodico [1] de Lisboa, mas de um modo que não reclamava troco.

Os seus artigos mostraram como as cifras são com effeito massadoras, quando se encastellam algarismos sem criterio nem discrição.

Mas a *Correspondencia de Portugal,* já pelos termos benevolentes já pelo apoio que dá ás minhas conclu-

---

1 *O Economista,* de Lisboa.

sões, poz-me, com o seu artigo e com as suas reservas, na obrigação de tornar a esmerilhar o problema que eu atacára de frente.

O curioso, porém, é que o outro jornal, mimoseando com o titulo de absurdo o meu modo de vêr, transcreveu em defeza sua esse artigo na *Correspondencia*, onde o author, achando «rigorosa e exacta» a analyse da balança do commercio, «veridica» a demonstração do modo como saldamos contas, se limita a fazer reservas que «não diremos que contrariam» — tal é a sua expressão — as minhas conclusões! O absurdo d'ellas resta, pois, a liquidar entre as duas folhas pelos authores dos dois artigos.

Ficou, portanto, assente:

1.º Que o nosso commercio externo apresenta um *deficit* annual de 12 mil contos;

2.º Que, não tendo nós capitaes ou industrias collocadas fóra do paiz para com os seus rendimentos saldar esse *deficit*, só podemos pagar aquillo que compramos a mais do que vendemos *a*) com o producto dos emprestimos, *b*) com as remessas de economias dos nossos irmãos do Brazil. Ora eu disse que eram deploraveis ambos estes modos de saldar contas. Respeito a um, ninguem contestou uma palavra; respeito a outro, desabrochou em chalaças o que primeiro pretendeu contestar-me, desenrolando umas columnas de algarismos sem prestimo. Diz que os inglezes tambem emigram, e os allemães — olha a novidade! e em muito maior numero — *quid indè?*

Sempre que, ao lado dos algarismos de uma emigração, se não põe a densidade da população do paiz d'onde a gente emigra, os algarismos são mudos. Ora, se os fizermos fallar, ouvimos isto:

	População especifica	Emigração			
Inglaterra.....	105	1	em	116	hab.
Allemanha.....	79	1	»	315	»
Portugal.....	46	1	»	330	»
	nos Açores	1	»	90	»
	na Madeira	1	»	185	»

Isto quer dizer que nós, com pouco mais de *metade* da densidade de população da Allemanha, temos uma emigração proporcionalmente egual, sem termos o militarismo que é lá a causa preponderante da expatriação. Comprehende-se que emigre gente de um paiz como a Inglaterra, onde a densidade attingiu quasi o maximo nas condições sociaes da Europa de hoje; não póde admittir-se que emigre de um paiz como o nosso, em que essa densidade é exigua. Isto é elementar.

E é tão obvio, tão instinctivo, que os proprios jornaes, optimistas quando se discute, clamam contra casos como o do *Hansa* (que ainda assim levou 1:200 *cabeças* de S. Miguel) reclamando providencias dictatoriaes e disparatadas do governo a quem não reclamam, esquecido o caso, medidas reformadoras. Se tudo vae excellentemente!

A *Correspondencia,* com o saber e o tino do seu talentoso redactor, limita-se a dizer que « *só* teria a fazer algumas reservas. » Onde eu dissera que a nossa gente emigrada produziria no reino valor muito maior, ella accrescenta « em determinadas circumstancias. » Pois é evidente! Por singular e *absurdo* que seja o meu modo de discorrer, não vou até ao ponto de imaginar conveniente, nem sequer possivel, impedir a gente repellida do nosso seio pelas condições da nossa economia interna de ir buscar pão fóra de uma mãe-patria que lh'o recusa.

O redactor da *Correspondencia,* conhecendo, como conhece, o meu livro do *Brazil e as colonias portuguezas,* sabe-o de mais. « Nas actuaes circumstancias », pois, eu tambem digo que a emigração é *boa.* Resta porém vêr se essas circumstancias o são, ou, por outra, se conviria mudal-as para diminuir ou extinguir a emigração.

Impedil-a policialmente é absurdo, é vão e até criminoso. Será porém inconveniente deslocar o excesso de população dos districtos do norte para os do sul? Seria improprio das attenções dos governos estudar o bello ensaio do snr. José Maria dos Santos, que transformou em hortas e lavouras os areaes nús do Pinhal Novo? Não convirá fazer nada em districtos cuja população hombreia com a da Russia asiatica, tendo 8, 6, 7, ou menos habitantes ainda por kilometro, como em Bragança e Beja? Pois bastará emittir emprestimos, construir vias ferreas, e deixar entretanto escoar-se

para o Brazil uma corrente de sangue nosso, quando ha tão pouco em nossas veias?

Foi n'este sentido que eu perguntei se a nossa emigração era normal, fecunda e progressiva; n'esse sentido respondi sem hesitar — não! Dos numeros que já aqui apontei hoje vê-se que, em todo o caso, ella é excepcionalmente excessiva. Mas á minha pergunta respondeu a *Correspondencia:* « normal, tem sido; fecunda, é, nas actuaes circumstancias; progressiva, não sabemos. »

Ora ainda bem, porque o busilis está aqui. Se uma coisa é *normal* desde que é real, se tudo o que nos dá renda é fecundo, sem se querer saber se d'ahi vem perdas maiores — estamos de accordo. Ás palavras normal e fecundo dava eu outro valor. Não se sabe, porém, se é progressivo? Vamos a vêr se é.

Ora, segundo os numeros colligidos officialmente no Relatorio de 1866-71, vêmos que de 53 mil emigrantes morrem 11 mil — mais da quinta parte; um progresso, uma procissão de cadaveres! Bastava isto para resposta.

Mas ha mais. A nossa emigração é a causa de estarmos tão baixo na lista dos povos cuja população augmenta, estando tão alto na série d'aquelles em que ella escasseia. Comparando os censos de 1864 e 1878, vêmos um augmento de 362 mil cabeças, ou por annò 26 mil, o que nos permitte collocar Portugal n'esta lista:

Razão do augmento annual da população
(1860-80)

Inglaterra	124	em 10:000
Russia	84	»
Prussia	83	»
Austria-Hungria	85	»
Hollanda	89	»
Hespanha	73	»
Italia	67	»
Portugal	58	»

Ora, sabendo-se que de 1866 a 71 emigraram 53:000 portuguezes e voltaram 8:000, havendo portanto o desfalque de 45:000, vê-se que a emigração nos leva annualmente 7:500 cabeças humanas. Bastava esta somma para nos elevar de 58 a 74, pondo-nos ao lado de Hespanha; mas, se a emigração se não désse, o accrescimo seria muito superior, porque o homem é prolifico na sua terra e é quasi esteril na emigração.

Ha de pois considerar-se progressiva uma condição que nos mantém tanto abaixo na série dos povos europeus? Ha de dizer-se fecundo o dinheiro que recebemos por tal preço? Ha de julgar-se normal este modo de pagar o *deficit* da balança do nosso commercio externo? Hesite quem puder.

Quanto ao segundo modo, duas palavras apenas. A nossa divida era em 1852 de 86:000 contos e custava por anno 2:600. Hoje orça por 500:000 e custa 15 mil:

quasi o sextuplo. Emittida, digamos a 40 p. 100, foram 160:000 contos recebidos em trinta annos: d'essa somma, bons 100:000 ficaram cá, não é assim? Temos uma chuva de ouro de 3:300 contos por anno. Como se não havia de enriquecer!

Mas não são, pelo menos, tão graves como as precedentes as consequencias de recursos d'esta natureza?

Mulhal, n'um livro que a Europa recebeu com o maior applauso (*Progress of the world.* 1880) calcula a divida ingleza em 9 p. 100 do capital da nação, e a portugueza em 36 p. 100. Quer dizer que devemos a terça parte de tudo o que possuimos: não será d'este modo que enriquecem os morgados arruinados? Bagge, nas suas tabellas estatisticas de 1879, apresenta este quadro da capitação das dividas nacionaes:

França	612	francos
Portugal	608	»
Inglaterra	599	»
Hollanda	535	»
Italia	372	»
Estados-Unidos	355	»
Austria	276	»
Turquia	254	»
Dinamarca	176	»
Belgica	143	»

Quer dizer que, se não fosse a guerra de 70 e a sua descommunal contribuição, nós tinhamos a honra de

figurar á testa do rol! Quer dizer que cada um de nós, chefes de uma familia média de quatro pessoas, *deve* coisa de cem libras sterlinas.

Por menos houve agora a catastrophe do Egypto: oxalá seja possivel arredar de nós a crise que nos prepara a sufficiencia, ou interessada, ou apenas cega, do nosso optimismo!

Increpando-me com desdem e escarneo, intolerante como todos os *possidentes,* elle condemna-me por odiento e destruidor: é que não sabe quanto eu, absolutamente desinteressado, desejaria ver feliz a minha patria! Dou de barato ambições que não sinto: se as tivesse, a minha perspicacia chega sequer a discernir o caminho que leva á fortuna. Não é por este onde prefiro ir que se conquistam honras — apenas alguma pedrada solta, na fórma de motejos.

Riam! gozem! folguem! Bom proveito lhes faça; mas não me peçam *recipes,* não me perguntem os remedios, porque o remedio formal é drastico... Chamem-me outros, embora, com benevolencia amiga, chamem-me melancholico; antes assim, que a ninguem fica mal ser triste. *Opportet hæreses esse.*

O meu artigo podia acabar aqui. Dei a razão do que disse; esclareci as duvidas, sem responder a graçolas, porque não se me ageita a bocca. O meu exame das condições do nosso commercio externo era prospectivo, não era retrospectivo.

Todavia, para não tornar a um assumpto que, irritando o proximo me entristece a mim, acompanharei

a *Correspondencia* nas considerações que faz sobre o nosso desenvolvimento interno. Diz-nos ella que o mercado interior ha de abastecer-se antes que possamos exportar productos manufacturados; diz-nos que a producção agricola tem crescido; aponta-nos mais de uma prova do augmento incontestavel da riqueza. — E quem o negou? Faltava vêr que um paiz sobre o qual no decurso de trinta annos, a emigração e os emprestimos vasaram duzentos ou trezentos mil contos de dinheiro, não apresentasse symptomas de enriquecimento! Que sorvedouro seriamos nós então? que tonel de Danaides?

Os Estados-Unidos calculam em 180 libras o valor de cada emigrante que importam. Se no decurso de trinta annos nós exportámos 225 mil cabeças humanas, quer dizer que, a oitocentos mil reis, temos só aqui cento e oitenta mil contos. Com cem ou cento e vinte de divida, eis trezentos mil.

Mas consinta o meu nobre e illustre contradictor que por seu turno a minha melancholia pessimista faça tambem n'este ponto algumas reservas. Allegou, em prova, os algarismos comparados do commercio externo. Muito bem. Ora, se nós vimos o logar eximio que temos nas séries dos emigrantes e dos endividados; se observámos o nosso logar mesquinho na série dos que crescem em população — que logar occupamos nós na série dos que progridem no commercio externo? De 1830 a 78, o commercio da Austria multiplicou-se 13 vezes; o da França, da Italia, da Hollanda 9; o da Al-

lemanha 8; o da Inglaterra 7; até o da Torquia 6. Nós, de 1842 para 1880, achamos o progresso de 18 para 56 mil contos — o triplo apenas. Era por estarmos muito atrazados? Rasão de mais para irmos mais depressa: assim aconteceu á Austria.

Nem a *Correspondencia* contesta que uma exportação como a nossa, composta quasi exclusivamente de productos agricolas, em grandissima parte materias-primas, seja signal certo de atrazo de um paiz. Mas o eu chamar materias-primas a productos agricolas como o vinho que vae para França, provocou froixos de riso a uma gazeta: fallou até em peixe crú!

Ora não se lembrou que, allegando o gado importado para engorda, dava em si com o proprio arrocho. Isto de materias-primas é um modo de dizer: a mesma coisa póde ser materia ou producto, conforme a condição em que se acha. O vinho, se o vendo para ser bebido, é producto; se o vendo para se fabricar com elle outro vinho, é materia-prima. Eis ahi o motivo simples de tamanha galhofa.

Quer-se medir agora o alcance da distincção? A França tem o mundo inteiro por mercado *consumidor* dos seus vinhos. Veiu o phylloxera e arrasou-lhe uma grande parte dos vinhedos; a producção nacional, que em 1870 era de 54 milhões de hectolitros, baixou em 1880 a 29. Pois bem: a exportação, que em 1876 era de 112 milhões de francos, subiu em 1880 a 120. Outro tanto succede no Porto. Os vinhos d'ahi sahem para *consumo*, como productos; ora todos sabem que o

phylloxera destruiu em grande parte os vinhedos do Douro: todavia em 1876 a exportação era de 31 milhões de litros, e em 1880 foi de 33.

Entre a exportação de productos agricolas como artigos de consumo, ou como materias-primas, ha pois uma distincção essencial. No primeiro caso, faltando a materia-prima, vae-se buscar onde sobra, e pelo menos resta o trabalho da preparação e o lucro do commercio: assim acontece em França e no Porto com os vinhos. No segundo caso, se o phylloxera devastar, por exemplo, os vinhedos que hoje abastecem de materia-prima a França e o Douro, a ruina será total.

Isto posto, cotéjando os numeros adduzidos pela *Correspondencia,* continúo a lamentar o que vejo. A exportação de vinhos do Porto e Madeira, em 14 annos, cresce apenas 8 por 100: o grande augmento vem dos vinhos-materia-prima para França. De 37 passa a 374 contos a exportação de cortiça em obra; mas a cortiça em bruto sóbe de 534 a 2:383. Não provará isto entorpecimento da nossa actividade commercial e industrial? Pois não podemos vender os vinhos para serem bebidos como nossos? pois quando apenas vendemos 300 contos a mais de obra de cortiça, estamos vendendo 1:800 a mais tambem de cortiça em bruto, porque a não manipulamos?

Avulta a engorda do gado; e por outro lado cresce a importação de materias-primas, chegando quasi a duplicar-se o valor sommado das especies descriptas. Mas n'essas especies, o carvão entra por quasi um

terço, e, se contarmos para o balanço o consumo dos caminhos de ferro e do gaz, devemos, sem duvida, pôr contra esse progresso as industrias extinctas, ou quasi, da viação animal e da illuminação por oleos.

Vêem-se 120 contos de augmento na importação de pelles de côres, envernizadas e cortidas: por isso o inquerito do anno passado registrou o definhamento d'essas industrias. Vê-se, nota especialisando a *Correspondencia,* que exportamos menos e exportamos mais lã em rama: prova do desenvolvimento da industria dos lanificios. Prova de riqueza? O inquerito do Porto encontrou no districto tres fabricas com capital total de 392 contos, e d'essas tres, duas com o capital de 270, arruinadas.

Voltemos a pagina. Basta, porventura, cotejar certos numeros da estatistica aduaneira para affirmar o enriquecimento da nação no seu todo? Não; é necessario observar factos que felizmente se acham n'esses mesmos livros. É fóra de duvida que a lavoura tem progredido e que certas industrias se têm desenvolvido; mas é mister calcular do lado opposto o que tem definhado. Acabaram, ou vegetam para morrer, todas as pequenas industrias historicas: a ferraria, a latoaria, a ourivesaria, o fabríco de sedas, etc.; acabou a viação ordinaria; acabou a navegação. Tudo isso era riqueza, porque era trabalho util. Tudo isso dava occupação a gente que hoje pede empregos publicos.

Eu abro os mappas da navegação e leio, no anno de 1880:

Navegação de longo curso

	Numero	Capacidade
Navios estrangeiros.....	4:897	2.680:240m3
» nacionaes.....	643	124:760 »

Não chega a 5 por 100 a parte da marinha portugueza nos transportes do nosso commercio externo! Dir-se-ha, porém, que isto inclue Lisboa, onde vem de refresco tantos vapores, e é verdade. Excluindo, pois, Lisboa, temos:

Estrangeiros.....	1.391:888m3
Nacionaes.....	62:545 »

A relação é proximamente a mesma. A marinha portugueza acabou: é mister contar com isto e com o resto, para oppôr ao fomento da riqueza agricola.

Quem se sente, pois, habilitado a formular o calculo do que se perdeu e do que se tem ganho? Eu não. Que o valor da propriedade suba, que os lavradores enriqueçam, que a exportação cresça, não admira, quando, empenhando-nos de um modo que excede o hespanhol, o turco e o egypcio, temos distribuido caminhos de ferro que barateiam e facilitam os transportes. Basta, comtudo, este facto, que seria mister ser-se cego para não vêr, para nos considerarmos uma nação prospera e progressiva? Não me parece.

As minhas razões são as seguintes:

1.º Por toda a parte a prosperidade se exprime elevando os salarios. Ora no periodo de 1866-1871 os jornaes do norte do paiz subiram, sim, de 200 a 280 reis, no maximo; mas o preço das subsistencias subiu tambem correlativamente. Na ultima decada não sei; ha uma commissão parlamentar, que breve o dirá [1].

2.º Mas como póde o salario subir quando a gente é demasiada, como o prova o facto da emigração? Eis o segundo symptoma e a segunda razão que dou. Não prospera um paiz, cuja população, sendo de 47 habitantes por kilometro quadrado, só cresce annualmente na razão de 58:10.000, repellindo de si cada anno 16:10.000 dos seus habitantes.

3.º Vive uma vida onerosa, precaria e atormentada aquella nação que applica metade ou mais do seu orçamento de despeza para pagamento dos encargos de uma divida que representa 36 por 100 de toda a sua fortuna.

4.º Observa-se a desorganisação no facto cada dia mais sentido dos paes não saberem que modo de vida dar a seus filhos, recorrendo para isso ao estado e tornando chronica e incuravel a doença a que se chama empregomania.

Em somma total, pois, eu pergunto a mim mesmo se nós de facto enriquecemos n'este terço de seculo de

---

1 Até hoje ainda o não disse.

Nota dos edit.

1851 até hoje. Que no territorio portuguez se vasaram duzentos ou trezentos mil contos, porventura mais, provenientes dos emprestimos e da emigração, é fóra de duvida; que essa chuva de ouro fecundou a terra é innegavel; mas que essa somma de dinheiro provenha de origens fecundantes e progressivas não o creio. Eis ahi o que o exame retrospectivo me levou a concluir. Dito isto, nada mais, parece-me, me resta a accrescentar.

Eu bem sei que uns, indignados, gritarão outra vez que *rebaixo* o meu paiz; e outros dirão que sou *desanimador*. Paréce-me infundada e immerecida essa opinião. Mal do paiz que a palavra de um homem é capaz de rebaixar! mal do povo que desanima por ouvir coisas desagradaveis! É melhor calar quando se receia? ou mentir para ganhar nome? Demos que seja chimerica a minha melancholia: será então innocente, como todas as coisas vans! Demos que seja fundada: pois não é melhor fallar claro do que embalar o povo com illusões, como fazem certos medicos, para não desanimar?

Notaram ainda outro sentimento mau no meu artigo. Dizem que era feito «em odio á Inglaterra!» Gente odienta que se vê a si no proximo! Eu não odeio a ninguem; e odiar um povo afigura-se-me o *supra summum* do ridiculo. A Inglaterra faz-nos a nós o que nós lhe fariamos a ella, se podessemos. Mas, para que se saiba a opinião em que ella nos tem, ouça estas palavras o nosso optimismo burocratico.

Diz assim a nosso respeito o livro de Mulhal a que já me referi: « Today she is one of the poorest countries in Europe; the economy of the Kingdom is out of joint. » — Hoje é um dos paizes mais pobres da Europa; a economia do reino está desconjuntada.

E, para rematar condignamente, accrescenta: « Portugal tem tres possessões valiosas no Atlantico: a Madeira, os Açores, e Cabo-Verde; mas os seus territorios de Africa, India e China são apenas uma fonte de despeza, e quanto mais depressa os vender, melhor. Como a Inglaterra gastou dezenove milhões de libras em livrar Portugal das garras de Bonaparte, não seria de espantar que o povo portuguez nos désse algum dia de presente Gôa, Moçambique e Macau. »

A ironia não póde ser mais pungente. São palavras da « perfida Albion? » Concebe-se pois que haja alguem que a não adore.

*
* *.

Compellem-me os artigos de dois collegas d'este mesmo jornal a voltar pela terceira vez á barra, para continuar esmerilhando um assumpto em que boli temerariamente, ao que parece.

Perante a mudez dos meus primeiros oppositores julguei liquidada a questão; eis que me surgem oppositores novos no proprio seio d'esta folha. Debaixo dos pés se nos levantam os trabalhos.

Como poderia eu deixar de replicar? que attitude seria a minha perante os leitores d'este jornal, se não viesse defender-me, aqui mesmo onde sou atacado? É, pois, por dever e não por outro motivo que torno a um assumpto, ao que parece, irritante e desagradavel. São os ossos do officio.

Os artigos a que alludo são dois: um anonymo no n.º 8:689, outro no n.º 8:692 assignado pelo snr. Ad. Coelho, com quem me congratulo por vêr que tambem

ás vezes sae da *especialidade* como qualquer triste mortal. *Quandoque bonus*... O meu collega anonymo (e para mim desconhecido) trata o assumpto da balança do commercio e procura estabelecer a conta corrente da nossa economia nacional externa; o meu collega o snr. Coelho, depois de varias generalidades condimentadas com aquella pimenta amavel que usa propinar-me, trata da emigração. Diz, é verdade, que «n'este assumpto é menos que *dilettante*» — e bem se vê.

Ficará para outro dia a apreciação d'esse artigo tão *scientifico* quanto superficial, pois hoje não nos sobrará tempo para analysarmos o primeiro.

O objecto d'este vou expôl-o summariamente, para estabelecermos o terreno da discussão. Concordando no valor, restricto sim, mas nem por isso menos verdadeiro, das estatisticas aduaneiras para a avaliação da economia de um paiz, o collega concorda em que *em these* o facto de sobra ou *deficit* de exportações não significa riqueza ou empobrecimento de uma nação.

Isto assente, propõe-se porém mostrar que o *deficit* aduaneiro portuguez é apenas apparente, applicando aos algarismos das estatisticas as correcções ou addições que entende verdadeiras. Feito isto, conclue que não ha tal *deficit* e que portanto as remessas do Brazil e os productos dos emprestimos se consolidam totalmente como augmento de riqueza.

O leitor vê que é absolutamente o opposto do que eu affirmára quando disse haver *deficit* e saldar-se

esse *deficit* annualmente pelos dois meios indicados — opiniões em que tenho por meu lado a *Correspondencia de Portugal*, com o que sobremaneira folgo.

Estudando em globo o periodo de 1865-79, o collega calcula assim:

Importação total.....		437:000	contos
Exportação nacional.....	316:300		
» nacionalisada....	23:900	340:200	»
Deficit.....		96:800	»

Abatendo:			
Lucros de 10 % na exportação.....	31:600		
Taras da exportação.....	15:000		
Seguros, fretes, direitos, idem	22:500		
Direitos de tonelagem e ancoradouro.....	4:500		
Saldo da importação em dinheiro.....	18:800	92:400	»
Deficit real em 15 annos.....		4:400	»

Deficit que todavia nem sequer existe, pois allega ser opinião do snr. A. de Serpa que o valor real da nossa exportação excede em 30 % as sommas das estatisticas aduaneiras. Teriamos pois:

Deficit.....	4:400	contos
Abono de 30 %.....	102:060	»
Saldo a favor.....	97:660	»

Eis ahi exposta com o maximo laconismo e a maxima candidez a opinião e o calculo do collega.

Ora, se eu lhe disser agora que tudo isso é, não só chimerico, mas até positivamente errado?

Analysemos, pois, os elementos successivos do calculo.

Em primeiro logar estão errados os algarismos summarios da exportação e importação no periodo de 65-79, pois, conforme se vê no *resumo* 2, da p. VII dos *Mappas comparados* (p. 155), o total de 316 mil contos inclue já a exportação nacionalisada.

As sommas exactas do commercio especial no periodo citado são estas:

Importação.....	438:041	contos
Exportação.....	316:294	»
Deficit.....	121:747	»

Entre parenthesis, notemos n'este mappa a que alludimos a marcha da nossa exportação no periodo de 15 annos:

1865	20	mil contos
1867	17	»
1870	20	»
1873	24	»
1877	24	»
1878	20	»
1880	24	»

Esta quasi paralysação das exportações totaes será tambem um claro indicio de riqueza? — Prosigamos.

Quando primeiro tratei d'este assumpto, disse: « Sei que se allega ser superior a importancia effectivamente exportada, por serem reduzidos os valores, mas, se houvessemos de applicar aos numeros um coefficiente de correcção, creio que elle havia de ser superior ainda na importação, mórmente havendo, como ha, uma cobrança de direitos *ad valorem* tão importante. » Prescindi então de esmerilhar este caso: fal-o-hei hoje, pois que é necessario.

No exercicio de 1880 o valor *declarado* da importação taxada *ad valorem* é de 3 mil contos, isto é, um decimo proximamente da importação total. Isto basta para medir o alcance da minha observação.

Ignoro onde e quando o snr. Serpa emittiu a opinião de que seria necessario augmentar 30 por 100 aos valores da exportação, mas, se com effeito assim pensa o nosso distincto escriptor economista, atrevo-me a affirmar que está em erro.

O leitor sabe quaes são os generos principaes da

nossa exportação: vinho, cortiça, gado, minerios, fructas e legumes, especialmente. Quer vêr agora qual a tabella dos preços médios por que foram avaliados para a exportação, no exercicio de 1880? Eis aqui as especies principaes:

Vinho do Porto, a pipa	95$000	reis
» da Madeira, a pipa	225$000	»
» diversos	50$000	»
Cortiça em bruto, o kilogramma	144	»
» em rolhas, idem	366	»
Gado vaccum, a cabeça	77$415	»
Minerio de cobre, a tonelada	9$636	»
Amendoas, o kilogramma	250	»
Alfarroba, idem	19	»
Figos, idem	60	»
Cera amarella, idem	439	»
Sebo em rama, idem	179	»
Lã em rama, idem	314	»
Assucar, idem	256	»
Cacau, idem	262	»
Café, idem	265	»

Se depois de apreciar estes valores de unidade, dos quaes sae o valor total, ainda acreditar que se devam addicionar os taes 30 por cento, não darei os parabens ao collega. A mim afiguram-se-me exactos, em certos casos até excessivos — enormissimos, porém, se os cotejamos com os da importação.

É ahi que ha a augmentar!

Por exemplo, a lã em rama, que na exportação *vale* 314, vale na importação apenas 261 reis. O inquerito do anno passado diz que as fabricas pagam a estrangeira entre 388 e 550 reis, e todos sabem que as especies nacionaes são inferiores. Onde se deve applicar o coefficiente de correcção?

Para a exportação, o sebo em rama vale a 179 e para a importação a 159 reis; para a exportação valem carris a 162 (!) e para a importação todo o material de caminhos de ferro a 37 reis. O panno cru de algodão vale para a importação a 373 reis, paga 125 reis de direito: o seu custo real médio sobe, de facto, a 520 reis. Etc.

Mas onde os valores estatisticos attingem extravagancias pyramidaes é nos artigos isentos de direito especifico. Eis aqui um pequeno rol de exemplos:

Material de caminhos de ferro: carris, machinas, carruagens, etc., por kilogr.	37 reis
Mobilia simples, idem.....	237 »
Mobilia estofada, idem.....	414 »
Obra de ferro fundido, polida, esmaltada, etc., idem.....	200 »
Armas brancas, idem.....	150 »
Quadros a oleo e aguarella, cada um.....	12$016 »
Relogios, idem.....	2$285 »
Chapeus de palha, simples, idem.....	1$500 »
» » » guarnecidos, idem....	844 »

*

Chapeus de feltro envernizados, idem...	411	reis
» diversos para homem, idem.....	608	»
» » » mulher, idem.....	903	»
» guarnecidos para mulher, idem.	1$562	»

E assim á proporção! Como nós seriamos felizes se podessemos mandar vir de fóra tantas coisas por tal preço! Que triste idéa damos do nosso gosto artistico! Que *codeas* importamos para valerem a doze mil reis! Como são baratos os chapeus de senhora a quinze tostões! e os de homem a seis! Um *puff* estofado não custa mais de meia moeda, e uma espada valerá tres tostões. Pois quem não compra lá fóra locomotivas, carruagens, até carris, a 37$000 reis a tonelada? Pois quem não acha toda a especie de relogios a meia libra?

O segredo de tudo isto está no direito *ad valorem*: os valores são uma supposição fiscal, e d'ahi as estatisticas de importação n'esta especie uma mentira.

Onde é pois necessario augmentar — na exportação ou na importação? Os elementos para juizo ahi ficam. Eu acho que na importação. Parece-me que, com toda a prudencia, se póde dizer que os 3:000 contos de mercadorias taxadas *ad valorem* (para não tratar das outras) valem effectivamente pelo menos 4:500. Não é assim? não é ser modesto?

Pois bem: no periodo de quinze annos isto augmenta a importação real em 22:500 contos. Ficamos por aqui? Não. Falta ainda outra especie de importa-

ção — o contrabando. Quanto é? quanto importa? Ninguem o póde dizer, mas ninguem achará excessiva uma verbasinha annual de mil contos — elle vê-se por tanta parte! elle surde a cada canto! — Somma: 15:000.

Ora agora, que rectificámos os numeros estatisticos aduaneiros, applicando-lhes os dois coefficientes de correcção, vemos em vez do *deficit* de 96:800 contos do collega, o *deficit* mais veridico de 159:247.

Passemos, pois, ás varias especies de abatimentos aos quaes o author do artigo a que vou respondendo quiz applicar as formulas empregadas para com a Inglaterra pelo *Economist*, no seu artigo notavel das «exportações invisiveis». Sómente o collega não attendeu, como vamos vêr, a mais de uma circumstancia essencial para nós. N'estes calculos não póde haver formulas abstractas, pois os factores têm de variar com as condições indefinidamente variaveis dos paizes.

O primeiro abatimento do meu collega consiste na quantia *redonda* de 10 por cento de lucro para os exportadores na somma das exportações. Observemos.

Naturalmente, os negociantes não empatam em média durante um anno o valor de cada exportação — não é assim? O capital róla, e como que se repete f unccionando. Demos que, termo médio, cada exportação occupe tres mezes o capital; ou, por outra, que o negociante, com o capital de 10, faça durante o anno exportações no valor de 40 — mal do que o não fizer!

Resultaria, pois, que os negociantes de exportação

ganhariam 40 por 100 ao anno sobre capitaes, seus ou mutuados, com que trabalham! Isto refuta-se sem mais commentario: quem não quereria ser negociante, ó ceus! — Reduzamos portanto a somma á quarta parte, e talvez ainda fique de mais.

Ha, porém, outra reducção a fazer, por outro motivo: o facto de serem estrangeiros muitos exportadores. Pouco importaria, com effeito, a nacionalidade dos negociantes, se elles estivessem fixados em Portugal; não é todavia esse o caso, em parte muito consideravel, e até predominante. As casas ou companhias inglezas que exportam a cortiça de Lisboa, o minerio de S. Domingos e grande parte dos vinhos do Porto, são delegações ou agencias de casas de Inglaterra: os lucros da exportação vão para lá, não ficam entre nós — senão mostrem-nos em que e como se traduz no capital e na propriedade do paiz a consolidação d'esses lucros.

Ha ainda um terceiro ponto a considerar, ponto muito importante, especialmente com relação aos vinhos exportados para França: é que são comprados por encommenda, exportados por conta do comprador francez, e não podem por isso dar lucro d'esta especie ao nacional.

Reduzida, pois, ao quarto de 31:600 contos, esta verba deve, parece-nos, reduzir-se pelo menos de metade. Em quanto fica? 3:950, digamos 4 mil contos — eis o maximo em que se podem orçar os lucros do *nosso* commercio de exportação.

Passemos ao segundo «abatimento». Este parece-me famoso: são as taras. E na importação não haverá acaso taras? Se se conta com o vasilhame do que sae, porque se não conta com o vasilhame do que entra?

Eis-aqui o rol dos generos principaes de exportação e importação em que a tara representa valor apreciavel; ponho ao lado os pesos totaes de 1879, para se formar uma idéa aproximada dos volumes:

Importação	Tons.
Cereaes, etc.	100:831
Manteiga e queijos	823
Lã e algodão em rama	2:424
Tecidos	2:916
Petroleo	3:486
Aguardente	2:725
Productos chimicos	4:100
Enxofre	3:352
Tabaco manipulado	81
Assucar	9:705
Melaço	1:256
Café	1:049
Machinas	993
Somma	133:741

Exportação	Tons.
Vinho, 83:900 pipas ou	42:000
Vinagre, 2:952 pipas ou	6:000
Azeite, 1:456 pipas ou	3:000
Fructas	22:087
Cereaes, etc	1:609
Café e cacau	993
Borracha	1:140
Peixe	1:657
Lã em rama	361
Tecidos varios	49
Cortiça em obra	460
Somma	79:356

Perante estes algarismos, pondo frente a frente caixas, pipas, barricas, saccos, vasilhas de todas as ordens, afigura-se-me que ninguem, absolutamente ninguem, abonará um *extra* á exportação por virtude das taras. Ahi vão por agua abaixo 15:000 contos de *abatimentos!* E, se fossemos exigentes, ainda, ainda carregariamos um tudo-nada do lado opposto, porque os involucros de 130 mil toneladas valerão sempre mais do que os de 80 mil.

O meu collega calculou assim:

100:000 vasilhas-pipas para vinho ou 1:000 contos, em 15 annos.....	15:000	contos
Outras taras.....	7:500	»
	22:500	»
Favor	7:500	»
Abatimento liquido.....	15:000	»

Podia ter ficado desde logo nas pipas: o resultado era o mesmo. Podia e devia: como quer que o resto valha 500 contos ao anno? Ou pensa nas cintas dos atados da cortiça? Os bois e o minerio não têm taras, pois não?

Quanto ás pipas, não percebo a excepção particular que se faz. Toda a gente sabe que os preços de exportação dos vinhos incluem, por via de regra, o casco: só me consta de alguns vinhos que vão para França, e cujas vasilhas voltam abatidas, para tornarem. N'este caso, evidentemente, não ha exportação de tara, pois que ella volta. No caso precedente, como o leitor já viu, o valor estatistico de exportação do vinho é:

Para o Porto.....	95$000	reis
Para a Madeira.....	225$000	»
Para outros.....	50$000	»

Diga todo o que sabe praticamente como as coisas

são, se taes preços consentiriam que se elevassem respectivamente em 10$000 reis — tal é o valor (valor excessivo) arbitrado pelo collega a cada pipa.

Ahi vão, pois, por agua abaixo os 15:000 contos de *abatimento* — repetimos para proseguir.

Temos agora 22:500 contos de seguros, fretes e direitos de exportação. Decompõem-se annualmente d'esta fórma:

Seguros	240	contos
Direitos	200	»
Fretes	1:200	»
Total	1:640	»

que o collega reduz a 1:500 para, × 15, obter o total indicado de 22:500. — A primeira e a segunda verba não soffrem discussão; quanto á terceira, não tenho agora meios nem vagar para a analysar. Admittamos tudo. Admittamos tambem os direitos de tonelagem e ancoradouro orçados em 4:500 contos.

O que não admittimos, porém, são os 18:800 contos de moeda de ouro; primeiro, porque o collega errou aqui outra vez; segundo, porque acho singular o seu argumento.

Errou, eu lh'o digo. O quadro dos *Mappas comparados* (p. 171) diz que de 1865 a 79, foi:

A importação de ouro em moeda.....	27:020	contos
e a exportação.....	15:148	»
ficando cá (se acaso ficaram).....	11:872	»

em vez de 18:800.

Mas não conta a prata em moeda e o ouro e prata em barra? Parece-me ser regra, quando se quer discriminar, separarem-se todos os metaes preciosos. Sendo assim, temos:

Importação.....	28:413	contos
Exportação.....	18:591	»
Ficando cá (se acaso ficaram).....	9:822	»

Mas tudo isto é o menos.

O mais é a idéa do collega ir *abater* 18:800 contos á importação. Porquê? porque este facto «póde provir de differentes causas, diz, mas principalmente dimana do pagamento a dinheiro das mercadorias que exportámos.» Senhores, como é isto? Mas, se nós (quer abstraiamos quer não, ou a moeda de ouro só, ou todos os metaes preciosos) compramos muito mais do que vendemos, quem nos manda ouro *em pagamento?* Como póde vir esse ouro em pagamento — de quê? Sinceramente, não entendo; e parece-me que o primeiro director de banco interpellado a tal respeito dirá ao collega, e a todos, que o ouro importado

quando os cambios obrigam a isso o paga quasi sempre com o papel cambial que os paquetes trazem do Brazil.

Quando porém assim não fosse, faltaria ainda a razão para o *abatimento*. O dinheiro, n'este caso, é uma mercadoria como outra qualquer, e já hoje a ninguem é licito confundir *dinheiro* com *riqueza*. Não ha nação menos dinheirosa do que a Inglaterra, não a ha mais rica ao mesmo tempo.

Desde que os metaes preciosos, amoedados ou não, apparecem nas columnas respectivas da estatistica, não ha fundamento para fazer com elles o que os francezes dizem *double emploi*. Se ficou entre nós um saldo mais ou menos avultado de moeda, que quer isso dizer? que para o regime do nosso commercio interno era necessario augmentar a quantidade do instrumento ou vehiculo moeda. Importal-a é pois exactamente o mesmo que importar locomotivas, por exemplo. A moeda é um instrumento dotado de valor, como são de resto todos os instrumentos.

Tira-se pois o ouro, sim? Adiante.

Ora, já que me achei forçado a entrar em tantas minudencias, propinando ao publico uma singular massada, consinta-se-me que tambem ponha alguma coisa do meu bolso. Já que entramos em *abatimentos* de tanta especie, é mister não esquecer outra ordem de deducções... ou accrescimos.

Devemos contar a favor a somma que recebemos annualmente em juros de fundos estrangeiros, hespa-

nhoes antes de tudo. Mas o periodo de 65-79 inclue a famosa crise, e não me sinto habilitado a dizer se os possuidores de titulos estariam garantidos pela cotação do fim do periodo sobre que assenta o nosso exame, do preço a que tinham comprado antes esses fundos. Se não estavam, se não estão ainda, em vez de saldo, ha *deficit*. Demos que estejam, e demos que d'essa origem venham hoje 400 ou 500 contos de juros annuaes.

Mas não devemos tambem esquecer outros rendimentos que annualmente sahem do reino em letras e papeis commerciaes, de que a estatistica não póde fazer menção : fallamos sobretudo dos caminhos de ferro de norte e leste, pertencentes a estrangeiros. Só esta especie representa ao anno o melhor de 1:200 contos, e, sem receio de errar, podemos elevar o total a 1:500.

Eis ahi porque eu, no meu primeiro artigo, para ser breve, disse « não haver a contar com o rendimento de capitaes portuguezes collocados fóra do reino », pois os estrangeiros consolidados dentro d'elle levam annualmente uma renda muito superior a qualquer somma que possa entrar por juros de fundos hespanhoes.

Chegamos ao fim: vê o collega que o *deficit* é real e não « nominal e apparente », e que não andou bem considerando *indubitaveis* as provas que adduziu? Deixe-me, na minha qualidade de « espirito meticuloso, applicando as regras inflexiveis da escripturação

mercantil », deixe-me tambem formular o meu balanço do periodo de 1865-79. Diz assim:

DEVE

Importações	438:041
Correcção dos valores da importação	22:500
Contrabando	15:000
Perda na cotação de fundos hespanhoes	?
Rendimento liquido de capitaes estrangeiros consolidados	?
Contos	475:541

HAVER

Exportações	316:294
Lucros commerciaes	4:000
Seguros, fretes, direitos de exportação, tonelagem e ancoradouro	27:000
Juros de fundos estrangeiros	?
Deficit	128:247
Contos	475:541

Vê como eu tinha razão em não bolir nas exportações invisiveis? N'uma nação como a Inglaterra, quasi senhora da navegação e do commercio do mundo, são ellas que explicam e demonstram arithmeticamente o

facto simultaneo do *deficit* estatistico aduaneiro e do enriquecimento: é o caso do dono da granja proposto por mim. Mas em nações como a nossa, sem marinha, com o melhor do seu commercio de exportação e o melhor da sua industria de viação nas mãos de gente e capitaes forasteiros, as exportações invisiveis, ou não alteram, ou até aggravam a situação denunciada pela estatistica.

É o que se vê. O *deficit* accusado por ella em 120 mil contos não se altera, ficando ainda por apreciar as sahidas de rendimentos liquidos industriaes. Por isso eu tinha prescindido d'essa especie, sabendo que podia ir aggravar ainda mais as coisas, e não querendo aggravar tambem sobre as minhas costas o peso da triste mas inevitavel reputação de terrorista com que o collega me mimoseia.

Nas nações degeneradas, o officio de fallar verdade deu sempre maus resultados.

Eis ahi pois um *deficit* annual de oito ou nove mil contos. Foi o que denunciei a principio. Como se paga? Com o producto dos emprestimos e da emigração, disse-o eu e confirmou-o a *Correspondencia de Portugal.*

Assente isto, para a semana trataremos da emigração e do collega o snr. Coelho.

*
* *

Porque foi que eu não citei o livrinho de seis vintens onde está a sciencia inteira da demographia? Porque não fiz o rol dos artigos de Bertillon pae? Porque não expuz as *leis* em periodos pedagogicos?

Eis as increpações do meu collega o snr. Coelho.

Ora eu não fiz nada d'isso por varios motivos. Em primeiro logar porque, tratando subsidiariamente do caso da emigração portugueza, achei deslocado vir á barra com a sciencia facil que a gente ingere depressa n'esse livrinho, de resto excellente, sem dizer todavia nada de novo para o caso.

Em segundo logar porque não acho o tom magistral e gravissimamente dogmatico que o collega prefere adequado á litteratura periodica, por necessidade popular.

Em terceiro logar porque, se houvesse de fallar nos dois Bertillons, teria de mencionar Duval e Beau-

lieu, Quetelet e Malthus, Sadler e Doubleday, e os collaboradores do *Economist* e do *Economiste français*, etc. etc. Tudo isso é demographia, e não contesto que fosse apparatoso e grave n'um artigo recheiado de citações como os canteiros do jardim d'aquelle sabio de Henrique Heine. Cada qual nasce com o seu feitio.

Por o meu ser diverso do do collega, elle, em vez de o reconhecer (embora o condemnasse), prefere chamar-me ignorante e outras coisas mais. Diz que « ponho de parte dados, cujo valor a sciencia tem demonstrado », que « nado em erro frequentes vezes » — ainda bem que não é sempre! — que repito « a banalidade de que a emigração empobrece a população », que me acho « nas idéas de Monhol (Monthyon) e Montesquieu sobre demographia, isto é, nas idéas do seculo XVIII. »

Pobre de mim, no meu atrazo, na minha ignorancia! Como eu fui avido lêr o artigo para descobrir a novidade e a sabedoria nas palavras dogmaticas do professor! Mas, assim que li — e succederia o mesmo a todos os versados n'estes assumptos — não encontrei, por desgraça, mais do que formulas geraes, ditas, reditas, um *pastiche* de considerações que nada adiantam para o caso portuguez.

Creia o collega que o livrinho de Bertillon, interessante como estudo applicado á França, não junta uma palavra nova ás regras estabelecidas em demographia. Atrevo-me a dizer-lhe isto, pois confessa ser menos do que *dilettante* no assumpto. Querendo entender da materia, profunde-a, estudando as nossas condições,

os elementos arithmeticos da nossa economia. Tem talento, boa vontade, e, se tiver paciencia, é possivel que venha a ser tão illustre na economia como o é já na linguistica — ou glottologia.

Todavia, por emquanto, não lhe faria mal ser um tudo-nada mais modesto, e não chamar nomes ao proximo. Vae vêr como as coisas são mais complicadas do que parecem quando a gente apenas leu as 190 pag. in-16 da *Statistique humaine* do Bertillon filho, na *Bibliothèque utile*, a seis vintens o volume brochado e dois tostões cartonado. O meu exemplar é cartonado.

« Segundo o censo de 1880, diz o collega, a população do imperio allemão era de 45.234:061 almas; de 1875 a 80 houve um augmento médio de 501:346 almas por anno; durante esse periodo emigraram 400:000 pessoas.

— Ora, se essas pessoas não tivessem emigrado, contal-as-hia o censo a mais? Não, responde a demographia. O numero dos nascimentos teria diminuido e o das mortes augmentado: a lei das subsistencias, do total dos recursos da vida, é o que domina esses phenomenos. »

Ora ahi está a que temeridades leva a precipitação! Todos sabem que o militarismo é a causa da emigração excepcional da Allemanha nos ultimos annos; todos inferem pois que, se o regime politico do imperio fosse diverso, o censo teria contado um maior augmento de população.

Será pois um erro a lei das subsistencias? Não é,

certamente. Mas se, mantendo-se condições inalteradas, o *quantum* da emigração é constante, ou, por outra, se n'um local onde taes condições só consentem que vivam 10 pessoas a sobra d'esse numero ha de emigrar, é positivo que, alteradas as condições, permittida a subsistencia de 12 ou 15, a alteração de condições influe na emigração.

Por isso, ao passo que abundam exemplos de emigração provocada por motivos de ordem administrativa (e entre nós mesmos o recrutamento é d'essa especie), é incontestavel que a «lei das subsistencias», verdadeira sempre, só tem valor politico quando a população attinge n'um dado paiz a densidade maxima da sua capacidade de producção *normal* de subsistencias.

Ora, tendo nós 47 habitantes por kilometro quadrado (a Allemanha tem 79), sabendo-se como o aggravamento da propria emigração allemã provém de uma causa alheia á lei das subsistencias (prova-o o facto sabido dos emigrantes allemães não serem por via de regra proletarios), como é que havemos de concluir que a nossa emigração possa vir do facto do sólo portuguez ser escasso para a gente que o habita? Como havemos de explicar a nossa emigração pela lei das subsistencias, tendo regiões com 7, 8 ou 10 habitantes por kilometro quadrado? Pois não se está vendo que a emigração provém de se não saber ou poder distribuir a população dentro do reino? Pois não se ha de inferir d'ahi que, se tal distribuição se fizesse e não houvesse

exportação annual de gente, a população cresceria n'uma razão superior?

Tudo isto é obvio, claro e pratico. Não é Montesquieu, nem Bertillon, seculo XVIII, nem XIX, theoria d'isto nem d'aquillo — é a verdade.

Todo o paiz que com 47 habitantes de densidade e 58 por 10:000 de augmento annual de população exporta ao anno 8:000 homens, está doente.

Em these, a emigração tanto póde representar um symptoma d'essa doença, como ser um facto revelador de superabundancia de riqueza e gente. Assim, a Inglaterra com a sua densidade de 105 tem uma emigração de 3 por 1:000. E se a emigração *não póde influir no desenvolvimento da população* porque a sahida de gente logo determina augmento de natalidade, como é que se despovôa a Irlanda? Se a emigração é sempre excellente, a verde Erin com os seus 16 por 1:000 deve estar nadando em fortuna!

Quer o collega vêr a conclusão a que leva o modo como toma a lei das subsistencias? É a seguinte: que em nenhum paiz, sob quaesquer condições, a população póde crescer, nem minguar, senão em virtude do augmento ou diminuição da somma dos alimentos. Se se emigra, nasce mais gente; se se não emigra, nasce menos.

Isto, dito assim, como o collega o diz, é evidentemente paradoxal. O paradoxo é, com effeito, o resultado do emprego de leis absolutas, sem attenção nem conhecimento das condições peculiares dos paizes. Se

a lei das subsistencias fosse de tal modo absoluta e exclusiva, as *leis* não poderiam com effeito influir no regime da emigração. Se a lei das subsistencias «dominasse esses phenomenos», tinhamos de eliminar todas as causas tradicionaes, moraes, geographicas — que tanto influem na emigração portugueza. O sermos um paiz littoral, o termos tido uma historia colonial, o desvairamento que produz o exemplo dos ricos salvados do açougue do Brazil, eis ahi causas naturaes que cooperam com a lei das subsistencias no Minho e nos Açores para obrigarem a sahir uns milhares de individuos cada anno.

Serão porém unicas estas causas naturaes ou historicas? Não, decerto. Deve juntar-se a ellas a ausencia completa de tendencia administrativa para colonisar as provincias despovoadas do reino; deve-se juntar a lei do recrutamento, etc.

Eis ahi, pois, «dominando os phenomenos» da emigração, uma série de causas de ordem diversa, e independentes entre si. Qual é a mais grave? A lei das subsistencias, diz o collega de accordo com Bertillon; mas, para responder a ambos, cito o proprio francez, quando allega o caso da Irlanda em que a população *diminue,* dizendo que isso se dá por ser ahi *excessiva* a emigração. Ora, que lei absoluta é esta que deixa de reger quando a emigração é excessiva, e só rege quando é moderada? Porque é que na Irlanda se não dá a regra *invariavel* de que as vagas dos emigrantes são logo preenchidas pelo accrescimo da natalidade?

A perspicacia do meu collega está vendo que ha por força um erro aqui. Eu lh'o mostro:

1.º Dizer que a população tende a proporcionar-se ás subsistencias disponiveis, que «onde nasce um pão nasce um homem», etc., é absolutamente exacto, em toda a parte, quer nas metropoles, quer nas colonias. Sem subsistencias não se vive.

2.º Mas inferir d'ahi que a emigração não influa no augmento ou diminuição da população, que as vagas dos emigrantes se preenchem com augmentos na natalidade, que a sahida de gente seja um facto indifferente — é inadmissivel, por varios motivos:

a) porque na emigração ha causas de ordem geographica e historica, de ordem social ou politica;

b) porque se vê a emigração despovoar a Irlanda, vendo-se a emigração allemã aggravada pelo militarismo compôr-se de gente não proletaria.

Entre a primeira e a segunda das *leis* que registramos, entre a «tendencia da população a proporcionar-se ás subsistencias disponiveis» e a relação da emigração com a população ha pois um hiato. Em que está, d'onde provém?

Provém de que as *subsistencias disponiveis* de um paiz não se criam invariavel, espontanea ou necessariamente. São uma consequencia do regime da sua administração, combinado com a intensidade da sua uberdade natural.

É justa, liberal, intelligente a administração? N'esse paiz haverá subsistencias bastantes para 100 ou

mais homens por kilometro quadrado. É má, ou absurda? Às subsistencias não darão n'esse caso para mais de 47. Por isso a Irlanda exporta 16 por 1:000 dos seus habitantes; por isso nós exportamos quasi 2, tendo apenas 47, quando a Inglaterra com 103 exporta 3 por 1:000, e é a maior das nações de emigração. Por isso ninguem póde auscultar os casos de emigração, embora conheça «dados, cujo valor a sciencia parece ter demonstrado», conforme o collega se exprime, sem pôr frente a frente estes tres factores:

a *ratio* da emigração;
a densidade da população;
a *ratio* do seu augmento annual.

Já o collega vê que o caso é mais complicado do que á primeira vista parece. Já vê que não basta invocar duas linhas copiadas do livrinho do Bertillon para estar habilitado a vir dizer palavras feias a quem nunca lhe quiz mal.

De resto o collega não notou uma coisa, e é o ponto de vista da excellente monographia de Bertillon. Elle não se propôz escrever um tratado ou compendio da emigração e da colonisação; limitou-se a expôr o regime da população em França, e n'esse sentido conclue com todo o fundamento que ha n'esse paiz uma paralysação, principalmente por não haver emigração. Se os francezes emigrassem, o numero de francezes cresceria no mundo, pois a França, menos rica minei-

ramente do que a Inglaterra, parece ter-se approximado, com 70 hab. de densidade, da relação normal entre a gente e as subsistencias disponiveis. Se sahissem, diz, o numero não baixaria na metropole, pois isso não diminuiria a somma das subsistencias disponiveis, e ao mesmo tempo vêr-se-hia crescer população franceza nos colonias. O povo francez, a quem a propagação de inglezes e allemães torna dia a dia numericamente subalterno, teria na emigração o meio unico de reconquistar um logar eminente.

Tudo isto é absolutamente verdadeiro: só é temeraria a generalisação do collega. Porque a França tem 70 hab. e nós 47; porque a população franceza está distribuida com uma tal normalidade, que apenas 2 departamentos em 86 contam 21 e 20 hab.; ao passo que a nossa população está tão desegualmente repartida que a densidade por districtos vae de um maximo de 189 a um minimo de 14. A urgencia da França é colonisar *fóra*, a nossa urgencia é colonisar *dentro* do proprio reino.

Diz o collega, com uma precipitação tão imprevista em pessoa tão prudente n'aquillo de que sabe: « A colonisação do Alemtejo [1] (e da Beira e Traz-os-Montes,

---

1 *Programma do concurso aberto pela Sociedade de Geographia Commercial do Porto*

1.º — O concurso tem por objecto a elaboração de uma Memoria ou estudo ácerca da colonisação do Alemtejo e em geral da

accrescente) não poria obstaculo á emigração para o Brazil. Deslocada, por exemplo, uma parte da população minhota, os logares vazios encher-se-hiam logo, e o excesso iria para o Brazil.» Iriam, com effeito, mas só quando os districtos despovoados do reino estivessem colonisados. — Largos dias tem cem annos!

Observamos até agora as coisas apenas no que se referem ao regime da população na metropole: é mister observar agora os destinos coloniaes ultramarinos da

---

parte meridional do reino onde a densidade de população e a intensidade de producção estão abaixo das médias normaes do paiz.

2.º — Os themas sobre que o estudo dos concorrentes se deve exercer, abrangerão:

a) a climatologia, a hygrometria e a geognesia do sul do reino, sob o ponto de vista das culturas em geral e mais especialmente das que forem adequadas á implantação de colonos e pequenas explorações agricolas;

b) a hydrographia natural e o seu aproveitamento no sentido de uma penetração das regiões a colonisar, por canaes que ao mesmo tempo sirvam á irrigação e colmatagem, á viação e á industria como força motriz, apresentando uma idéa geral do systema das obras e seu custo;

c) a arborisação, tanto com as especies indigenas, como com as exoticas;

d) o regimen da propriedade, abrangendo n'esta expressão o estudo estatistico das terras particulares e das de dominio commum; a apreciação das antigas leis de sesmarias e do imposto actualmente em vigor, bem como a dos contractos de emphyteuse, tanto com relação aos proprietarios como aos bens do estado;

e) as medidas legislativas que seria necessario adoptar com relação aos novos colonos, e não sómente aos que se estabelecessem em propriedades particulares, mas tambem aos que fossem povoar territorios publicos, consultando para isso as legislações

nossa emigração. Se o collega, embora não esteja ao facto da questão segundo confessa com uma franqueza tanto para louvar, tivesse lido mais algumas paginas do livrinho do Bertillon, bastaria isso para não ter vindo á barra com tamanho entono contestar, não digo as opiniões, mas sim a consciencia do saber alheio.

Diz assim o Bertillon (p. 140): « A primeira condição de existencia de uma colonia é que ahi se possa viver,

---

vigentes nos paizes ultramarinos, como os Estados-Unidos, o Brazil, a Australia, etc., com referencia ás concessões de terrenos;

f) as instituições de credito que conviria fundar, a exemplo do que se fez na Russia por occasião da abolição da servidão, e das instituições vigentes, principalmente na Italia, na Escossia e nos paizes scandinavos;

g) a estatistica da emigração portugueza, e considerações geraes, tanto com referencia á emigração do continente do reino como á das ilhas adjacentes;

h) finalmente quasquer investigações directa ou indirectamente concernentes ao assumpto que a Sociedade põe a concurso.

3.º — Cada Memoria poderá ser elaborada por um só author ou por mais de um em collaboração.

4.º — As Memorias poderão ter por authores individuos nacionaes ou estrangeiros, socios ou não socios da Sociedade de Geographia Commercial do Porto.

5.º — Os originaes das Memorias serão entregues na secretaria da Sociedade até ao dia 15 de outubro de 1885, sem nome de author, mas com legenda distinctiva.

A mesma legenda figurará n'um sobrescripto fechado e lacrado contendo a designação do author ou authores.

6.º — Recolhidos os manuscriptos, o conselho da Sociedade, a quem serão presentes, nomeará um jury para os apreciar, marcando o prazo dentro do qual esse jury deverá dar o seu parecer.

Durante esse prazo as Memorias poderão ser lidas na secretaria da Sociedade para instrucção dos socios.

e não sómente viver, mas criar filhos e perpetuar a raça. O estado sanitario é a condição primaria.» Diz mais: «Se a emigração sae para um paiz em que a raça se conserva e se perpetua intacta, engrandece a patria, abre novos mercados ao seu commercio e por ahi a enriquece. Collocou-se bem o capital gasto em criar e educar o emigrante. Mas se a emigração não basta para implantar a sua raça no sólo para onde vae, *empobrece inutilmente* a mãe-patria, e *deve ser des-*

7.º — Elaborado o parecer do jury será discutido e votado em sessão da assembléa geral dos socios; e depois de votado se abrirão na mesma sessão os sobrescriptos com os nomes dos authores das Memorias.

8.º — O author ou authores da Memoria preferida pelo jury no seu parecer, depois de sanccionado pela assembléa geral, receberá da Sociedade o diploma de seu socio honorario e o premio de 100$000 reis.

9.º — Esse diploma e esse premio serão conferidos em assembléa geral especialmente convocada para isso, procedendo-se antes do acto á leitura da Memoria coroada.

10.º — As Memorias que tiverem sido presentes ao concurso aberto pela Sociedade de Geographia Commercial do Porto ficarão sendo propriedade da mesma Sociedade, que as poderá publicar todas ou parte no seu «Boletim», ou fazer d'ellas edição separada.

N'este ultimo caso, o producto liquido da venda reverterá, metade para o cofre da Sociedade, e a outra metade a beneficio dos authores das Memorias publicadas.

Porto, sala das sessões do conselho geral da Sociedade de Geographia Commercial, 20 de outubro de 1884.

A mesa

J. P. Oliveira Martins.
Fernando Maya.
José Maria de Queiroz Velloso.

viada para outra parte.» Tudo isto era sabido e anda nos tratados. Por isso Bertillon diz mais que a emigração allemã, absorvida pelo fundo anglo-saxonio nos Estados-Unidos, é prejudicial á mãe-patria; por isso diz ainda que os francezes vão inutilmente morrer á Cochinchina.

Salubridade e nacionalidade, eis as condições necessarias á colonisação, isto é, ao destino das emigrações — pois ha colonias de outros typos que não dependem da fixação do povo. Não compliquemos todavia a questão, nem nos afastemos do assumpto particular de que nos occupamos.

Resta-nos, pois, vêr se os destinos da nossa emigração se acham n'aquellas condições que Bertillon considera necessarias á prosperidade. Quaes são esses destinos? O Brazil, a Africa tropical, Demerara na America equatorial, a California e Sandwich.

Sandwich passa, creio eu, por ser um clima insular saudavel. Demerara sabe-se que é um paul de febres onde ninguem resiste. A California é apropriada ao vingar das raças humanas europeias. Mas já é menos saudavel o Brazil, e muito menos ainda para o portuguez que se accumula na provincia do Rio de Janeiro.

Os dados conhecidos dizem-nos que a mortalidade na nossa colonia é de

1:100 nos residentes
1:10 nos immigrantes.

Quer dizer que a decima parte da gente que vae, morre, mais ou menos, logo.

Da Africa sabemos tambem qual é a mortalidade. Entre a immigração de degredados representa:

Em Cabo-Verde	25	p. 100
Em S. Thomé	36	»
Em Angola	42	»
Em Moçambique	40	»

e entre os residentes europeus de Angola 5 p. 100.

Consideraria Bertillon, considera quem quer que seja, considera o meu proprio collega, taes condições de salubridade como proprias?

Sejam-no na California e Sandwich, mas ambos esses nucleos e Demerara com elles, evidentemente, não satisfazem ao outro requisito: a nacionalidade. São pequeninos grupos de açorianos ou madeirenses expatriados, perdidos no mar da população anglo-saxonia, sem relações, nem commercio com a mãe-patria.

E no Brazil? Toda a gente sabe que o povo portuguez, depois da separação, *vae ao* Brazil, mas que a ambição de todo o emigrante é voltar. O numero dos nossos residentes no imperio não augmenta: orça ha muitos annos em torno de 120:000. Pouco importaria que, politicamente, as duas nações se tivessem separado: tambem os Estados-Unidos se separaram da Inglaterra, mas, como o fundo de immigração preponde-

rante é celto-saxonio, a *nacionalidade* da nação nova mantém-se. Succede o mesmo entre nós e o Brazil? Não. Cada dia a immigração não-portugueza preponderá mais no imperio. Em 1880 entraram mais italianos do que portuguezes, e nós não representamos senão um terço da immigração total:

Italianos	9:404
Portuguezes	8:606
Allemães	2:385
Hespanhoes	1:254
Diversos	1:210

Ainda ha poucos annos o numero dos italianos no imperio era inapreciavel; hoje (1880) são 60:000 sobre 250:000 ou 300:000 estrangeiros: são metade dos portuguezes.

Eis ahi quanto á gente. Quanto ao commercio, ao passo que a Inglaterra tem para si 45 p. 100 do dos Estados-Unidos, além de ter quasi todo o serviço da navegação, nós, sem marinha, temos apenas 5 p. 100 do commercio externo do imperio. A Inglaterra tem 48, a França 16, as nações americanas 20.

Póde pois alguem dizer que o destino brazileiro da nossa emigração (embora nos traga ao anno uns milhares de contos) satisfaça essa condição de *nacionalidade* na população e nas relações commerciaes, considerada por Bertillon indispensavel para que a colonisação seja lucrativa para a metropole?

A lingua, eis ahi o vinculo restante de nacionalidade entre nós e o Brazil; e se é provavel que o portuguez, embora se altere, se não perca na America, é mais que certo não serem já portuguezes quem fallará a nossa lingua, se a população do Brazil se expandir com força.

Mais para meditar é, porém ainda, o caso de Africa, ainda nossa dependente politica. Tambem ahi a desnacionalisação do commercio é enorme: nem a propria Africa, nossa colonia, satisfaz as exigencias! Eis aqui os algarismos eloquentes do commercio colonial africano (importação e exportação sommadas) em 1873:

	Com a metropole	Com estrangeiros
Cabo-Verde e Guiné.....	194	960
S. Thomé.....	430	289
Angola.....	479	4:613
Moçambique.....	22	1:473
Contos.....	1:125	7:335

Quer dizer que, se no Brazil temos apenas 5 p. 100 do commercio, nas nossas ainda proprias colonias temos pouco mais de 13.

Depois de tudo o que fica dito, quanto á salubridade e quanto á nacionalisação, pare o collega no seu optimismo, medite, veja os factos, e não se deixe levar

por leis de uma sciencia que, para não mentir ao nome, carece de ser real em vez de apenas formalistica. Medite, pense, e ha de mudar de opinião. Se m'o permitte, aconselhava-lhe a leitura de um livrinho tambem pequeno, e bom: *History of european colonies,* por Paine. Pertence á *Historical course for schools,* do dr. Freeman. Custa 3 shellings, um pouco mais do que o Bertillonzinho, mas vale a pena — creia.

III

O BANCO DOS POBRES

Dever-se-hia chamar assim, parece-nos, a instituição que a Junta do Credito Publico no seu relatorio de 1881-1882 propõe ao governo como reforma da actual e rachitica Caixa Economica. A essa Caixa, até hoje apenas apreciavel pelo custo do seu pessoal administrativo, propõe a Junta que se addicione uma outra: a Caixa de Credito Movel Popular.

Porque se não supprimiriam estes nomes de «Caixas», nomes da linguagem burocratica, adoptando-se palavras que o povo entenda, pois que ao povo se pretende servir? A comprehensão facil do titulo de uma instituição é uma primeira garantia de exito, e não se pense que estas nossas considerações, acaso apparentementemente pueris, sejam destituidas de fundamento.

Fundidas n'uma só instituição as duas Caixas, economica e de emprestimos sobres penhores, existe de facto um Banco, ao qual os limites e o destino especial dão um caracter especial tambem — o Banco dos Pobres. Se se lhe não quizer chamar assim, chame-se-lhe Monte-pio — uma palavra que feliz ou infelizmente já se tornou vulgar entre nós: chame-se-lhe v. g. Monte-pio Popular. Mas não se lhe chame «Caixas» d'isto ou d'aquillo, não se falle em Credito Movel, que o publico especial a quem a instituição é destinada não percebe.

Feitas estas observações prévias, exponhamos o plano proposto pela Junta, nos seus traços elementares ou fundamentaes. Os leitores dispensar-nos-hão de entrarmos em divagações historicas ou estatisticas sobre a origem e progressos dos Monte-pios e Caixas Economicas na Europa: é assumpto demasiado vasto para caber nos limites de um artigo, e, com effeito, já sufficientemente sabido e discutido para que nos demoremos sobre elle.

O proprio relatorio com que a Junta fundamenta o seu projecto de lei, sem de fórma alguma esgotar o assumpto, contém apontamentos sufficientes. Vê-se ahi que, se o Monte-pio de Paris fez em 1880 mais de milhão e meio de emprestimos no valor de mais de 55 milhões de francos, os Post-office Savings Banks ou Caixas Economicas Postaes da Inglaterra contavam em 1878 quasi 3 milhões e meio de inscripções, com o capital total de 50 milhões de libras sterlinas. A quantia

média do deposito em Inglaterra orça por 70$000 reis, e a do emprestimo em França por 4$000. Estes algarismos denunciam a importancia e o caracter das duas instituições populares que a nossa Junta do Credito Publico pretende por um modo tão digno de louvor propagar entre nós, combinando-as, articulando-as de fórma a que as economias do povo sirvam a acudir aos apuros do pobre.

O mecanismo da instituição é essencialmente identico ao dos Bancos commerciaes, onde tambem o capital congregado por depositos serve ao contracto de emprestimos : sómente aqui os depositos são as migalhas da economia do proletario e os emprestimos são a urgencia do estomago do faminto. O fim não é o lucro, é o soccorro; não é o negocio, é a constituição dos pequenos peculios do povo.

Aggregar, pois, á Caixa Economica actual um Monte-pio, eis o primeiro pensamento da Junta; reformar a lei organica actual da Caixa Economica, o segundo; fixar as bases fundamentaes do Monte-pio ou Caixa de Credito Movel, como lhe chama, eis o terceiro.

Do primeiro dissemos já o sufficiente para que, parece-nos, não deva impugnar-se em principio. De resto a combinação das duas instituições é, não sómente obvia, como realidade já em mais de uma nação europeia com um exito comprovado. As considerações do relatorio da Junta convencem ainda os menos conhecedores do assumpto.

A reforma da lei organica da Caixa Economica é, in-

dependentemente de qualquer outra consideração, urgentissima. Se á escassa iniciação do nosso povo nos modernos costumes economicos se deve, sem duvida, attribuir em parte o mallogro da Caixa, não será, parece-nos, injusto leval-o tambem á conta da falta quasi completa de discrição com que ella foi organisada. O povo não vae levar as suas economias aos cofres centraes dos districtos nem ás recebedorias das comarcas, pois lhe repugna confial-o a casas d'onde geralmente não tem outras lembranças senão as de vexames, ás vezes de extorsões: o relatorio da Junta diz pouco mais ou menos isto, de um modo menos crú — percebe-se. Por outro lado, quantas são essas estações authorisadas para receber as economias do povo? Como se podia esperar que um tão pequeno numero de cofres despertasse sequer a attenção? É mister que a Caixa Economica se funde sobre uma propaganda e uma vulgarisação completa, de outro modo ficará no papel apenas.

Por isso a Junta propõe que á imitação da Inglaterra as estações telegrapho-postaes se tornem delegações da Caixa Economica, accrescendo a estes já numerosos pontos diffundidos por todo o paiz, além das delegações da Caixa Geral dos Depositos, as que successivamente se forem creando para o Credito Movel Popular. De tal fórma se generalisará, sem duvida, uma rêde de cofres destinados a receber as migalhas das economias do povo.

Conseguir-se-ha, porém, que o povo acuda a de-

positar? Conseguir-se-ha combater a thesaurisação classica pelas joias e alfaias e o pé-de-meia dos velhos tempos? Conseguir-se-ha do funccionalismo telegrapho-postal intelligencia, carinho, boa vontade, aquillo que é indispensavel para iniciar o povo em costumes novos? É licito duvidar; e tanto é, que a propria Junta no seu relatorio observa com todo o fundamento o papel eminente que compete ao Monte-pio na obra da iniciação do povo na Caixa Economica. Procurando o *prégo* no momento de apuro, aguilhoado pela necessidade, é que o popular ha de pouco a pouco ir percebendo a utilidade e o mecanismo do deposito. Eis ahi como as duas instituições se combinam por este novo lado; eis como reciprocamente se auxiliam, pois se o capital dos depositos é a materia-prima dos emprestimos, os penhores são o instrumento de iniciação do povo no habito do deposito.

Quanto a nós, porém, não confiariamos apenas na espontaneidade das preferencias populares. Quem sabe quantas idéas falsas, quantas abusões, quantos interesses minusculos se oppõem a qualquer obra, teme que nem todas as vantagens do Monte-pio Popular bastassem para afastar da casa de penhores o frequentador d'ella. Falla-se a miudo na inercia e no desleixo dos empregados publicos e sem duvida bastaria isso para o mallogro da empreza; não se falla, porém, com igual frequencia no modo miseravel como são pagos — modo que impede o poder exigir-se-lhes zelo. Porque não se procederia n'este caso como faria qualquer em-

prezario? Porque não concederia o Banco dos Pobres uma commissão sobre a verba das operações de deposito e emprestimo effectuadas nas delegações pelos empregados telegrapho-postaes e outros? De outro modo, qual será o interesse d'elles no fomento de uma instituição que apenas se lhes traduzirá em augmento de trabalho, ainda quando uma gratificação fixa vá augmentar-lhes os honorarios?

Multiplicando os cofres de deposito, o projecto da Junta amplia de outros modos ainda a organisação actual da Caixa Economica. A capitalisação dos juros de 3,6 %, feita semestral em vez de annualmente, importa de facto uma elevação da taxa abonada. O maximo do deposito annual seria elevado a 500$000 reis e o maximo da quantia crédora de juros a 1:500$000 reis. Por outro lado a Caixa encarregar-se-hia da compra de papeis de credito por conta dos depositantes dentro dos limites da somma dos seus depositos, bem como da cobrança dos *coupons* ou dividendos. Taes são em resumo os traços geraes da reforma da Caixa Economica.

Os seus fundos, dentro dos limites que a prudencia indica, formam o capital para os emprestimos do Monte-pio ou Caixa de Credito Movel. Chegamos, pois, ao terceiro e ultimo dos pensamentos do projecto de lei apresentado pela Junta do Credito Publico ao governo.

Os emprestimos do Monte-pio deveriam effectuar-se n'estas condições essenciaes: *a*) juro annual não superior a 8 %; *b*) prazo de um anno; *c*) pagamen-

to do juro no distracte, podendo distractar-se antes de expirado o prazo; *d*) gratuitidade para certos emprestimos dentro dos limites de um decimo dos lucros liquidos annuaes; *e*) minimo de 100 reis para os contractos; *f*) exclusão de papeis de credito, objectos de culto, instrumentos de trabalho e uniformes, para penhores.

N'este ponto occorrem-nos algumas objecções. A gratuitidade que se estabelece para dados casos, sem se declarar que especies de casos sejam, deixa a porta aberta á arbitrariedade, além de ser incongruente. O Banco dos Pobres, ou Monte-pio Popular, não é, não deve ser, parece-nos, uma instituição de caridade: é uma instituição de credito que, todavia, por ser mutualista, opéra melhor ainda do que a caridade no sentido de ininorar as amarguras da vida das classes trabalhadoras. A clausula da gratuitidade deveria, pois, ser eliminada por mais de uma razão.

Que se excluam do officio de penhores os papeis de credito é obvio, pois isso, além de fechar a porta a abusos possiveis, não póde causar embaraços a gente que por via de regra não possue titulos. Que se excluam objectos de culto, comprehende-se; que se faça o mesmo para os uniformes, parece consoante á disciplina militar; mas que se excluam os instrumentos de trabalho afigura-se-nos inconveniente.

Ignoramos até que ponto similhante disposição se encontra nas instituições analogas; farejamos o motivo, sem duvida alguma preventivo, que levou a Junta

a exaral-a; mas observamos que, a ser assim, o Monte-pio Popular servirá á burguezia das cidades, recolherá relogios, anneis, bengalas, casacas — mas a lepra da usura nas aldeias continuará como d'antes. Quem viu de perto uma praia de pescadores, sabe que os pobres, durante os invernos duros, quando têm de recorrer ao emprestimo, empenham as rêdes e os anzoes: que hão de elles empenhar se nada mais possuem? que ha de empenhar o cavador senão a enxada? que ha de empenhar o carpinteiro, quando o trabalho falta e em casa não ha pão? Certamente o operario, todos os operarios, principiarão por empenhar o superfluo antes de levar a ferramenta ao *prégo;* mas se o Monte-pio da Junta excluir os instrumentos de trabalho, as antigas casas de penhores continuarão como d'antes, pois quando o pescador lá fôr bater levando as rêdes, o dono recusar-lhe-ha o emprestimo se antes não tiver ido lá com as arrecadas e cordões de ouro.

Suppressão dos emprestimos gratuitos, inclusão dos instrumentos de trabalho entre os penhores admittidos, parecem-nos duas alterações indispensaveis no projecto da Junta.

Outra mais grave prende com a propria economia d'esse projecto. Estabelece elle que os lucros das duas Caixas de Credito Movel e Economica vão engrossar o fundo de amortisação da divida publica creada com os rendimentos da Caixa Geral dos Depositos.

Não, senhor; nunca — diriamos nós, se fossemos

legisladores. — Se o Monte-pio Popular ou Banco dos Pobres é uma instituição de caridade, comprehende-se que o thesouro publico a subsidie, não se comprehende que a explore em proveito proprio. Se é — como é — uma instituição de credito mutuo, não se percebe tão pouco em virtude de que principio os productos liquidos, os lucros, iriam parar aos cofres do fundo de amortisação da divida publica.

Pensa a Junta que ella, a divida, diminuirá muito com as migalhas tiradas aos depositantes e mutuarios do Monte-pio? Tiradas com que direito? Por que princípio? Em retribuição de que serviço? Garante porventura o Estado o quer que seja? Subsidia com qualquer quantia? Não se concebe, pois, a razão pela qual os *lucros* do Monte-pio devessem ir para o Estado. Nem se concebe que o Monte-pio tenha *lucros*, quer se considere uma instituição de caridade, quer de mutualismo.

As sobras das receitas do Banco dos Pobres, ou das duas Caixas Economica e de Credito Movel combinadas, não podem ter senão um destino justo, natural e efficaz — elevar os juros dos depositos ou baixar a taxa dos emprestimos. Qualquer outra applicação é abusiva; e o projecto da Junta faria do thesouro apenas um emprezario de *prégos* mais humano, sem duvida, mas nem por isso recommendavel.

Se a Junta do Credito Publico fosse ainda, como era antes de 1834, um tribunal com autonomia, parecenos que o seu projecto seria concebido de um modo

differente. Fazendo inteira justiça aos intuitos, aos desejos, á intelligencia da Junta, dando-lhe os parabens pelo seu plano, desejando que a attenção publica se volte para esta lepra da usura mesquinha que roe o povo das cidades e os trabalhadores das aldeias, nós quereriamos que o seu projecto não acabasse por obedecer ao pensamento de agradar a governos incessantemente ávidos porque são tradicionalmente dissipadores. Se a Junta fosse ainda o que foi, parece-nos que teria pesado menos em seu espirito a consideração de fazer negaças aos ministros da fazenda com um lucrosinho annual de um numero maior ou menor de contos de reis.

E d'ahi vem a triste consequencia de que, se o projecto da Junta fosse approvado tal qual está, veriamos o caso raro, porventura unico, do thesouro portuguez retirar lucros, receitas, rendimentos da exploração de casas de penhores. E na taboleta de cada uma das delegações da Caixa de Credito Movel deveria pôr-se debaixo do titulo burocratico este sub-titulo *realista:* « Casa de prégo official ».

Não póde ser assim; as vantagens eventuaes do thesouro pelo rendimento do Monte-pio apparecem-nos minusculas perante a enorme acção que teria sobre a economia do povo o facto da progressiva economia nos emprestimos de penhor e das progressivas vantagens nos depositos da Caixa Economica. D'este modo a influencia da instituição seria cada vez maior sobre os costumes populares, e á maneira que essa influencia

crescesse vêr-se-hia uma transformação de habitos que a Junta e nós todos com ella desejamos; vendo-se ao mesmo tempo desapparecer essa usura mesquinha, que suga ao anno acaso mais de um milhar de contos de reis dos salarios das nossas classes pobres.

TERCEIRA PARTE

MARINHA E COLONIAS

I

REQUERIMENTO DOS PÓVEIROS

A tragedia de um naufragio obscuro, em contraste com o estrepito das funcções do Porto, faz-me hoje deixar os livros pelos homens, e formular uma supplica, em vez de desenrolar uma critica.

Dirijo-me ao rei, porque as festas foram para elle; sejam para elle tambem estes echos de lamentações surdas abafadas pelo susurro do mar:

SENHOR!

Regressou V. M. á côrte. Ainda lhe zumbe no ouvido o echo distante dos clamores do povo, do estalar insupportavel dos foguetes de dynamite mais barbaros do que o estampido dos bombos das philarmonicas moendo o hymno soprado pelos latões avariados das bandas marciaes. Ainda lhe arde nos olhos a poei-

ra do saibro que balastrava o caminho de ferro, e o fulgor crú das illuminações do Porto. Como aquelle que põe pé em terra depois da viagem, V. M., desembarcando da sua jornada triumphal, oscilla ainda, atordoado pelo turbilhão que atravessou sob um sol de 30°. A gloria e o calor entontecem!

Não admira pois que, no meio de commoções tão graves e por entre o fragor de tantas musicas, de tantos foguetes, de tantos vivas, de tantos discursos, perseguido pelos silvos da locomotiva e pelos tropos dos funccionarios, V. M. não tivesse ouvido os ais dilacerantes de sete homens que o mar sorveu quasi á hora em que a cidade da Virgem, berço da liberdade, padrão de gloria, terra das iniciativas, invicta, etc., absorvia tambem no seu seio — se a expressão é licita — a pessoa de V. M. Pois, ao tempo que V. M. cahia no Porto, cahia no fundo do mar a tripulação de uma lancha póveira.

Ao tempo em que no Porto corria um delirio de embriaguez enthusiastica, ao que os jornaes dizem, lá para além, a seis leguas da cidade triumphante, havia um grupo de mulheres soluçando, e um bando de crianças espantadas, com os olhos mudos que as crianças têm diante das grandes afflicções. Eram viuvas e orphãos na praia dura e negra.

A historia é simples, Senhor. Foi uma lancha que se virou. Era de noite. O mar banzeiro espreguiçava-se em ondas macissas. Uma d'essas ondas, tomando de lado um barco, invade-o, quebra-se, e devora-o.

Foi o que succedeu. Uma lancha sobre o mar é como um desafio a um monstro. O bruto estende a garra, e por desenfado esmaga e engole... Era de noite. Soprava apenas um vento pesado e quente. Sob um ceu negro, o mar como breu tinha malhas lividas quando na encosta de uma onda vinha outra desmanchar-se. Dir-se-hiam alvas mortuarias sobrepostas na abobada de um carneiro sepulchral — liquido, falso, oscillante, onde a lancha vasou a gente que a tripulava.

A praia é só: a villa fica distante. Estavam na praia as mulheres da companha esperando o barco, para o verem sossobrar... Então o silencio despedaçou-se em gritos lancinantes, como o ranger das velas quando no meio dos temporaes o vento furioso as despedaça em fitas. Era um rasgar de almas afflictas, soando em ais selvagens, que o mar livido, impassivel, não escutava.

Escutam-no os que têm ouvidos e alma para não serem monstros mortos, como é o mar? Não, Senhor, não escutam! Todos os seus ouvidos estão cheios, um dia com o susurrar da intriga e da veniaga eleitoral, o outro dia com o estrepito das acclamações ás victorias ganhas no campo immundo das batalhas da politica. Como os bandoleiros de Wallenstein, elles só amam a peleja pelo saque; e, envenenados pelo desvario do proprio pensamento, se lhes dizem que ha deveres a cumprir, sem o negarem, encolhem os hombros, e, por descargo de consciencia, dão esmolas.

A esmola, Senhor, é o miseravel recurso dos que

não podem, ou não sabem distribuir justiça. A esmola não póde ser instituição, é apenas virtude. Flôr que só viça no mysterio da vida intima, murcha-se ao contacto do ar duro da vida publica. Eu, que não duvidaria pedir esmola para um pobre, não peço esmola para uma população — reclamo justiça.

Essa gente da Povoa, Senhor, é uma nodoa de vergonha para o governo de uma nação européa. Vive hoje como ha vinte — quem sabe? — ha trinta seculos. Precioso documento para o archeologo, é um espectaculo melancholico para todos nós. São portuguezes? Que sabem elles? Ha annos, o irmão de Vossa Magestade e seu predecessor no throno fallou-lhes no mar. Perguntou á companha de uma lancha se eram portuguezes. — Não, senhor, nós cá somos póveiros! responderam elles com o seu fallar guttural, ás vezes quasi inintelligivel.

Que laços os ligam á communidade nacional? Que lhes dá o estado? Nenhuns. Nada. Authoridades conhecem apenas duas: a Senhora da Lapa que os soccorre nos temporaes, e a Sant'Anna, ou outra vareira, que lhes compra o peixe e lhes dá dinheiro sobre as rêdes, de inverno, nos dias de fome.

Melhoramentos — consinta Vossa Magestade que use d'esta palavra burocratica e avessa — não devem nenhuns. De estradas não carecem: a sua estrada é o mar. Lêr não sabem. Para quê? — Casam? Parece que sim, mas vivem n'uma tal ou qual promiscuidade. Demandas não têm: se elles nada possuem! Tambem

d'esta feita viram a V. M. na Povoa rodeado pelos seus ministros, mas a idéa que fizeram de V. M. e dos personagens é demasiado grave para se confiar ao papel. O nexo e as relações que estabelecem entre V. M. e o Senhor-Governo, mytho que temem com desdem, são, comtudo, nenhuns: ainda bem para V. M.! O Senhor-Governo consiste em duas pessoas: o empregado fiscal que lhes *tira* uma parte da pesca, e o administrador que vae periodicamente reclamar os recrutas. Elles então, como selvagens, affectam estupidez. — Qual José? (São todos José, Manuel, etc., de proposito para confundir os scribas). José? perguntam, coçando a nuca; e afinal, fingindo lembrar-se, apontam para os recifes do porto: — Alli, alli! vão lá buscal-o!

Tragica ironia d'essa gente, para quem o mar é o mais provavel dos leitos de agonia!

Quanto a votar não lhes importa: ignoram para que isso valha. Acceitam o papel que a Sant'Anna lhes dá, papel que a Sant'Anna recebeu do administrador.

Passivos, calados, pedintes em terra, heroes sobre o mar, existem encravados entre a villa e as ondas, na orla do paiz, como uma baba da população minhota. São um resto de gente prehistorica. E o gentio civilisado, com a obtusidade dura que lhe é propria, nem os entende, nem os protege, nem tambem os odeia. Trata-os de resto e diz com indifferença que «são pescadores». Vae vêr chegar os barcos e descarregar o peixe, distrahindo-se com a algazarra selvagem da faina sobre a praia. Não deixa tambem de ser interessante

observar as mulheres, chorando em côro, desvairadas, quando a travessia encapella o mar e as lanchas estão fóra. Note-se a bruteza d'essa gente que, por despique, apedreja então a Senhora da Lapa! Falla-se tambem de que ás vezes tém suas brigas no bairro que exclusivamente habitam : lá se avém!

Taes são, Senhor, os selvagens vossos subditos, de que uns exemplares figuraram com os seus fatos de flanella branca e o seu gorro vermelho na procissão camoneana. O mais celebre d'entre elles é o Mayo, que ao lado de V. M. foi condecorado pela Humanitaria do Porto.

Ora as condecorações, Senhor, são como as esmolas e os discursos : não se lhes exagere o valor! Estão no seu logar como consagração ou complemento das coisas, mas tornam-se um escarneo, até uma indignidade, quando se quer com ellas evitar o cumprimento dos deveres. Condecorar o póveiro que tem salvado tantos naufragos sem dar um passo para evitar a causa dos naufragios, é um proceder que nem a justiça, nem o bom-senso mais elementar approvam.

Que diriam esses milhares de subditos vossos, se porventura os vossos governos tivessem feito o necessario para lhes permittir fallarem, extrahindo-os do estado selvagem em que vivem? Que impressões iriam pelos cerebros ennevoados d'essa gente apenas capaz, tal como é, de pasmar boquiaberta diante das «maravilhas» da Povoa no tempo dos banhos, pedindo esmola aos banhistas?

Contraste pittoresco, feito a primor, para nos mostrar como n'uma sociedade se observam juxtapostos os estados mais distantes de condição historica! Para o sul do paredão onde as meninas namoram mais ou menos ratonamente ataviadas com o lixo das modas reles de Paris, fica a praia onde as mulheres descalças, vestidas de burel, empurram as lanchas sobre os toros ou as puxam pelos cabos de linho. Para além do bairro onde formiga o pescador selvagem, está o bairro dos hoteis, dos cafés, com a sua assembléa, os seus bilhares, os seus espelhos, todo o luxo de fancaria provinciana e balnear, retocado pela estupidez do *whist*, pela nora do bilhar e pela ladroeira da roleta, onde os pequenos proprietarios minhotos vém annualmente deixar o producto de alguma junta de bois gordos. — É a prosperidade da terra! É o progresso da Povoa! dizia-me a mim um administrador que V. M. lá teve e me andou mostrando as espeluncas. Na primeira d'ellas era banqueiro um abbade.

O póveiro olha da rua e pasma. Os cafés deslumbram-no, e a cega-rega do piano moendo valsas e contradanças enche-o de admiração similhante á dos indios do Brazil, a quem no tempo dos avós de V. M. os padres jesuitas convertiam pelo processo dos domesticadores de bichos. Parece que a flauta é excellente para os cães; mas o piano para os homens cretinisa-os — como, de resto, aconteceu com os indios do Brazil.

Ás vezes o póveiro, pasmado, entra; e a um d'elles

ouvi eu estranhar que ao lado da roleta não estivesse um guarda da alfandega para cobrar o dizimo, como succede com o peixe. A roleta é livre de imposto por ser um crime, e a pesca sendo um trabalho honroso é criminosamente explorada pelo fisco. Na roleta não se joga a vida, nem se póde perder o que não tem quem vive d'isso — o brio; no mar arrisca-se a existencia, e é mister uma coragem quasi heroica para partir cada dia da praia na incerteza de voltar. Uma lancha que sae é um tento jogado na roleta das ondas. A vida apresenta-se nas suas duas faces, como o jogo heroico da pesca, e o jogo ignobil da banca, na gente selvagem e na civilisada. Qual das duas é mais crédora de sympathia?

Eu, Senhor, prefiro o selvagem; por elle fallo. Não falta quem defenda os jogadores das roletas, das bolsas, e de toda a especie de jogo grave e sério, desde as espeluncas da Povoa até aos palacios magestosos de columnadas classicas. Eu, Senhor, peço protecção e justiça para o selvagem. Os civilisados que tratem de si. O póveiro joga com o mar, e joga sem partido porque a usura suga-o, porque o fisco descarna-o, porque um porto abandonado e sem abrigo, rendado de recifes, é a goela dentada em que dia a dia são mastigadas as lanchas e engolidos os homens. Explorem o pescador, mas deixem-no sequer viver!

Façam-se grandes caminhos de ferro, attendam-se os clamores das grandes cidades, mas ouçam-se alguma vez as vozes dos humildes e dos pequenos. A Po-

voa necessita um porto. E isso que os póveiros não podem pedir, porque não lhes ensinaram a fallar, não é um favor, é uma divida. Na sua conta corrente com o Estado, elles dão tudo e recebem nada. Porque não se lhes restituirá o valor de cinco ou seis annos do imposto do pescado, fazendo-se-lhes o porto que não custa mais do que uma centena de contos?

Cem contos, eis ahi o orçamento da obra já estudada, mas que dorme o somno placido burocratico, destino dos projectos que não interessam aos poderosos. Cem contos, Senhor, não correspondem a mais do que a Povoa dá de imposto em cinco ou seis annos. Cem contos, a seis por cento, amortisaveis em 60 annos, não custam mais do que reis 6:187$563 ao anno, isto é, muito menos de metade do que o imposto do pescado produz cada anno.

É simples, é justo, é facil? — não é assim? Porque se não realisa, pois?

Porque elles, pobres pescadores, não podem, nem sabem fazer conluios, nem unir-se resolutamente no dia dos votos e vendel-os á bocca da urna. Este processo, com que na civilisação se repete o processo dos bandoleiros, é o unico meio de obter no vosso reino aquillo a que se tem direito, e até aquillo a que se não tem jus.

São, comtudo, mais de quatro mil subditos vossos; contribuem para a producção annual do reino com 300 ou 400 contos da riqueza liquida, positivamente arran-

cada do seio das ondas á custa de trabalhos e mortes. Alimentam entre mulheres e filhos mais de outras tantas pessoas: alimentam, é um modo de dizer, porque de inverno passam fomes com as bravezas do mar. Comem com elles á mesa, cerceando-lhes a colheita das rêdes, a Senhora da Lapa, as vareiras, e o fisco. Dão por anno ao vosso thesouro o melhor de 15 contos de reis — uns 5 ou 6 por cento do producto bruto de uma industria em que o trabalho é tudo; uns 5 ou 6 por cento roubados ao pão de cada dia.

Dão 15 contos por anno ao vosso thesouro, e custam nada, coisa alguma recebem do vosso governo. E isto dura assim, annos após annos; e os invernos vêm e os verões passam, e o mar ruge e os barcos voltam-se, e as mulheres desgrenhadas choram, e os homens cahem no fundo do mar, afogando-se — cahem como as gottas de agua, pesadas e vagarosas, antes da tempestade! O póveiro, Senhor, nada sabe, por isso nada exige: não ha que temer d'ahi as trovoadas sociaes! Por isso mesmo ninguem o ouve; por isso mesmo ninguem lhe paga uma parte sequer da divida enorme da nação para com elle.

Não basta que ao peito de Mayo se pendure a medalha de honra, nem que se dêem vinte mil reis ao Sergio: é necessario que na praia da Povoa se construam os molhes de abrigo — exactamente para não haver mais naufragos a salvar, nem mais heroes a ennobrecer. V. M. não quer decerto que as victimas

do mar sejam o preço dos tropos officiaes e das «festas de caridade», espectaculos humanitarios em que se deleita a hypocrisia nossa contemporanea.

Quando os povos outr'ora capitulavam perante os reis, os soberanos deferiam ou negavam; hoje V. M. entrega-se nas mãos dos seus ministros, promettendo sempre proceder como rei constitucional. Ora vosso avô, Senhor, promettia ensaboar as cabeças dos ministros, e talvez o fizesse se não morresse no dia em que acabou a guerra. Vosso irmão, diz-se, pôz no paço uma caixa verde para receber em primeira mão as queixas dos seus vassallos. As columnas d'esta folha, Senhor, são a «caixa verde» onde eu lanço o meu requerimento. Entre as obrigações do rei constitucional creio que deve estar o compellir os ministros a fazer o seu dever; e se não está, limpe a mão á parede quem inventou para uso de V. M. similhante doutrina.

Ora os pescadores da Povoa são excessivamente lesados pelas faltas dos vossos governos. Pagam annualmente quinze contos de contribuição de industria, e trinta, quarenta cabeças de contribuição de sangue. Dão um monte de ouro e um monte de cadaveres como imposto. Levem-lhes o dinheiro, Senhor, porém ao menos poupem-lhes as vidas. Menos de metade do que pagam annualmente em proveito de nós todos e sem utilidade de especie alguma para elles proprios: seis contos bastam para realisar essa obra e para salvar do naufragio as pobres lanchas açoitadas pela travessia quando vêm desvairadas, com a companha em ancias,

demandar a praia onde as mulheres e as creanças esperam debulhadas em lagrimas, arfando em sustos.

Agora pois que as festas provocadas por uma empreza magnificente acabaram, é o momento de escutar, no socego do vosso paço, este gemido que vem de longe como o echo do ultimo naufragio simultaneo do estoirar das primeiras salvas. Depois do caminho de ferro que tanto deu que fallar, mande V. M. fazer essa obra humilde da doka da Povoa: assim amparará os pequenos quem tamanhos sacrificios é forçado a fazer pelos grandes!

Pela minha bocca, Senhor, fallam oito mil subditos selvagens do vosso reino,

P. a V. M. haja por bem mandar que se applique para salvação de suas vidas uma porção minima do que dão para conchego das vidas alheias.

E. R. M.cê [1]

Porto 22 de agosto de 1882.

Por procuração dos póveiros

Oliveira Martins.

---

[1] Este requerimento não teve despacho até hoje.

Nota dos edit.

II

O COMMERCIO MARITIMO PORTUGUEZ

(Conferencia feita na Sociedade de Geographia Commercial do Porto em 23 de fevereiro de 1881)

Meus senhores. — Principio por pedir que me desculpem de infringir a regra seguida até hoje de escrevermos e lermos as nossas dissertações. Faltou-me o tempo indispensavel para redigir o meu trabalho, e sou por isso forçado a expol-o correndo as notas que colligi e trago comigo...

Basta olhar para o mappa de Portugal para vêr que, já pelo desenvolvimento das costas, referido á área continental, já pelo numero de portos, já pela qualidade de alguns, já finalmente pela localisação geographica que faz da nossa praia occidental o baluarte avançado da Europa sobre o Atlantico; para vêr, digo, que as condições naturaes nos chamavam para a vida maritima.

Esbocemos pois a historia do desenvolvimento d'es-

ta industria natural portugueza, a navegação; observemos-lhe o nascer, vejamos de que modo e por que meios cresce, acompanhemol-a no seu apogeu, e não hesitemos em a acompanhar tambem na sua decadencia melancholica, até chegarmos aos dias de hoje, espectadores do seu definhamento total. Temos o exemplo completo da vida inteira de um orgão economico, desde o nascer até ao morrer.

A marinha portugueza nasce com a independencia nacional: é uma creação da primeira epocha da dynastia. Desde que a reacção contra a dominação musulmana determinára a fundação dos estados néo-godos da peninsula hispanica e entre elles o estado occidental de Leão, do qual se destacou Portugal, cessou, póde affirmar-se, a navegação regular de cabotagem que os mouros de Marrocos faziam na costa atlantica da peninsula, emquanto toda ella pertencia aos musulmanos. A cabotagem tornou-se pirataria mais ou menos regular, desde que os portos da Galliza e os portuguezes até ao Mondego foram christãos. Por seu lado os principes da linhagem asturiana, demasiado occupados com a organisação interna e com a defeza dos seus estados, não sentiam a conveniencia nem a necessidade de olhar para um movimento maritimo ainda por denunciar-se.

Com effeito, a importancia internacional dos portos occidentaes, como Vigo, o Porto, Lisboa, só podia apparecer quando as coisas permittissem o restabelecimento da navegação desde o mar do Norte até ao

Mediterraneo e vice-versa: navegação que na Antiguidade tinham feito os phenicios e os romanos. Esse restabelecimento veio com o movimento das Cruzadas, cujas armadas, torneando a Hespanha no seu caminho para a Syria, passavam em frente de Lisboa sem ahi poderem refrescar, pois Lisboa era ainda musulmana.

A acção combinada dos Cruzados por mar e do nosso primeiro rei Affonso Henriques, por terra, deram logar, como se sabe, á conquista de Lisboa e dos portos do Tejo e Sado, que ficaram, salvo episodios breves, portuguezes para sempre. Desde então a monarchia portugueza estendia-se até ao Alemtejo de hoje, e christãos os dois portos austraes do nosso paiz, ficavam francos ás visitas das esquadras que iam á Syria conquistar o sepulchro santo — e tambem rapinar, movidas pelo *amor auri et argenti et pulcherrimarum feminarum voluptas,* segundo diz S. Bernardo.

Taes foram as origens, não ainda da marinha nacional, mas das causas que determinaram a sua creação. Logo no segundo reinado principia a empreza da creação de uma marinha militar, pois se reconhece a difficuldade de investir só por terra e atravez dos desertos adustos do Alemtejo com esse jardim extremo do Algarve ainda na posse do mauritano. Tradição, pessoal, não existiam.

Eram ao tempo os genovezes os mestres da arte de navegar, e os nossos reis appellaram para Genova pedindo um *almirante,* conforme se denominava á moda arabe o que á moda feudal ou goda se dizia conde-do-

mar. Veio o genovez Pezzagna, equiparam-se navios, começaram a construir-se barcos similhantes aos de pesca ainda hoje visiveis nas praias de Ovar e da Povoa. D. Sancho I mandou collocar *debadoyras* nas praias para encalhar os navios. D. Diniz mandou abrir o porto de Paredes [1] e plantar o pinhal de Leiria. Eis ahi os primordios da marinha nacional que já contava, ao tempo de D. Diniz, na sua breve historia, a façanha da conquista do Algarve.

Existia já uma marinha mercante e um commercio maritimo? Sem duvida; pois não se concebe o facto de esquadras relativamente importantes sem o facto correlativo de tripulações que só podiam ser recrutadas nas colonias de pescadores da costa e no pessoal dos navios de commercio. Sem duvida existia, porque do tempo de D. Fernando temos documentos authenticos de um trafego maritimo importantissimo que não poderia, decerto, ter surgido de um dia para outro.

Permitta-se-me agora esboçar rapidamente a physionomia commercial-maritima de Lisboa, no tempo d'esse rei que tem um papel tão eminente na historia do nosso desenvolvimento como povo navegador. A fonte d'estas informações fidedignas é Fernão Lopes, o nosso pittoresco chronista e o primeiro historiador de Portugal.

---

1 Villa que estava situada proximo da actual Pederneira: este porto foi inutilisado pelas dunas no seculo XVI.

A alfandega de Lisboa rendia no tempo de D. Fernando, diz elle, de 35 a 40 mil dobras ou, proximamente, 100 contos da nossa moeda [1]. Não admire a exiguidade da somma: veja-se antes n'ella a expressão do caracter de porto-franco da Lisboa d'então. Com effeito, o mesmo chronista nos diz que um anno se carregaram «1200 toneis de vinho, afora os que levaram os navios da segunda carregação em março.» Muitas vezes, ante a cidade havia 400 e 500 navios de carregação; e mais 100 ou 150 em Sacavem e no Montijo á carga de sal e de vinho. Em frente de Lisboa, nota o chronista, a selva dos navios era tamanha que as barcas da outra banda não podiam cruzar por entre elles e iam tomar terra em Santos.

Eram estes navios ainda as barcas da marinha primitiva? Não; eram navios de coberta, da lotação média de 100 *toneis*, como então se dizia; e perante os numeros anteriormente expostos, parece-me não ser exagerado elevar o movimento maritimo annual do porto de 250 a 300 mil toneladas. Esses navios iam e vinham de Lisboa para a Inglaterra, para a Italia, cruzando no mar do Norte e no Mediterraneo, levando os productos agricolas nacionaes e trazendo-nos tecidos e manufacturas.

Quem girava com este commercio maritimo? Es-

---

1 A dobra tinha 4 libras e 2 soldos; 50 dobras compunham um marco de ouro; valendo assim 2$400 reis proximamente cada dobra.

trangeiros principalmente. Já desde então se denunciava o caracter cosmopolita da nossa historia. Lisboa, diz Fernão Lopes, « é grande cidade de muitas desvairadas gentes. » Havia ahi *estantes* (residentes) de muitas terras e muitas casas de cada nação: genovezes, lombardos, aragonezes, marroquinos, milanezes, corsos, byscainhos, fruindo privilegios e isenções de que os soberanos não eram avaros.

« Faziam vir e enviavam do reino grandes e grossas mercadorias. » Lisboa era, como já disse, um porto-franco: o regime sob que a capital vivia isolava-a por barreiras do resto do reino. Só para dentro d'ellas podiam os forasteiros comprar e vender os generos importados e exportados: para fóra « só podiam haver os generos comesinhos. » Por outro lado, como na Italia, onde as classes commerciantes e operarias limitavam o poder dos grandes e guerreiros, tambem em Lisboa o commercio era defeso aos fidalgos e senhores.

O rei, porém, não se incluia no numero d'estes, sendo pessoalmente armador e negociante; mas nem comprava nem vendia os generos em que outros commerciavam, para não concorrer com elles. Negociante, a corôa parecia ter mais em vista incitar, fomentar o desenvolvimento do trafego mercantil, abrir estradas e explorar especies novas. Havia, sem a minima duvida, nos governos o pensamento claro da protecção: o chronista diz que « não vos maravilheis d'isto e de ser muito mais, pois os reis tinham tal geito com o povo,

sentindo-o por seu serviço e proveito, que emprestavam sob fiança dinheiro aos que queriam *carregar* e cobravam dizima duas vezes no anno do retorno que lhes vinha, e visto o que cada um ganhava, do ganho deixava logo a dizima. »

Eis ahi Lisboa no meiado do seculo XIV. Vêmos, nas rudes instituições da Edade Média, o thesouro nacional — thesouro então régio — accumular funcções que na economia actual se consideram antinomicas com o seu principio. Vêmos que o thesouro era verdadeiramente um banco, sendo o rei banqueiro, armador e negociante. O rei porém não commerciava senão em determinados objectos de que o commum dos mercadores se não occupava. Será temerario vêr n'este facto o principio dos monopolios posteriores da pimenta, do pau brazil, quando as descobertas deram a Portugal o Oriente e a America? Parece-me que não. O que em epochas mais proximas de nós se denominou monopolio era na Edade Media a regra de todas as instituições: a sociedade consistia n'uma cadêa de privilegios locaes, pessoaes e de corporação. Se em Lisboa os burguezes não podiam expulsar do seu gremio os indignos com essa pena singular do degredo para a aristocracia (*tra li grandi*) como succedia na Italia, na nossa capital a burguezia tinha o privilegio da equipação dos navios e do commercio maritimo, conforme vimos.

Ouso esperar que este rapido esboço teria dado á assembléa uma tal ou qual idéa do desenvolvimento

do commercio maritimo nacional na segunda metade do seculo XIV. Resta-nos porém ainda observar outro lado do quadro; vimos os factos, vejamos agora as leis que os determinam ou pelo menos os fomentam. Essa legislação commercial-maritima de D. Fernando é digna de toda a attenção por mais de um titulo, e embora receie fatigar os meus ouvintes, entendo que não devo eximir-me á obrigação de a expôr.

« Vendo D. Fernando, diz Fernão Lopes, que o proveito que haviam (os mercadores) das mercadorias, muitas que do reino eram levadas e trazidas outras em navios estrangeiros era melhor para os seus naturaes; e que vinha muito maior honra á terra havendo n'ella muitas naus, as quaes o rei podia ter mais prestes quando cumprisse ao seu serviço do que as das provincias (paizes, reinos) d'elle alongadas... »

Permitta-se-me uma interrupção: Este preambulo denuncía o conhecimento de um facto incontestavel e muito mais grave então do que hoje: o facto de ser indispensavel á existencia de uma marinha militar a existencia de uma marinha mercante. Então e hoje os navios de commercio eram e são o viveiro das tripulações. Então e quasi até nossos dias, os navios mercantes se transformavam na hora da crise em navios de guerra. Ainda no primeiro quartel do nosso seculo, vimos os celebres brigues dos armadores das ilhas serem o instrumento acaso mais efficaz da guerra da independencia da Grecia.

Ainda na guerra da Crimêa os grandes vapores-

correios inglezes serviram como transportes. No seculo XIV, porém, os typos dos navios de combate e dos de commercio eram quasi identicos: ainda não havia artilheria grossa, e os meios de guerrear eram muito mais simples.

Prosegue o chronista:

«... Ordenou para os homens haverem mór vontade de as fazerem de novo ou comprar feitas, qual mais sentissem por seu proveito, que — aquelles que fizessem naus de 100 toneis (toneladas) para cima, podessem talhar e trazer para a cidade, de quaesquer matas que d'el-rei fossem, quanta madeira e mastros para ella houvessem mister sem pagar cousa alguma por ella; e mais que não dessem dizima do ferro nem do fullame nem de outras cousas que de fóra do reino trouxessem para ellas, e quitava todo o direito que havia d'haver aos que as compravam e vendiam feitas.»

Commentemos estas disposições protectoras. O estado dá gratuitamente as madeiras, e isenta dos direitos de entrada as materias-primas da construcção: assim se traduzem em linguagem moderna estas phrases antigas. Mais de um condemnará disposições d'esta ordem, attribuindo-as á rudeza dos tempos; mais de um terá por muito superior o abandono triste, e o definhamento a que a famosa liberdade posterior condemnou os nossos estaleiros... Mas, como não tratamos agora de economia politica, antes de historia, continuemos: a cegueira d'esses tempos não parava

*

aqui; a protecção ia mais longe. Comtudo, ao lado das disposições proteccionistas, vemos no texto que agora commentamos uma disposição eminentemente liberal — a da franquia de embandeiramento de navios estrangeiros. Ainda no seculo XIV a mania das doutrinas dogmaticas não tinha vindo conturbar, como depois conturbou sem a minima duvida, a lucidez do pensamento. Ainda protecção não significava prohibição, nem liberdade abandono: a razão simples dizia que a liberdade podia ser tambem protectora e que a prohibição era inconveniente.

Pedindo desculpa para esta divagação, continúo:

« Outrosim dava aos senhores dos ditos navios, da primeira viagem que partiam do seu reino carregados, todos os direitos das mercadorias que levavam, assim de sal, como de quaesquer outras cousas, tambem de portagem, como de siza, como d'outras imposições, assim das mercadorias que seus donos nas naus carregassem, como dos outros mercadores. Dava mais aos donos das naus a metade da dizima de todos os pannos e quaesquer outras mercadorias que de primeira viagem trouxessem de Flandres, ou de outros logares, assim das cousas que elles carregassem, como das que outros carregassem com ellas. »

Sob esta fórma de isenção de direitos, a legislação da nossa Edade Média realisava o que em tempos de hoje se faz sob a fórma de premios de construcção e navegação. Parava aqui a série de beneficios concedidos? Não. Ia mais longe. Fazia dos armadores uma

classe á parte. «Mandava que não tivessem *cavallos*, nem servissem por mar nem por terra com concelho nem sem elle, salvo com seu corpo; e que não pagassem em fintas nem talhas nem sizas que fossem lançadas para elle (rei), nem para o concelho, nem em outra nenhuma cousa, salvo nas obras dos muros, onde fossem moradores e das herdades que ahi tivessem e de outras nenhumas não.»

Para avaliar bem o alcance d'estas disposições seria mister entrar na exposição minuciosa e longa de systema dos serviços ou impostos, braçaes e pessoaes, fiscaes e militares da Edade Média — assumpto que nem cabe no espaço de que disponho, nem talvez na paciencia dos que me escutam. Direi apenas o que porventura seja ocioso por ser sabido, isto é, que as milicias do tempo eram formadas pelos contingentes dos concelhos e dos senhores; que não havia ainda exercitos permanentes assoldadados; que o peão era obrigado a ter a sua bésta, o cavalleiro a sustentar um cavallo de guerra, para o dia em que fosse convocado. Talvez, portanto, não erremos muito traduzindo as disposições antigas n'esta expressão moderna: isenção do recrutamento. Diz, para terminar, o chronista:

«E acontecendo que os navios assim feitos ou comprados perecessem da primeira viagem, mandava (o rei) que estes privilegios durassem aos que os perdessem tres annos seguintes, fazendo ou comprando outros, e assim por quantas vezes os fizessem ou comprassem; e se dois em companhia faziam ou compra-

vam alguma nau, ambos haviam estas mesmas graças.»

Ha numerosos seculos que alguem disse nada haver de novo sob o sol. Se encaramos as coisas sob um certo ponto de vista, assim é com effeito. Os homens e os seus actos repetem-se, reproduzindo-se. Hoje, com cinco seculos de tirocinio, a Europa nada descobriu de novo; hoje ainda, as nações que entendem justo e util fomentar o progresso da sua marinha, hoje ainda se põem em pratica as disposições sabias do ultimo monarcha da nossa primeira dynastia.

Não faltaria porém, entre nós, quem condemnasse aquelle que hoje — por um acaso imprevisto e até inverosimil — pensasse ou pretendesse restaurar a nossa marinha caduca pelos meios que no seculo XIV a crearam. Entretanto, se ha ponto incontestavel é este: que a não ter sido o fomento maritimo do seculo XIV jámais Portugal teria ganho a honra e proveito historico das suas grandiosas navegações, das suas conquistas malfadadas e da brilhante empreza da sua colonisação atlantica e americana...

Perdoem-me os meus ouvintes, mas temos que esmiuçar ainda na legislação fernandina. A iniciativa do governo, como se diria se se estivesse no seculo actual, não parava no ponto em que a deixámos. Ia mais além, muito mais além: creava instituições superiores no seu principio, embora rudes no seu desenho, superiores ao que hoje voga entre as nações cultas. Diz Fernão Lopes:

« Trabalhando-se muitos de fazerem naus e outros de as comprarem por azo de taes privilegios, e vendo el-rei como por esta causa sua terra era melhor manteuda e mais honrada e os naturaes d'ella mais ricos e abastados, por azo das muitas carregações que se faziam; e querendo prover com algum remedio de cada vez ser mais accrescentado o conto de taes navios e os desvairados caxões do mar não deitarem em perdição aquelles que suas naus de tal guiza perdessem: ordenou em concelho de uma companhia de todos pela qual se remediasse todo o contrario porque seus donos não cahissem em aspera pobreza, publicando a todos que fosse por esta guiza: — Mandou que se inscrevessem por homens idoneos e pertencentes todos os navios telhados (cobertos) que em seu reino houvesse desde 50 toneis para cima, assim os que então havia, como os outros que depois houvesse; e isto em Lisboa e Porto e nos outros logares onde os houvesse. E posto assim em livro o dia e preço porque foram comprados ou feitos de novo e a valia d'elles, e quando foram deitados á agua, e tudo aquillo que esses navios ganhassem, fosse de seus donos e mercantes, como sempre se usou; e de todo quanto esses navios percalçassem de idas e vindas, assim de fretes como de quaesquer outras cousas, pagassem para a bolça d'essa companhia duas corôas por cento; e que fossem duas bolças, uma em Lisboa, outra no Porto; e terem encargo de manter estas bolças aquelles a quem o rei dava o cuidado de taes estimações e avaliamento, para do

dinheiro d'ellas se comprarem outros navios em logar d'aquelles que se perdessem e para outros quaesquer encargos que cumprissem em prol de todos.»

Até aqui achamos a instituição de um registro maritimo e estatistica naval, de uma caixa de seguros, organisada cooperativa ou mutualistamente, e a fixação do premio de 2 por 100 não do valor dos navios, como hoje é uso para os seguros, mas sim da importancia dos rendimentos de fretes. Dado o caso, porém, de sinistros imprevistos, para attender aos quaes escasseassem os recursos nas bolsas como se procederia? D'este modo:

«Vêr-se a valia de todos os navios que aquelle tempo ahi (no Porto ou em Lisboa, sédes das bolsas) houvesse e outro-sim o valor d'aquelle navio ou navios que se perdessem ou fossem tomados e contar-se tudo quanto montasse soldo por libra, aos milheiros ou centos, que cada navio valesse, e tanto pagar cada um senhor de cada navio.»

Nem todas as avarias eram attendidas pelas bolsas de seguros: só dava direito a indemnisação o prejuizo superior ao terço do valor da embarcação: «E se porventura alguns navios por fortuna (acaso) de tormenta ou por outro algum cajom (motivo) seguindo acto de mercadoria abrissem ou peorassem chegando a logar onde se podessem correger por menos do terço d'aquillo que valeria depois que fosse adubado (reparado) — que o senhor do navio fosse theudo (obrigado) de o adubar (concertar) a suas despezas (custa) e não o

querendo assim fazer que os outros senhores de navios não fossem theudos de lh'o adubar nem pagar outro.» Ao contrario, porém, «acontecendo que fosse em esse navio tamanho damno feito que se não podesse emendar senão por mais do que valeria depois de adubado ou por tanto (quanto valesse) e acontecendo este cajom (accidente) sem culpa dos mareantes d'elle e sem outra malicia, que então os senhores (da bolsa) cobrassem d'elle e dos apparelhos aquillo que podessem haver á boa fé e sem malicia: e então que se visse o que aquelle navio valia ao tempo que lhe aconteceu aquelle cajom (sinistro) e fosse pagado logo a seu dono para comprar ou fazer outro, descontando-se-lhe o que houvesse dos apparelhos que salvasse.»

De tal modo funccionavam os seguros mutuos. As avarias de mais de um terço do valor eram indemnisadas; as avarias que importassem reparação superior ao valor não se abonavam: vendiam-se os salvados e pagava-se o *deficit*. Attender-se-hiam porém as perdas de qualquer natureza, provocadas ou por temeridade ou por incuria dos armadores? Não.

«E se alguns mestres ou senhores de navios fretassem para terra de inimigos sem receber primeiro segurança e sendo tomados por elles ou perecendo em taes viagens, que os donos dos outros navios não fossem theudos de (obrigados a) lh'os pagar... E porque alguns mestres e senhores de navios, sob esperança que lhe haviam de ser pagados, ainda que se perdessem, não curariam de os fornecer de ancoras, cabos e

outros fullames e isso mesmo (tambem) de armas e gentes e de outras cousas que pertencem para defensão do mar e dos inimigos: mandava el-rei que os védores e escrivães chegassem ás naus e se escrevessem todos os apparelhos e gentes que levavam para se verem se se perdiam por mingua das cousas que lhe eram cumpridoiras para seguirem sua viagem, e assim lhe serem pagadas ou não.»

Esta série de extractos, porventura fatigantes, exprimem, comtudo, a meu vêr, com uma nitidez absoluta o systema e o regime do commercio maritimo nacional na segunda metade do seculo XIV. Para completar o nosso esboço falta porém notar um ponto: as relações da marinha mercante para com o Estado, segundo hoje nos exprimimos, ou para com el-rei, conforme se dizia então — pois ainda ao tempo o rei era o estado, e o seu thesouro o thesouro nacional.

Os haveres e riquezas pessoaes dos monarchas eram o haver e a riqueza collectiva. D. Fernando succedera ao rei D. Pedro, personagem singular da nossa historia, mixto de loucura e genio, de justiça e de capricho, de bondade e de crueza, de liberalidade e de cubiça. A sua avareza celebrada tornara-o riquissimo e o thesouro que legou ao filho era de tal ordem que «sómente na torre do *aver* do castello de Lisboa foram achadas 800 mil peças de ouro, 400 mil marcos de prata, afora moedas e outras cousas de grande valor que ahi estavam e mais todo o outro *aver* em grande quantidade que pelo reino era posto.» (Fernão Lopes).

Demasiado se sabe por que meios se formavam esses thesouros. Reinar e combater eram um negocio — ou talvez antes uma coisa a que, para não offender animos susceptiveis, eu não chamarei rapinagem. E não se deve chamar assim, desde que pretendamos avaliar as coisas sob um ponto de vista moral: as idéas e os costumes mudam, desenvolvendo-se e depurando-se.

Voltando ao nosso thema, digamos portanto que os armadores eram obrigados a armar em guerra os seus navios, quando o *prol comunal* assim o reclamasse, correndo então de conta do thesouro regio todas as avarias ou naufragios. Da mesma fórma que os contingentes dos concelhos e as mesnadas dos fidalgos tinham de ir á hoste ou appellido, quando, declarada uma guerra, o rei os convocava: assim tambem as frotas dos armadores tinham de acorrer ao chamamento do soberano na hora do perigo.

Todavia, não é este o caracter mais grave nas relações da marinha mercante com a corôa. Muito mais grave é o da partilha das presas feitas no mar. No mar e na terra o bandidismo e a pirataria eram communs; e se no campo o rei era o primeiro dos barões bravios, no mar era tambem o primeiro dos armadores.

«E quando os navios, diz o chronista, houvessem alguns percalços assim de inimigos como por qualquer outra guiza que taes percalços fossem entregues aos senhores e mareantes dos navios que os assim ganharem e do que acontecesse aos senhores dos navios

houvessem elles a metade e a outra fosse posta na bolça para prol de todos... E mandou el-rei que as suas naus que eram 12 entrassem n'esta companhia e que não fossem de maior condição que as outras do seu senhorio... etc. »

Eis ahi no seu conjuncto o systema da legislação maritima fernandina. É digno de attenção, senhores, o facto de que, a cinco seculos de distancia, essas leis contém já em si o embryão de tudo o que hoje a França, a Italia, os Estados-Unidos, legislam ou reclamam em favor proprio; contém a franquia de embandeiramento, os premios de construcção, os premios de navegação, os seguros mutuos, a estatistica naval e a inspecção technica. Em casos como estes, a historia tem um valor: propõe-nos um exemplo e, infelizmente para nós, este exemplo é completo e perfeito, porque vemos o desenvolvimento extraordinario da nossa vida maritima nos seculos XV e XVI, podendo vêr tambem, dentro em pouco, a decadencia miseravel dos seculos seguintes até ao estado de morte acabado no nosso.

Eu, meus senhores, sou dos que attribuo á legislação protectora de D. Fernando um papel eminente na historia do nosso desenvolvimento como nação commercial-maritima, e já que n'esta casa se tem fallado tanto em liberdade e protecção, em productor e consumidor, direi tambem que julgo terem sido os *consumidores* do seculo XIV quem pagou a protecção maritima — devendo dizer tambem que os *consumidores* dos seguintes seculos lucraram muito com o sacrificio dos

avós. Proteger é semear. Nem sempre colhe o fructo aquelle que espalhou a semente, mas uma nação não é um dia — é a successão das gerações dos seus filhos. O sacrificio d'hoje (quando sacrificio exista) é o penhor da fortuna de ámanhã, e mal dos povos que chegaram a conservar apenas o sentimento do interesse do seu dia...

Meus senhores, vamos entrar n'outra epocha; vamos assistir ao desenvolvimento pleno d'essa semente lançada ao mar pelos reis da nossa primeira dynastia: são os da segunda quem recolhe a seára. Tereis ouvido dizer que esse esplendor maritimo e commercial portuguez na Renascença vem das condições geographicas e mais causas naturaes-fataes do nosso solo e do nosso povo, e que para a nossa grandeza não contribuiu nenhuma protecção — no sentido theorico-actual da palavra. A essa opinião temos de objectar o seguinte: como é que taes condições fataes deram o esplendor do seculo XVI e a miseria do seculo XIX á marinha portugueza? Se são fataes, como deixam de ser constantes?

Somos chegados á epocha das emprezas famosas dos portuguezes — os iniciadores da colonisação nos tempos modernos, e da grande navegação tambem, porque os navios dos antigos, phenicios, gregos e romanos, só se abalançaram a fugir das costas que trilhavam para atravessar o Mediterraneo.

A costa occidental da Peninsula, extremo limite do mundo antigo sobre o Oceano, coubera-nos a nós, fa-

dando-nos para largarmos em demanda dos segredos dos vastos mares mysteriosos, esse campo largo a que os arabes chamavam o Mar Tenebroso.

Um movimento como foi o das navegações, embora determinado em ultima instancia pelas condições geographicas, tinha de ser provocado por causas historicas. A primeira d'essas deve achar-se nas Cruzadas, facto a que já alludimos. As Cruzadas, conforme é sabido, inspiradas por um fervor religioso, tendo como motivo ou como pretexto a redempção do tumulo de Christo, determinaram na Europa christã um movimento de navegações e de commercio que é uma como renascença depois das epochas n'este sentido apathicas dos primeiros seculos da Edade Média. A Hespanha soffreu a influencia d'estes movimentos.

Continuar a guerra aos mouros para além do Algarve, do outro lado do Estreito, era tambem uma cruzada; e se pela Syria se travavam relações com o Oriente mysterioso, tambem nós esperavamos chamar a Portugal por via de Ceuta o commercio das Indias. Correra durante toda a Edade Média pela Europa a lenda de um principe christão asiatico, o Preste João, cujo imperio se não sabia ao certo onde ficava. Descobril-o seria duplamente proveitoso para a fé e para o interesse. Eis o que moveu á empreza de Ceuta.

Ahi vinham, com effeito, em caravanas atravez do Sudão as mercadorias do Oriente; mas a conquista d'esse emporio commercial marroquino não produziu o resultado que se esperava, pois as caravanas desvia-

ram o seu rumo para Tunis desde que Ceuta passou a ser christã. Não se descobriu pois o Preste João pelo caminho de Marrocos.

As emprezas marroquinas, comtudo, tinham sido o inicio de um movimento de outra ordem — o da navegação exploradora, indagadora do Mar Tenebroso. Os navios iam descendo e visitando a costa d'Africa ao mesmo tempo que, alongando-se no Oceano, descobriam os archipelagos atlanticos. Por este caminho veio a dobrar-se o cabo; por este modo a chegar-se á India. Estava descoberto o Preste João.

Não é possivel, meus senhores, nem até necessario no plano da minha conferencia historiar as viagens de descoberta; bastam as breves palavras que proferi, para esboçar os motivos creadores da nova epocha em que o nosso commercio maritimo entra com a descoberta do caminho da India. Á descoberta seguiu-se a exploração ou occupação d'essa parte da Asia, e, como é sabido, foram diversas as politicas seguidas n'essa empreza. D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei, queria que « todo o nosso poder fosse no mar » : isto é, que mantivessemos o monopolio da navegação e do commercio maritimo, reduzindo a occupação territorial ás fortalezas necessarias para o abastecimento das esquadras e para a defeza dos pontos estrategicos. As tradições militares e religiosas da nação oppunham-se a isto, e póde dizer-se que o genio portuguez encarnou na pessoa do grande Albuquerque, dando aos negocios da India um rumo inteiramente differente — o

de uma conquista. O Oriente seria para nós um imperio, como hoje o é para os inglezes, se o tempo, os nossos meios e outras causas o tivessem permittido. Como o não consentiram, o regime, solicitado por duas opiniões oppostas, e o governo desprovido de estadistas superiores, fizeram com que a India fosse para nós uma aventura ephemera, embora ficasse como padrão summario e corôa das nossas obras e da nossa historia meritoria nos seculos XV e XVI.

Como existiu, pois, de facto o dominio sobre a India?

Por varios modos. Em certos pontos, como no Malabar e em Malaka, onde a politica de Albuquerque levara á constituição de cidades portuguezas, havia propriamente governo e estado: uma colonia, no sentido commum da palavra. Mas taes exemplos eram excepções; o geral era a existencia de uma fortaleza dominando uma cidade indigena, cobrando as páreas dos sultões da terra, e abrigando os navios que ahi iam commerciar. Além d'estas fortalezas havia outras cujo papel era exclusivamente maritimo: estas e as precedentes emittiam os *cartazes* ou passaportes sem os quaes era defeso aos navios não-portuguezes navegar nos mares em que nós dominavamos.

Taes foram, em resumo, as condições sob que existiu o commercio maritimo portuguez durante a epocha da India. N'esse commercio havia duas especies: os monopolios da corôa como a pimenta, e os generos em que aos particulares era licito traficar. Como Veneza,

e segundo as tradições nacionaes que já conhecemos, a nossa monarchia era armadora e commerciante. Era o estado que armava as *naus de viagem* da carreira da India; esses navios iam artilhados e armados, sem irem propriamente para combater: o fim das suas viagens era o transporte das mercadorias e dos passageiros.

Restam-nos numerosos documentos coevos para nos mostrar a importancia do commercio Oriental. O *Livro de toda a Fazenda* de Figueiredo Falcão inscreve no orçamento de receita para o anno de 1607 a verba de 390 contos proveniente de 20:000 quintaes de pimenta a 30 cruzados, e dos direitos de 5 naus a 30 contos. Cada uma d'essas naus, do typo ordinario, arqueava de 500 a 600 toneladas, e tinha a tripulação de 123 pessoas, custando por via de regra 20 contos. Os direitos de importação das mercadorias da India eram, como disse, arrematados, e os numeros que conhecemos mostram como estas arrematações dadas a validos da corôa eram mais uma das desordens miseraveis da administração d'esse tempo.

Eis aqui uma nota dos exercicios de 1586 a 1598:

Annos	Naus	Direitos	Locação	Lucro	Perda
1586	2	67.413.916	45.666.666	21.747.250	—
1587	2	69.368.391	45.666.666	23.701.725	—
1588	5	135.773.531	114.166.665	21.606.866	—
1589	6	136.344.602	124.166.665	12.177.937	—
1590	4	164.246.081	91.333.332	72.912.749	—
1592	1	46.250.283	22.833.333	23.416.950	—

Annos	Nous	Directos	Locação	Lucro	Perda
1593	2	52.368.240	60.000.000	—	7.631.760
1594	1	58.574.489	30.000.000	28.574.489	—
1595	3	111.744.746	90.000.000	21.744.746	—
1596	1	38.468.505	30.000.000	8.468.505	—
1597	4	233.487.542	120.000.000	113.487.542	—
1598	3	112.434.663	90.000.000	22.434.663	—

O periodo a que estes algarismos se referem é, porém, já um periodo de decadencia. Já o castelhano governa em Portugal; já o concurso de causas que levaram á perda da autonomia mostravam os seus resultados funestos. É costume attribuir á conquista castelhana a perda das nossas possessões ultramarinas, dizendo-se que das guerras de então entre a Hespanha e as nações protestantes, guerras em que involuntariamente nos achamos envolvidos, resultou a perda do commercio maritimo portuguez. Não vim para aqui estudar a influencia que o dominio castelhano teve na nossa fortuna colonial, mas o facto é que a nossa marinha estava perdida antes de se ter perdido a independencia — e perdido, meus senhores, porque se construia mal, se navegava peior; porque se abarrotavam os navios de carga e se arvoravam em pilotos os ignorantes. Era o mar que tragava os nossos navios, não era o inglez nem o hollandez.

Falcão diz-nos que de 1497 foram de Portugal para a India 806 naus e que d'estas

voltaram	425	
arribaram	20	
arderam	6	
naufragaram	66	
ficaram na India	285	e foram tomadas
por inimigos	4	

Naufragadas e queimadas 72 sobre 806: pois bem, no periodo de 1585 a 97 vão para a India 66 naus e

arribam	7
voltam	34
tomam inimigos	2
ficam na India	1
naufragam	18
e ardem	4

São 22, naufragadas e ardidas, sobre 66, isto é, a terça parte: apenas 2 são tomadas por inimigos. É pois necessario convir em que a principal causa da ruina da navegação da India era interna. Já se não praticava aquella judiciosa medida do tempo de D. Fernando: vistoriar os navios antes da partida.

Nós não podemos estudar agora as causas numerosas e complexas que concorreram para a ruina da navegação portugueza na segunda metade do XVI seculo; mas devemos considerar como a primeira de todas o principio do corso estabelecido como regra nos mares do Oriente. Uma das primeiras, senão a primeira occu-

pação das esquadras portuguezas na India era dar caça ás naus de romeiros que subiam ao mar Rôxo nas peregrinações á Santa-Kaaba de Meka. As presas pertenciam por metades ao rei e ás guarnições, e a pirataria entrou francamente nos usos dos dominadores. Com o decahir dos tempos, e particularmente nos portos afastados como Ormuz ou Malaca, chegaram a observar-se factos extravagantes. Bandos de piratas portuguezes iam estabelecer-se pelas costas da Indo-China: Macau nasceu assim. Quem lêr as *Peregrinações* do nosso Fernão Mendes Pinto verá ahi o caso d'aquelle capitão de Malaca que na ilha de Ainam lavrou escriptura com um pirata siamez ou malaio para irem ambos em sociedade roubar os tumulos imperiaes da China no rio de Nankin.

Encerrada tristemente, com a perda da independencia, a segunda epocha da historia, entramos n'uma éra nova com a dynastia de Bragança. A de Aviz, recebendo a herança affonsina, achou formada uma marinha e pôde com ella levar a cabo emprezas que tornaram immorredouro o nosso nome e a nossa lingua. Que herança recolhia a casa de Bragança? Que restos ficavam do antigo imperio portuguez? Ficava o Brazil e Angola. O movimento maritimo da primeira epocha, a protecção dada á marinha, fez de nós os descobridores da India que nos alimentou um seculo ou mais, e do Brazil que agora vem substituil-a por outro seculo.

Entretanto, meus senhores, antes que o Brazil désse o dinheiro sobre que lançou alicerces o verdadeiro

throno do marquez de Pombal; antes que, restaurada a vida maritima colonial da metropole, se accentuasse um novo typo de protecção e se ganhasse uma tal ou qual independencia de facto: antes d'isso, houve tempos deploraveis, politica e economicamente. A dynastia de Bragança pagou a independencia com as colonias; e para se livrar da Hespanha, sujeitou-se e sujeitou-nos ao protectorado explorador da Inglaterra — que já então prégava o livre-cambio, essa doutrina excellente dos fortes contra os fracos.

A série dos tratados inglezes principia pelo de 29 de janeiro de 1642, em que Carlos I reconhece D. João IV sob condição de manter o *statu quo* ultramarino, isto é, de sanccionar todas as conquistas dos inglezes e hollandezes durante o periodo philippino. Cahiram os Stuarts em Inglaterra, veio Cromwell, e a republica exigiu mais. O tratado de 10 de julho de 1654 no seu art. 11 inicia o livre-cambio: os inglezes, sob a sua bandeira, poderão negociar e armar navios de Portugal para o Brazil, estabelecendo relações directas com as possessões portuguezas e entre ellas. Mas o inglez, livre-cambista em seu proveito, é proteccionista logo que se inverte o caso: por isso Portugal não poderia retar navios estrangeiros para ô commercio do Brazil emquanto houvesse navios inglezes. Por outro lado, além d'estes favores á marinha, Cromwell não esquecia as industrias, porque um artigo reservado garantia ás manufacturas inglezas o direito maximo de 23 % sobre o valor, ficando, é claro! a Inglaterra com a

liberdade de taxar as mercadorias portuguezas como entendesse. Em 1661 casou a infanta D. Catharina com Carlos II, já restaurados os Stuarts em Inglaterra, e em arrhas deu-se á Inglaterra Tanger em Africa, deu-se-lhe Bombaim « para que nos podesse defender melhor dos hollandezes na India. » Deu-se á Inglaterra o direito sobre tudo o que podesse haver dos hollandezes, e facultou-se a liberdade dos inglezes se estabelecerem livremente em todas as colonias nacionaes. Afinal o tratado de 27 de dezembro de 1703, o tratado chamado de Methwen, do nome do embaixador que o negociou, poz a claro a doutrina na sua pureza: Portugal fáz vinho, a Inglaterra pannos: trocam-se os vinhos pelos pannos e artefactos. Era o livre-cambio na sua pureza, a theoria das aptidões naturaes na sua genuinidade, e veio d'ahi, como era natural, o ficarmos nós sendo uma nação de vinhateiros obscuros, gente miseravel, colonos, ilotas, ou como se quizer dizer, dos inglezes que nos vestiam, nos calçavam e até nós davam de comer porque Portugal deixou de ter pão.

De toda esta historia *liberal* em extremo resultaria sem duvida a ruina final, se o Brazil não tivesse vindo com as suas minas em nosso auxilio. Veio o Brazil, veio o marquez de Pombal: um thesouro e um estadista. Renasceu um commercio maritimo. Aboliu-se o tratado inglez, iniciou-se uma éra nova á navegação portugueza. Já não trilhavam o Atlantico as naus da India: agora iam navios de commercio em comboyos, defendidos por navios de guerra, pois os mares andavam

infestados de piratas. O trafego maritimo portuguez consistia, de um lado no transporte dos generos europeus para o Brazil e no retorno do assucar, e do outro no transporte de escravos de Angola e Moçambique para as minas, para as roças e para os engenhos americanos. Na India a pimenta era o estanco régio; no Brazil é o pau que denominou a terra, e os diamantes de Minas Geraes.

O Brazil é verdadeiramente uma *fazenda* portugueza no ultramar, e Portugal explora-a como o proprietario faz a uma granja sua. É prohibido no Brazil o estabelecimento de estrangeiros, e toda a exportação tem de vir a Lisboa para d'ahi se distribuir pela Europa. Lisboa é outra vez uma Liverpool peninsular.

Se o imperio da India foi, porém, ephemero, não foi mais duradouro o do Brazil. Causas complexas determinavam a dissolução da sociedade portugueza e a politica pombalina ficou como um episodio entre o protectorado inglez de 1640 a 1703, e o novo protectorado que volta mais exigente logo que D. João VI foi forçado a emigrar para o Brazil. Desembarcaram ahi no mesmo dia elle e os inglezes. Os portos abriram-se logo ás bandeiras de todas as nações — isto é, á bandeira ingleza; e dois annos depois, em 1810, assignou-se o famoso tratado que deu aos inglezes o direito de terem estaleiros seus no territorio portuguez.

Ora nós que durante a guerra do Russilhão (1793-5) tinhamos visto os francezes apresarem-nos cerca de 200 navios no valor de 10:000 contos, viamos na fran-

quia dos portos brazileiros a ruina do nosso commercio maritimo. Da crise miseravel a que Portugal então chegou vieram as revoluções posteriores, a principiar pela de 1820. N'essa data entraram no Rio 153 navios portuguezes. Querem os meus ouvintes saber quantos entravam antes? Em 1805, 810; em 1806, 652; em 1807, 666; em 1808, 777; em 1810, 1:215. Alguns numeros ácerca do valor do commercio esclarecerão ainda mais este caso:

Exportação de Portugal para o Ultramar

	Contos
Na decada de 1796 a 1807 por anno, média	3:760
Na decada de 1807 a 1817 por anno, média	800

Exportação do Brazil para Portugal

	Contos
Na decada de 1796 a 1807 por anno, média	14:120
Na decada de 1807 a 1817 por anno, média	756

Reexportação de generos do Brazil por Lisboa

	Contos
Em 1806.....	5:600
Em 1819.....	1:600

Se compararmos as importações e exportações sommadas entre Portugal e Brazil na decada de 1796-1807 e no anno recente de 1874 (ainda sem attender á differença do valor da moeda) vemos quanto soffreu com a separação o nosso commercio maritimo. A mé-

dia annual no primeiro periodo é de 17:880 contos; a somma de 1874 é de 7:460 contos.

A historia que temos vindo estudando diz-nos pois, meus senhores, varias verdades. Diz-nos que á sombra de forças maritimas creámos o commercio maritimo com o Oriente. Diz-nos que, arruinado elle, achámos no *systema mercantil* pombalino e no Brazil novas fontes de prosperidade. Diz-nos finalmente que a India e o Brazil nos vieram das viagens e descobertas do seculo XV, e que essas viagens só foram possiveis porque a primeira dynastia, e especialmente D. Fernando, tinham creado uma marinha á sombra de uma legislação sábia.

Dos fructos d'essa marinha resta-nos ainda a Africa, e ha em muitos a esperança de que ella possa por seu turno occupar o logar que tiveram a India e o Brazil. Não toquemos esse ponto que nos levaria a divagações longas. Não podemos discutir isso, mas podemos affirmar que nos falta o primeiro elemento: navios. Sem marinha não ha colonias. Colonias servidas por marinhas estrangeiras são chimeras, não são colonias.

Não é difficil mostrar que não temos marinha digna d'esse nome quando observamos que o trafego dos nossos portos só em um quinto é servido pela bandeira nacional. Eis os numeros relativos ao anno de 1874:

			Somma	
Importação, navios port.	5:251			
» » estr.	21:021		Port.	10:325 $^1/_5$
Exportação, navios port.	5:077		Estr.	37:936 $^4/_5$
» » estr.	16:915			

É verdade que a tonelagem do movimento dos portos cresce; é verdade que em 1867 era de 1.213:000m³ e que em 1874 é de 3.111:000 — quasi o triplo; mas olhe qualquer para as bandeiras nas pôpas dos vapores, olhe para a quarta pagina dos jornaes, e conclua. Lisboa é um porto de refresco, um porto de escala. Eu pergunto se vem ao ilheo de rocha denominado S. Vicente, em Cabo-Verde, por passarem ahi os milhares de toneladas cubicas dos paquetes transatlanticos: se vem a esse porto a riqueza commercial correspondente. Não nos illudamos pois com o progresso dos movimentos dos portos, nem lhes exageremos o alcance. Lisboa é a muitos respeitos como S. Vicente.

A meu vêr, achamo-nos, salva a differença dos tempos, na situação do seculo XIV, quando os cruzados tomavam Lisboa por porto de escala. Os cruzados de hoje são os *steamers* que conduzem os nossos generos, os nossos emigrantes, porque nós não queremos, não sabemos ou não podemos exercer esse mistér. Pois não se dirá que sobra trabalho quando a classe média appella para as secretarias por empregos e as populações ruraes appellam para a emigração. Nem se dirá que, tendo gente, portos e uma localisação unica na Europa, não temos aptidões naturaes para marear. A legislação do seculo XIV fez o milagre: porque o não repetimos no seculo XIX — tanto mais, que repetil-o é o que estão fazendo as nações que pensam nos seus interesses?

Meus senhores, não ha serviço melhor do que o com-

mercio maritimo: o navio é o explorador do mundo; não ha industria superior á da construção naval que alimenta todas as outras, porque o navio é uma casa, uma cidade. A nossa marinha agonisa, os nossos estaleiros acabaram.

Se a vossa paciencia o permitte, eu lerei alguns numeros:

Annos	Navios	Capacidade m. c.	Cap. média
1870	21	2.813:669	134m3
1871	25	3.057:247	122,5
1872	26	3.208:415	123
1873	36	3.991:412	111
1874	47	3.475:574	74
1875	50	4.503:774	90

Cresce o numero de navios, não ha duvida; mas diminue a capacidade média. Cada vez os navios que se fazem são menores. Porque? porque só se construem hiates de cabotagem e barcos de descarga ou de pesca. Franqueie-se liberalmente — porque não? a cabotagem a todas as bandeiras, e vêr-se-ha como até esse fabrico desapparece.

Por que morre tudo? Porque tudo fica miseravelmente abandonado á sorte de uma concorrencia com os mais fortes. Porque a marinha de vapor bate a de vela, e para crear estaleiros de navios de ferro seria necessario fazer, *mutatis mutandis*, o mesmo que D. Fernando fez para crear os de navios de madeira. Por-

que em vez de se fazer o que se devia, se pratíca o inverso do que é racional e justo.

Das varias tentativas para introduzir na nossa marinha navios de ferro a vapor, mencionarei um caso authentico: é o da *União Mercantil,* companhia que installou a navegação a vapor para a Africa. O governo subsidiava-a com 75 contos de reis ao anno; os fretes não davam bastante; o capital nacional estava mal parado. Que se fez? Obrigou-se a companhia a fallir: para que? Para dar no dia seguinte o subsidio de 200 contos por serviço egual a uma sociedade ingleza que comprou em praça os vapores da companhia fallida.

Comprehendeis, não é assim? que de tal modo as coisas têm de ir mal. Como haverá navios, se não ha dockas? Como haverá estaleiros, se ainda em Lisboa se visita ao domingo o famoso dique d'esse arsenal que é uma secretaria encravada em secretarias?

Pensemos pois bem: ou nos resignamos a ser exclusivamente lavradores, conforme quer a theoria das aptidões naturaes, e conforme estabelecia o tratado do Methwen; ou queremos ser mais alguma coisa, e em tal caso é necessario proteger a marinha — proteger tudo a final! Quereis saber que logar occupamos, nós, a antiga nação da India, no rol das nações maritimas? Eu vol-o digo. O penultimo logar. Eis aqui a lista do *Bureau Veritas* para 1877-8:

Marinhas	Tonelagem, m³		
	De vela	De vapor	Total [1]
Ingleza	5.696:018	3.465:178	4.604:381
Americana do norte	2.075:832	609:101	1.024:267
Franceza	595:933	335:219	454:401
Allemã	814:674	253:667	416:602
Sueco-norueguezа	1.788:543	131:649	489:354
Italiana	963:625	84:421	277:146
Russa	413:932	104:702	184:980
Hespanhola	329:215	152:708	218:551
Hollandeza	365:367	116:149	189:229
Austriaca	246:006	83:786	132:987
Dinamarqueza	178:363	68:963	104:635
Grega	406:018	7:721	88:924
Americana do sul	96:732	50:779	70:123
Turca	53:853	27:629	38:399
Belga	11:275	38:591	40:846
Asiatica	19:381	36:270	40:146
Portugueza	103:105	16:678	37:299
Liberia e Tunisina	624	1:067	1:195

Eis ahi o miseravel estado a que chegamos. E nada parece que entendamos necessario fazer. E ao mesmo tempo, n'esta propria hora, os Estados-Unidos, a Al-

---

[1] Calculando-se em $^1/_5$ a efficacia de transporte da capacidade dos navios de vela perante os de vapor, calculamos no total só por $^1/_5$ os numeros da primeira columna para os sommar com os da segunda.

lemanha, a França, a Italia, apesar de occuparem os primeiros logares depois da Inglaterra, entendem indispensavel — o que? Precisamente o que nós fizemos no seculo XIV. A esse fomento da marinha devemos o que somos: quem sabe? talvez que, a não ter sido essa protecção, não estivessemos hoje fallando aqui em portuguez.

Meus senhores, que se pede, que se diz nos Estados-Unidos? Clama-se ahi contra as *navigation laws*, leis que sacrificaram a navegação á construcção naval, prohibindo o embandeiramento de navios estrangeiros. Nós lembramo-nos, não é assim? como o nosso rei D. Fernando soube conciliar as coisas. Os clamores são grandes na America contra o *statuo quo*. Não comprehendem, nem admittem ahi que as marinhas estrangeiras possam disputar á nacional o transporte dos productos. Em janeiro de 1879 entraram em Nova York 544 navios: d'esses eram 203 inglezes, de outras marinhas 190 e americanos só 151. Os americanos acham monstruoso que lhes caiba só a quarta parte do trafego: nós achamos natural ter apenas o quinto. Pedem-se ahi providencias; orça-se em cento e dez milhões de dollars o frete pago em dez annos ás marinhas estrangeiras. E, no congresso, o senador Blaine propoz o estabelecimento de premios de navegação para os navios de vapor construidos nos estaleiros dos Estados-Unidos.

Fallei dos Estados-Unidos; fallemos agora da Italia. Em 1867 o pessoal da marinha mercante italiana era de

170:816 individuos; em 1876 tinha subido a 208:631, isto é, augmentára 20 por 100. O material correspondente é este:

1865 — cap., m³	de vela	656.102	de vapor	22.136
1876 »	»	1.020.488	»	57.881

As construcções navaes foram:

Em 1865	58.140	m³
1866	70.022	»
1867	96.010	»
1876	87.691	»

E apesar de todo este progresso os armadores italianos queixam-se; fazem-se inqueritos, propõem-se leis analogas áquella que a França votou recentemente. Tambem a França se queixava de vêr que o seu trafego maritimo era em dois terços effectuado por estrangeiros (1875: 29 % em navios francezes; 71 % em navios estrangeiros) e os clamores foram taes e tantos que se tornou lei o projecto apresentado e que estabelece:

1.º Os premios de construcção, que são de facto um *drawback* dos direitos das materias-primas importadas. Esses premios são:

60 fr. por ton. de arqueação bruta para navios de ferro ou aço.

20 fr. por ton. de arqueação bruta para navios de madeira de mais de 200 ton.

10 fr. por ton. de arquação bruta para navios de madeira de menos de 200 ton.

40 fr. por ton. de arqueação bruta para navios mixtos.

12 fr. por ton. de machinas e apparelhos.

2.º A suppressão do direito de importação de navios construidos fóra de França.

3.º Os premios de armação ou navegação, a razão de 1.50 fr. por ton. e 100 milhas de percurso para os navios que sahem do estaleiro, baixando o premio por anno, fr. 0,075 para os de madeira e mixtos; e 0,05 para os de ferro.

4.º O augmento de 15 % sobre os premios quando os navios construidos forem préviamente approvados pelo ministerio da marinha.

5.º A requisição para o serviço do Estado em caso de guerra.

6.º O abono de 2 % dos premios ás tripulações.

7.º O transporte gratuito das correspondencias.

Eis ahi o que a França fez; eis a lei á sombra da qual singram hoje no mar novas linhas de vapores. Entre nós, nada, absolutamente nada se quer fazer. E, com effeito, não ha razão para nos queixarmos dos governos. Ouve alguem os armadores queixaram-se? Ouve alguem queixarem-se os maritimos? Eu não ouço, e creio que não tenho ouvidos maus. Porque será que ninguem se queixa? A razão é simples. Os maritimos emigram, somem-se, abandonam uma patria que não sabe dar-lhes os meios de ganhar a vida. E os

armadores liquidam, vendem, ou deixam de renovar o material destruido — e empregam melhor o seu dinheiro nos bancos e nas inscripções.

Julgue quem quizer as inevitaveis consequencias d'isto. Pense quem quizer nos remedios. Eu indiquei o que a historia, a nossa historia patenteia — indiquei-o na certeza de que não ha de ser seguido.

Por isso e por ser praxe, termino pois, meus senhores, agradecendo a vossa attenção e formulando as minhas conclusões:

1.ª Para a vitalidade de um povo geographicamente localisado como o portuguez, a marinha mercante é um instrumento indispensavel.

2.ª Dado o estado de quasi total ruina a que a portugueza chegou, só energicas medidas de protecção a poderão restaurar.

3.ª O typo d'essas medidas está na legislação do rei D. Fernando, accommodada ás idéas e usos do seculo, tal como mais ou menos a produzem as disposições proteccionistas das nações maritimas.

4.ª Será economicamente perdido tudo o que se fizer em beneficio das colonias rudimentares, se antes ou simultaneamente se não restaurar a marinha mercante nacional;

5.ª Até porque sem ella nunca haverá pessoal para a marinha de guerra, e sem forças navaes não se podem manter nem defender os estabelecimentos coloniaes.

6.ª A emigração de proletarios do Minho e princi-

palmente dos Açores mostra que á nação falta occupação para o trabalho de muitos braços; e nenhum trabalho seria economicamente mais remunerador do que o maritimo.

7.ª Mas a taxa corrente do juro e a absorpção de todos os capitaes moveis pela divida publica torna excessivo o premio que seria necessario offerecer para que o capital se empregasse na construcção e armação de navios;

8.ª Ao mesmo tempo que a falta de principios fixos governativos e a ausencia de reclamações particulares que obriguem os politicos a definirem-se, impede a acção decidida em gualquer sentido;

9.ª E ao mesmo tempo, finalmente, em que o thesouro onerado com uma divida que lhe absorve mais de metade das receitas, não póde ou não sabe como subsidiar a navegação, sem ir pedir impostos novos a um povo já sobrecarregado com tributos, além de excessivos em si, enormes quando comparados á somma de utilidades que representam.

Disse.

III

RELATORIOS DOS GOVERNADORES

das provincias de Cabo-Verde, S. Thomé e Principe, e Estado da India referidos ao anno de 1880

Lisboa, 1881. In-4.º de 296, 142 e 185 pag.

Felizmente para mim, este volume (que devo á offerta obsequiosa do illustre ex-governador de S. Thomé, o snr. Vicente Pinheiro) não trata da Africa continental.

Felizmente, digo, porque, se tratasse, ahi me ia achar embaraçado n'essa questão singular a que se chama das colonias, e que eu, salvo todo o respeito devido aos que a agitam, preferiria chamar das phantasias.

Ha quatro seculos, nós encontravamo-nos n'uma situação similhante á de hoje, por certos lados. Era quando o grande infante D. Henrique quebrava lanças pela *colonisação* (ao tempo dizia-se conquista) da Berberia, e o não menos grande infante D. Pedro, o das

*

Sete-partidas, objectava ser mau negocio trocar um bom capote por um mau capello.

O capote era o reino, o capello a Africa. O capote era o sólo continental pouco povoado, o capello o ultramarino. Desconfio que o sabio infante repetiria hoje. o conselho, se podesse ser ouvido nos debates em que se trata de « colonisar a Africa ». Resta saber tambem se ella, a Africa, sente falta de braços para o trabalho, e se os dos minhotos e açorianos vingariam trabalhando lá.

Ha quatro seculos, porém, vingou o parecer do infante D. Henrique, abandonou-se o de D. Pedro, e, se na Berberia perdemos tudo, ganhámos incomparavelmente mais, já na Asia que nos devorou, já na America onde fundamos uma patria portugueza.

Como? Exterminando os indios para os substituir por negros, estabelecendo um regime de trabalho forçado, implantando culturas exoticas, levantando fazendas, até que as minas vieram chamar para si todas as attenções e todas as forças.

Se o passado é capaz de servir para lição do futuro, desconfio que n'esta especie as indicações são obvias. Mandar colonos brancos por um continente que regorgita pretos parece uma politica singular.

Civilisar o negro é sem duvida sympathico, mas resta ainda saber se o negro é civilisavel, e se nós podemos dar-nos o luxo de civilisar o proximo. Sempre ouvi dizer que a caridade bem ordenada começa pela propria casa.

Patentear a Africa ao commercio europeu é sem duvida uma bella phrase, sonora, até retumbante: mas se nós não temos algodões para lhe vender! Policiarmos a Africa pelo prazer simples de dar garantias e de abrir o caminho ao inglez, seria sem duvida alguma nobre, digno e honroso: falta saber se é productivo e sensato.

As colonias não se têm para negocio, dizem. Para que se têm pois? Para apostolado? Os inglezes franqueiam tudo, pois sabem que em paizes povoados acham mercados para fazendas, e em paizes virgens albergue para a gente que tem de emigrar. Dá-se isto comnosco? Se tivessemos a India que lhe venderiamos? Se tivessemos a Australia de que nos serviria?

Sem industrias de exportação nem sobra de população (pois toda a que sae deveria induzir-se a ficar), as nossas Africas só serão nossas, sem jazerem na apathia em que vivem, quando, *mutatis mutandis*, se lhes fizer o que os nossos maiores fizeram ao Brazil. Se não houver um regime de trabalho mais ou menos forçado, capitaes empregados em fazendas de agricultura exotica, tropa sufficiente para manter a ordem e obras publicas necessarias, isto é, uma exploração á moda historica, as explorações *á la moda* darão tudo o que quizerem, mas não nos darão a nós um ceitil.

Exportação para o estrangeiro, importação de generos estrangeiros, em navios estrangeiros — ficar-nos-hão apenas os *empregos:* é essa a nossa ambição? Nas feitorias do Zaire, nas da Guiné, o commercio é

estrangeiro, mas os negociantes preferem caixeiros portuguezes que se entendem melhor com o negro. Já tenho ouvido gabar isto, como prova da nossa fortuna. Amanuenses pagos pelo governo, caixeiros pagos pelo commercio estranho, policias, e scribas — não me parece um brilhante futuro.

Felizmente, repito, eu não tenho de me occupar d'essas questões intrincadas por uma teia emmaranhada de interesses, ignorancias, tradições, preconceitos, illusões e vaidades — e agora até pela *sciencia*.

Os relatorios aqui presentes tratam apenas de colonias em condições particulares, estranhas á *civilisação da Africa*.

Estudal-os-hemos pois em monographias successivas.

1.

CABO-VERDE

O adjectivo « substancioso » vem quasi sempre aggregado ao substantivo « relatorio ». Eu não direi que o de Cabo-Verde não seja *substancioso*, mas digo que a substancia é um tanto semsabor.

Os dois casos mais interessantes do exercicio relatado são a applicação da verba de tres contos para a plantação e semeadura de purgueira, e as luctas do governador com a camara municipal da Ribeira Grande (Santo-Antão) que resolveu acabar com a illuminação publica.

Estes dois casos parecem-me excessivamente suggestivos. Se em Cabo-Verde se gastam tres contos plantando purgueira, porque se não gastariam trinta ou mais em Angola fomentando e protegendo as fazendas? A verba a dispender com as *estações civilisadoras* e com missionarios e mais empregados burocraticamente graduados em todas as sciencias e dogmas que introduzirão (ou não) na cabeça do preto, talvez se dispendesse melhor introduzindo sementes de algodão ou cacau no seio da terra.

Por outro lado, a sorte da villa da Ribeira Grande, que a sua camara deixa ás escuras, os periodos gravemente consagrados a este caso, e toda a somnolencia tambem grave e crepuscular do nosso relatorio, dão-me a impressão da vida apathica, da existencia monotona, d'essas ilhas portuguezas da Africa.

Estou-as d'aqui vendo a cabecear de indolencia aborrecida. Estou-as vendo como as aldeias do continente com a sua botica, onde o ar saturado do cheiro das tisanas é ainda por cima envenenado com o halito das intrigas. Embalsamado o pensamento e a vida em gazes tão deleterios, tudo coxeia, tudo se arrasta com aquella indifferença turca, aquelle *não tem duvida*, aquelle *deixa ir*, que symbolisam o nosso genio com phrases typicas.

Cabo-Verde, como todos sabem, é um archipelago em que as ilhas, de proporções muito variaveis, apresentam egualmente graves distancias na fecundidade do sólo. Dá-se ao conjuncto das dez ilhas habitadas a

área de 3:850 kil. quad., e orça-se a população em 85:000 habitantes, dos quaes apenas mil europeus. 20 a 25 habitantes por kilometro, eis a densidade média, muito irregularmente repartida.

Todas as ilhas são mais ou menos cultivadas, em todas a população pecuaria é mais ou menos abundante. O censo de 1880 accusa estes numeros:

Bois	20:031
Cavallos	3:207
Muares	529
Burros	18:973
Ovelhas	17:083
Cabras	89:402
Porcos	18:413

Vê-se que os burros pullulam. S. Nicolau e S. Thiago contam cada qual, só á sua parte, cerca de 6:000. Os caboverdianos devem andar pouco a pé. Ha um burro por quatro pessoas. O numero das cabras mostra o estado primitivo das lavouras; mas, se de 79 para 80 não houve quasi augmento no gado vaccum, e pequeno no suino, o accrescimo de 10 para 17 mil ovelhas é um bom indicio.

Dão purgueira: S. Thiago, o Fogo, S. Nicolau e a Brava; dão café: S. Thiago, Santo Antão, o Fogo e S. Vicente; são salinas, quasi sem exportação agricola: Boa-Vista, o Sal e Maio. O fabrico do assucar está quasi extincto; Santo Antão exporta aguardente de cana. Ensaiam-se as culturas de cacau e quina, iniciaram es-

trangeiros a pesca do coral e estrangeiros tambem mantém os depositos de carvão em S. Vicente para abastecimento dos vapores transatlanticos.

Para que se fórme uma idéa da importancia e da indole de cada uma das ilhas, eis aqui os elementos summarios do seu commercio de exportação:

S. Thiago:

Amendoa	2,7	contos
Café	15,5	»
Cera	2,5	»
Coral	16,8	»
Pelles	12,1	»
Purgueira	128	»
Urzella	1,6	»
Diversos	6,4	»
Somma	185,6	»

S. Vicente:

Café	1,0	contos
Pelles	2	»
Diversos	0,1	»
Somma	4	»

Santo Antão:

Café	44,7	contos
Aguardente	6,2	»
Assucar	0,9	»
Diversos	1	»
Somma	52,8	»

Fogo:

Café	2,5	contos
Purgueira	9,7	»
Milho	2,6	»
Diversos	1	»
Somma	15,8	»

S. Nicolau:

Pelles	1,1	contos
Purgueira	2	»
Diversos	0,1	»
Somma	3,2	»

Brava:

Pelles	0,3	contos
Purgueira	4,2	»
Urzella	0,5	»
Diversos	0,3	»
Somma	5,3	»

Sal, Boa-Vista e Maio:

Pelles	4,8	contos
Sal	25	»
Diversos	2,7	»
Somma	32,5	»

Vê-se d'estes algarismos que, não fallando na importancia dos depositos de carvão em S. Vicente, S. Thiago representa mais do que a somma de todos os outros santos e ilhas que o não são. A escala de importancia economica é pois esta:

1	S. Thiago	185
1	Santo Antão	52
1	Fogo	15
3	Sal, Boa-Vista e Maio	32
3	Brava, S. Nicolau e S. Vicente	12

297 contos é o total das exportações, nas quaes a purgueira representa metade e o café um quarto. As importações sommam 872 contos, dos quaes 437 são carvão para os depositos de S. Vicente.

Estudada assim a economia do archipelago, cumpre-nos comparar agora os numeros de 1880 com o dos annos immediatamente precedentes, para vêrmos se essa colonia progride e como progride.

O total do movimento commercial-maritimo de Cabo-Verde é representado por estes algarismos, nos annos successivos de:

1872-73	647	contos
1873-74	694	»
1874-75	810	»
1875-76	811	»
1879-80	1:169	»

Entre o primeiro e o ultimo exercicio, n'um periodo de oito annos, o augmento foi de 522 contos. Representará elle porém um desenvolvimento geral ou normal da riqueza do archipelago? É o que podemos apreciar analysando mais detidamente estes numeros.

O leitor viu que a ilha de S. Vicente vale tão pouco como agricultura que ainda em 1880 apenas exporta o valor de 4 contos de reis. Essa ilha, escalvada e esteril, era despovoada ou quasi, ainda ha quarenta annos. Foi em 1838 que ahi se fundou a povoação ou villa do Mindello, empreza de grande tomo « por não ter

a ilha agua potavel em abundancia e perto do porto, por ser quasi deserta», etc., como diz Lopes Lima nos seus *Ensaios estatisticos*. A sua prosperidade veiu da sua bahia — o porto grande, onde vão hoje abastecer-se de carvão os vapores de varias linhas transatlanticas. A sua riqueza provém da circumstancia da sua situação geographica.

Reconhecerá pois o leitor a necessidade de discriminarmos o movimento proprio de S. Vicente, se quizermos apreciar o desenvolvimento do commercio-maritimo natural da colonia. Procedendo assim, temos:

	S. Vicente	Outras ilhas
1872-73	54	593
1873-74	175	519
1874-75	300	510
1875-76	300 (?)	511
1879-80	581	588

Observamos pois que a somma do ultimo exercicio, excluindo S. Vicente, é ainda inferior á de oito annos atraz; e que todo o augmento do trafego, e mais ainda, veiu do porto-grande, cuja importancia decuplicou durante o mesmo periodo.

D'ahi se vê como a riqueza agraria e industrial do archipelago, depois de definhar desde 1872 até 1875, apenas agora principia a restaurar-se. Com effeito, ainda em 1873, Cabo-Verde exportou 340 toneladas de assucar e a exportação d'este genero, em 1880, foi de 19 apenas.

Os progressos das culturas da purgueira e do café só agora vão supprindo os *deficits* da producção do assucar.

Quem não vir em exemplos d'esta ordem, exemplos que não são excepcionaes, pelo contrario, a prova da apathia em que vivemos, diga-o para nossa edificação.

Eis ahi um grupo de ilhas, por isso mesmo isentas das questões de dominio e fronteiras, livres da concorrencia de visinhos pelo mesmo motivo, com uma população relativamente densa, com climas que aqui se adaptam ás culturas cerealiferas, além ás culturas exoticas; ilhas, e que por isso deviam ser centros de pescarias: eis ahi esse archipelago onde ha salinas porque as herdámos, onde é necessario que vão estrangeiros para que se pesque o coral, onde estrangeiros tambem descobriram e exploram o negocio do abastecimento dos navios transatlanticos.

Ha dois ou tres seculos, quando no golfo da Guiné a nossa ilha de S. Thomé representava um papel similhante, eram portuguezes quem lá estava.

N'esse archipelago de Cabo-Verde morreu a cultura da cana, diz o relatorio, porque na alfandega do continente o assucar da Madeira entra livre e o africano paga direitos. Singular administração, que não póde, ou não sabe, favorecer um ponto sem detrimento de outro!

Cumpria esclarecer com esta observação mais as que já fizeramos, para apreciar o grau de desenvolvi-

mento organico d'esta colonia. A sua prosperidade, podemos concluir, vem da escala dos navios atlanticos: abstrahindo d'esta circumstancia, e avaliando em si o fomento agricola, a sua riqueza é hoje inferior ao que era ha oito ou dez annos, pois só agora a purgueira e o café vão preenchendo os *deficits* da cultura da cana e fabrico do assucar.

Taes são as observações e conclusões que é licito inferir do texto do relatorio. Faço mais uma vez acto de pessimismo ? Não sei. Sinto que cumpro o dever de fallar verdade.

Entre as causas complexas da apathia dos nossos territorios coloniaes parece-me incontestavel ser uma d'ellas a sementeira de degredados que a justiça portugueza faz por toda a parte. Este proceder da nossa administração obedece apenas, creio eu, á rotina. Outr'ora colonisava-se com degredados, tinham-se até colonias com o fim de serem como que o vaso das immundicies sociaes repellidas pela justiça da mãe-patria. Essa tradição acabou; colonia de degredados é colonia condemnada á paralysia. Assim que n'um dos infinitos cantos do mundo onde tremula a bandeira britannica os inglezes são bastantes para terem voz, ouve-se logo um clamor pedindo que não vão para lá degredados.

Nós temos tanta ilha, tanto presidio, tantas *joias* na corôa dos nossos dominios ultramarinos, que não parece difficil escolher alguma d'essas prendas para engastar ahi, e só ahi, os assassinos e ladrões. São elles

tantos, em quatro milhões de homens que sommamos, tantos que não caibam n'um presidio isolado?

Eu disse que no archipelago haveria mil europeus: pois d'esses, em 1880, eram 143 degredados. E o singular, o que eu acho mais pittoresco, é ser S. Vicente o unico ponto da Africa portugueza onde não ha degredados. Porquê? porque assim o pediu e obteve a companhia ingleza do cabo submarino, quando ahi installou os seus escriptorios. Fizemos-lhe a ella, fizemos aos inglezes, o que não fazemos aos nossos.

Terminemos pois, louvando o governador que pede graça egual a favor dos portuguezes, e, despedindo-nos de Cabo-Verde, navegaremos durante a semana para S. Thomé.

2.

S. THOMÉ E PRINCIPE

No fundo do golfo de Guiné, como dependencia do governo das ilhas, está na costa o presidio de Ajudá, com o seu tenente commandante e governador do forte, dois furrieis, dois cabos, dois corneteiros e vinte e quatro soldados, mais um capellão indio.

Que fará essa gente por lá? O padre confessa o tenente de manhã, á noite jogam a bisca; os soldados guardam-se naturalmente uns aos outros, e os corneteiros soprarão pelo *canoro instrumento* a gloria do nosso dominio?

Esta *joia* custa por anno dois contos de reis em di-

nheiro, e o preço de trinta e dois homens vadios. Ajudá, não consta, não dá noticias de si, nem nas estatisticas do commercio, nem nos fastos do trabalho. É um *padrão* — na sua pureza, uma gloria, e dois corneteiros!

Nem sequer em S. Thomé se sabe o que elles tocam, o que elles fazem. As noticias da *joia* chegam á séde do governo por via de Liverpool duas vezes cada anno!

Ora esse pardieiro colonial talvez podesse utilisar-se. S. Thomé protesta, como Cabo-Verde, contra as remessas de degredados. «O systema de colonisar com degredados (diz o ex-governador) seguido por Portugal, desde as suas primeiras occupações até ao presente, tem como argumento de reprovação a longa historia das nossas colonias.» Os degredados põem má nota nos estabelecimentos ultramarinos. Com a sua excessiva mortalidade desacreditam de mais os climas, e com a sua moralidade condemnada lançam suspeitas sobre os cohabitantes.

E porque se não mandariam para Ajudá os degredados interromper os ocios dos trinta e dois vadios que lá mantemos? Não era isso melhor do que a projectada colonia penal do Principe, plano com que se condemnaria a irmã gemea de S. Thomé a um futuro esteril e triste, pondo uma nodoa obscura ao lado da mancha florida e viçosa da mais prospera e da mais portugueza de todas as nossas colonias?

Eis ahi o ponto em que eu discordo das opiniões

do relatorio que tenho perante mim. Para longe os degredados! Em tudo o resto, sinto um vivo e raro prazer applaudindo a um tempo o desenvolvimento normal, natural, progressivo, d'essa fazenda portugueza do mar da Guiné, e os actos, planos, idéas, opiniões e obras do seu ex-governador. D'este relatorio, sim, póde dizer-se que é, não sómente *substancioso*, mas de uma substancia vivificante. Positivo e pratico nos planos, o seu auctor mostra-se conhecedor das doutrinas; a uma lição geral profunda e varia junta um exame detalhado e minucioso dos casos especiaes.

«As ilhas de S. Thomé e Principe compõem o que se chama uma verdadeira *fazenda*, isto é, uma colonia de producção agricola destinada á exportação.» N'estas breves e veridicas palavras está o segredo da prosperidade de S. Thomé e o caracter *portuguez* do seu desenvolvimento. Unica no seu genero entre o numero relativamente vasto das nossas possessões, S. Thomé prospera sem se desnacionalisar, pelo caracter de *fazenda* que a exploração ahi tomou.

D'entre os varios typos de colonias é este o unico adequado ás nossas possessões tropicaes, onde, por sobre não poderem aclimar-se europeus (que de resto nós não podemos nem devemos exportar), não podemos tampouco estabelecer, com vantagem para nós, *feitorias* mercantis, pois não temos manufacturas para vender aos indigenas. O exemplo de S. Thomé seria a prova de uma doutrina corrente, se tal doutrina carecesse ainda de provas; devia ser uma lição

para a exploração de Angola, se nós fossemos capazes de esquecer por um pouco o phraseado vazio com que se embalam os simples, e os astutos os embalam a elles.

Portuguezes donos de roças, negros *serviçaes* trabalhando-as, culturas de exportação — uma fazenda, como o foi o nosso Brazil do norte, salvo a escravidão á antiga: eis ahi S. Thomé, eis ahi o unico typo de colonias proficuas para nações pobres, pequenas e pouco povoadas.

Ao passo que no commercio de Angola (colonia que oscilla entre o typo da feitoria e o da fazenda) nós portuguezes não temos mais de 13 ou 15 por 100 do total, em S. Thomé as relações com a metropole são quasi exclusivas. Assim vemos, no exercicio de 79-80, sommar o commercio total 910 contos de reis, e ser a parte nacional de 884.

Todavia, a nossa cegueira nem perante similhantes factos se corrige. A mania da symetria, o delirio do cosmopolitismo, não se contentam com impedir o desenvolvimento da riqueza nacionalisada — vão ao ponto de querer supprimil-a onde existe. «A razão d'este facto (diz o relatorio, referindo-se ás relações metropolitanas da colonia) está nos direitos differenciaes. Abolir esses direitos é ferir mortalmente a navegação nacional, tão decahida e abatida, e por isso convém, sob esta ou aquella fórma, sustental-os. A desnacionalisação do commercio traria á metropole grandes perdas. Diminuir consideravelmente os direitos aduanei-

ros, cerceando a unica fonte de recursos, de que por emquanto vive S. Thomé, é grave. Como colonia-fazenda, os seus productos agricolas não fugirão nunca ás alfandegas, como succede nas outras, em que se corre o risco das pautas afugentarem dos nossos portos o commercio do interior, feito pela multidão das caravanas indigenas. O exemplo do Ambriz é frizante, conhecido e recente. »

Mas esse exemplo não colhe para S. Thomé, colonia-fazenda e não feitoria, colonia de agricultura e não de commercio: diz o ex-governador com todo o fundamento. Reformar a pauta actual é necessario, accrescenta; identifical-a com a de Angola é absurdo, pois são constitucional-economicamente diversas as duas colonias. Receio que o gostinho symetrico da burocracia e o furor de *liberdade* — ó pobre palavra, que tombos levas! — da nossa administração possam mais do que o bom-senso e a razão, os factos e as boas doutrinas. Baterão palmas quando virem o commercio de S. Thomé nas mãos de casas estrangeiras, como o de Angola e o da Guiné, e o de Moçambique, e todos, por toda a parte!

Pasmados diante dos algarismos, não repararão que esses numeros denominam a riqueza alheia, e acreditarão ingenuamente haver enriquecido quando apenas largaram de mão a riqueza que tinham, e sem a saber fomentar, nem ao menos a souberam guardar! E, afflictos, estranharão depois que os portuguezes não tenham que fazer, nem meios de viver fóra

das secretarias! Se todas as occupações as confiastes a forasteiros!...

Tornemos a S. Thomé.

Essa ilhasinha ainda é portugueza. E como portugueza vive e se engrandece. O progresso das exportações attesta o desenvolvimento das culturas. Em 1873 exportava 1:057 toneladas de café, em 1876 exportava 1:558, e em 1879 attingia 1:718. No cacau o progresso é maior ainda:

1870	223	toneladas
1873	384	»
1876	489	»
1879	830	»

E café e cacau representam a quasi totalidade das exportações:

Café	344	contos
Cacau	130	»
Diversos	24	»
Total em 1879-1880	498	»

Em dez annos, pois, póde dizer-se que a producção da ilha duplicou, se não é mais. Em seis annos, a contar do do relatorio (1880), diz o ex-governador, a producção será o dobro da que é hoje, porque todos os dias se desbravam terrenos, se fazem plantações no-

vas. E, para prevenir as alternativas e crises com que as crises do commercio umas vezes, outras vezes um flagello, açoitam as colonias de culturas exoticas exclusivas, em S. Thomé, ao lado do café e do cacau, inicia-se a plantação das chinchonas e das baunilhas. Confiar a sorte de uma fazenda a uma cultura unica é sempre perigoso. Variar as producções é todavia acaso menos urgente do que confiar a administração a mãos habeis. O governador de uma colonia como S. Thomé devia ser especialmente habilitado em agronomia tropical. Na Renascença, os grandes homens que os nossos reis mandavam á India reger as feitorias espalhadas por todos os littoraes, eram soldados, mas eram ao mesmo tempo caixeiros. D. Francisco de Almeida sabia tanto da arte da guerra como do negocio da pimenta, e as suas correspondencias com o rei tratam mais ainda de commercio do que de conquista e religião. Eram praticos esses homens.

Não o eram menos os que iam aos Açores e ao Brazil crear nas capitanias concedidas pela corôa as fazendas que tanto prosperaram. Sob formulas feudaes, esses precursores dos *governadores* da monarchia pura iam como colonos, como arroteadores, á frente da gente engajada e dos escravos, lavrar as terras bravias e pingues. As formulas mudaram, mas as coisas são as mesmas porque são eternas.

Hoje o governo não lavra nem semeia, mas n'uma fazenda colonial é mister que a administração esteja ao lado do fazendeiro, para o incitar, para o dirigir.

Quem ha de mostrar-lhe a necessidade de plantar quinas ou baunilhas quando elle, satisfeito, enriquece com o café e o cacau? Quem proverá aos meios de obter os braços necessarios? quem ao regime do trabalho? Diante d'este systema de perguntas é ocioso esperar as respostas do dogmatismo *liberal* destruidor de tudo o que é razoavel e pratico.

O papel de iniciador que em toda a parte compete ao estado, compete-lhe de um modo singularmente grave nas colonias-fazendas. A esse papel junta-se o de administrador, e n'esta especie o relatorio de que vimos fallando não faz excepção no côro de confissões deploraveis que por toda a parte se ouve.

Uma centralisação absurda faz depender de Lisboa a decisão de casos minimos; a mania da symetria liberal applica a S. Thomé leis do reino, absurdas por inadequadas, leis modificadas, ampliadas, suspensas, restringidas, alteradas, rectificadas a cada instante, dando de si a belleza de um cahos; o typo dos orçamentos obriga a que se computem em 6 despezas que se sabe hão de attingir 30 contos e mais; em Lisboa esquecem-se de approvar os orçamentos coloniaes, e S. Thomé «desde 1875 não recebe orçamento approvado.» Que farão tantos conselheiros e funccionarios graves no angulo occidental do Terreiro do Paço?

Depois, a metropole não satisfeita com o negar qualquer subsidio a S. Thomé — tudo é pouco para a civilisação da Africa! — ainda de um magro orçamento de 135 contos, integralmente pago pela colonia, lhe ti-

ra uns 9 %, uns 12 contos para Angola. «Como base de toda a reforma, diz o ex-governador, julgo como a primeira necessidade organica a satisfazer o permittir-se ás colonias o regularem ellas proprias os seus orçamentos.»

Outra singularidade da administração em S. Thomé está no systema da occupação das terras. Diz assim o relatorio:

«Os titulos de propriedade são d'esta fórma: frente, tantas varas para o mar ou para o visinho tal, com fundos até ao mar da contra-costa, ou até ao primeiro visinho seguindo um certo rumo... De modo que, tendo a ilha uma configuração ellyptica, todos os proprietarios que não têm ainda hoje as suas roças completamente cultivadas e rodeadas de visinhos têm direito, mais ou menos, a toda a ilha por cultivar.»

Posse dos baldios, continúa o relatorio, nunca se tomou por parte do Estado, e, no regime da anarchia espontanea, «a propriedade particular constitue-se nas bases menos definidas, mais originaes e phantasticas que é possivel imaginar.» Não são, todavia, tão originaes esses casos. Na occupação dos terrenos coloniaes as concessões tomaram sempre como referencia a costa, porque o interior invio não tinha ainda valor. Assim, o Brazil foi de dez ou doze donatarios; assim, na esphera da soberania politica destacada do direito civil de propriedade, nós pretendemos ainda que o dominio do littoral africano nos dê um direito illimitado ás regiões sertanejas do interior.

Emquanto a agricultura se não desenvolveu em S. Thomé, nota com toda a verdade o illustre ex-governador, bem iam as coisas; mas hoje levantam-se de tal estado inconvenientes graves. Não só o proprietario usurpa a terra vaga, defraudando assim o estado de um dominio que podia e devia traduzir-se em provento, como entre os proprios donos de terras ha indecisão no direito de posse por haver indeterminação nos limites.

A estas circumstancias reune-se o facto das roças do estado para completar o systema das questões agrarias de S. Thomé. Essas propriedades nacionaes, originadas em doações e expropriações, representam, ao que parece, o melhor de 160 contos de reis, que não produzem mais de 1 a 1,5 por 100 de rendimento.

Perante condições taes, o relatorio propõe as soluções obvias e sensatas: levantamento de um cadastro, já com o fim de delimitar e assegurar as propriedades particulares, já para que o estado possa revindicar os baldios; organisação de um systema de concessões d'esses baldios; e finalmente venda das propriedades ou roças da fazenda nacional.

Se a questão das terras é grave, não o é menos a dos braços. O regime de uma colonia-fazenda prende-se immediatamente com o do trabalho braçal. E em S. Thomé junta-se a este problema o da immigração d'esses braços, pois que a ilha os não tem em quantidade sufficiente. Abundam, todavia, nas visinhanças; abundam em toda a costa da Guiné, abundam em Angola.

A nossa Africa occidental é o viveiro de gente, onde S. Thomé recruta serviçaes. Vém tambem da Liberia, vém da costa de Kru, mas o guiné krumano, expirado o prazo do contracto, formado o peculio necessario para a compra de mulheres no seu sertão, regressa á vida livre selvagem, ao passo que o angola fica e renova o contracto primitivo.

Quanto custa em S. Thomé um angola? 53$411 reis ao anno, entrando n'esta quantia 11$111 reis, annuidade de amortisação da passagem. 42$300 reis ao anno entre salario e sustento, ou 115 reis por dia — eis ahi o preço de um trabalhador negro transportado a S. Thomé.

Não se deve crêr, pois, que esse trabalhador, na propria casa, na propria Angola, trabalhará por 100 ou 80 reis cada dia? Indubitavelmente. E, se ha gente para emigrar, não prova isto que sobra no logar d'onde emigra? Meditem n'isto os que diariamente prégam a emigração do nosso proletariado rural açoriano, ou minhoto, para essa Angola onde superabundam braços de pretos a 100 ou 80 reis por dia.

Em Angola, como em S. Thomé, o papel do branco, o nosso papel de portuguezes como colonos, não é trabalhar braçalmente, é fazer trabalhar os braços dos negros. S. Thomé prospera, porque é uma fazenda, porque os portuguezes são ahi fazendeiros, donos de roças lavradas por negros. Angola, onde cada dia nos foge mais o commercio externo, pois não temos manufacturas para vender ao indigena, só póde vir a pros-

perar sem se desnacionalisar, se as attenções e cuidados se voltarem para o desenvolvimento agricola, para a definição do typo da fazenda, abandonando a tradição historica da feitoria de outras éras.

Só isto parece pratico, só isto fecundo. Poderemos desquitar-nos de chimeras? Saberemos deixar de preferir as phrases aos raciocinios? as formulas ás observações? os devaneios á realidade? Se todos olhassem com os olhos do nosso ex-governador, « os que actualmente trabalham pela propaganda civilisadora da Nova Africa, sonhada no remanso dos gabinètes de ambiente puro! » se fossemos capazes de espirito pratico, haviamos de reconhecer que o unico futuro possivel para os nossos dominios africanos é esse typo historico da fazenda patriarchal.

Missionar é excellente, mas é positivo que o trabalho é o melhor missionario. O dogma da Trindade na cabeça de um negro emparvece-o — como ás creanças o decorar o catecismo. Esses processos do ensino jesuitico, hoje alliados ao pharisaismo scientifico, são puros devaneios burocraticos. Tanto vale a theoria do calor como o dogma da transubstanciação — theoria e dogma é uma boa enxada! Em vez de um mestre e um padre, prefiro um capataz habil. Poucas palavras e farta ração á noite, ao recolher da roça.

Os plantadores de S. Thomé parece serem boa gente, protectora dos negros; a prova está em que estes se não recusam a renovar os contractos. Ora eis ahi onde a auctoridade deve ser vigilante, perspicaz e

energica. O trabalho póde ser forçado (não o é elle sempre para o proletario?) mas não se segue d'ahi que os negros se reduzam á condição de bestas. Prégar-lhes alguns sermões, n'um tom popular, infantil, adequado a esses menores da familia humana, é tambem excellente. Baptisal-os não será mau; imaginarão com isso subir de posto. Todavia os fazendeiros não parece ligarem grande apreço á ceremonia. Um padre instava com o dono de Monte-Café para mandar baptisar os seus negros, e elle respondia com um ar bondoso e bonacheirão: «Sim senhor, um domingo lá mando tudo!» Não nos diz o relatorio se com effeito foram.

3.

O ESTADO DA INDIA

Que impressões haverá no espirito do funccionario de hoje ao desembarcar nos caes de Goa, vendo-se o successor dos antigos vice-reis? Vagueará por sobre o estendal das marinhas evaporando a agua, em fórmas nebulosas, em sombras transparentes, ondeando no fundo azul do ceu, o phantasma do *terribil* Albuquerque?

Se eu fosse digno de servir de algum modo a minha terra, se fosse «homem do meu paiz», sorrir-me-hia a idéa de ir de governador até á India, a vêr como nos cae nos hombros a successão do grande heroe de ha tres seculos... Desconfio que os hombros me ficariam

derreados, e que pela calada de uma noite quente o espectro do vice-rei me havia de apparecer com os anathemas fulminantes dos assassinados quando surgem á mente dos homicidas.

Nós matámol-o; nós matámos a tradição dos nossos feitos, assassinámos a punhaladas de vileza a estatua da nossa gloria épica. Miseros, mesquinhos, descendemos apenas dos chatins que a vara de D. João de Castro não pôde fustigar; d'esses chatins prolificos, activos, insaciaveis, que roeram tudo, e a nossa India historica, o nosso poder, o nosso dominio, a nossa administração, pouco a pouco se foram sumindo a pedaços, esfrangalhando-se, dissipando-se, até ficarem em zero...

Este zero não é meu: é do relatorio do nobre ex-governador. Succede-me a cada instante deparar documentos e confissões que excedem tudo quanto o meu negregado pessimismo podia inventar, de modo que ás vezes fico scismando se, ao inverso das accusações que me fazem, não serei eu o optimista! Quem sabe? Os symptomas de condemnação e desesperança brotam de tantos lados!

«Nos paizes bem administrados, diz o nosso relatorio, não se conhece instituição ou tribunal que aqui não esteja representado com a sua competente dotação no orçamento do estado; mas o producto util de todos estes elementos de ordem, de organisação e de governo, é completamente nullo e póde representar-se por um ZERO.» Fique pois o zero a quem pertence.

Zero é a administração, zero o exercito descripto quasi picarescamente, zero o governador de Diu que não manda o relatorio annual por se achar *moralmente* incommodado, zero a alfandega onde os empregados vencem por anno o equivalente de um mez de vencimentos dos empregados das alfandegas inglezas visinhas; tudo era zero antes do tratado de 26 de dezembro de 1878 — agora é menos, pois esse dominio que ainda havia reduziu-se ás proporções de uma ficção, e nós pagamos á nossa gente com o ordenado que o inglez nos dá cada anno.

Eu bem sei quanto isto é humilhante e duro de tragar; mas força é reconhecer que é pratico e natural. Se toda a nossa capacidade sommada produzia zero, que valores podiam sahir da nossa actividade? Por isso a India, passada ao inglez por um tratado de venda simulada a longo prazo, foi muito bem vendida.

Nem podia deixar de ser assim. Administrativa e economicamente, a India portugueza era um tropeço no desenvolvimento do imperio oriental inglez. Por um lado, fechava uma porta maritima á rêde dos caminhos de ferro do Industão; por outro, era o vasto emporio do contrabando do sal. Em Macau vivemos do imposto do jogo; na India viviamos do lucro da introducção fraudulenta do sal das marinhas de Goa, negocio tanto mais rendoso, quanto o sal, estancado na India ingleza, está sujeito a uma taxa exorbitante.

De taes causas nasceu o tratado de 26 de dezembro de 1878, que creou « um modo de ser novo para

esta administração, e não absolutamente despido de embaraços e difficuldades.»

Esse tratado do sal pareceu, com effeito, salgado ao indigena. Ai dos lucros do contrabando! clamavam os marnotos. E o povo, calculando o preço d'esse genero até ahi quasi gratuito, protestava, em canções, em epigrammas, em pasquins, em caricaturas — innocentes protestos que estão para as sangrentas represalias do tempo do Hidalcão, como a estatura dos Albuquerques está para a nossa.

O sal era gratuito; nenhum dono de marinha levava a mal que os pobres fossem buscar ás pilhas o necessario para a panella; e o sal que se vendia pagava-se a 180 reis o *maund*. Com o tratado cada *maund* vale 1$200 reis dentro do limite concedido de 14 arrateis por cabeça, e 3$600 reis além d'esse limite, onerado, como está, com o tributo britannico.

Com effeito, o estanco do sal abrange os dominios portuguezes, e os inglezes cobram imposto no logar onde foi a velha Troya das nossas Indias da Renascença. Chorae lagrimas salgadas, ó descendentes da gente forte!

Não me convém, todavia, o papel de Jeremias do sal; mas, se Goa e toda a India portugueza deviam ser vendidas, não se poderia acaso obter melhores termos? Acceitámos a fiscalisação ingleza; sujeitámos os 400:000 indigenas á dura lei britannica; unificámos as pautas das nossas alfandegas, identificando-as ás do imperio visinho; instituimos o abkari para unificar-

mos e identificarmos tambem o imposto de consumo; creámos o pessoal dos novos estancos; *inglezámos* todo o regime fiscal, n'uma palavra. Em troco, a Inglaterra dá-nos o ordenado de 150 ou 180 contos por anno.

Basta? Não parece; porque esse ordenado a pouco mais chega do que a cobrir o *deficit* que as reformas introduziram nas finanças do estado da India.

O relatorio calcula assim:

Augmentou o producto do abkari	131	contos
Idem o da venda do sal.....	47	»
	178	»
Diminuiu a receita das alfandegas	208	»
Deficit.....	30	»
Augmentou a despeza no commissariado do sal e abkari.....	76	»
Deficit total.....	106	»

Ora, quando nos lembramos de que os empregados fiscaes vencem por anno o que os inglezes visinhos vencem ao mez, havemos de concordar que o *deficit* real seria muito superior se os serviços fossem convenientemente remunerados.

Mantendo-se a administração n'aquelle estado pitto-

resco equivalente a zero, d'aqui por umas dezenas de annos de quem será a India? Duvido muito que ainda seja nossa; receio assás que, em logar do zero, o inglez colloque o algarismo mais elevado da série arithmetica — um nove — tirando a prova, reduzindo-nos a *nada*.

« *Pulvis es, et in pulverem reverteris!* » És pó e em pó te has de tornar! És zero e vêr-te-has reduzido a um nada — ó velha sombra do imperio lusitano do Oriente, evaporada no passado como a agua das marinhas em que acabaste feito contrabandista!

Encastoado nas garras aduncas do leão britannico assentes sobre a peninsula inteira, desde o Himalaya até Comori, desde Cambaya até á foz do Ganges, eras como um parasita no corpo de um colosso: embaraçavas-lhe os movimentos, prejudicavas-lhe a circulação, envenenando-o com o teu sal de contrabando. Pensavas acaso poder viver essa vida de emprestimo? essa existencia tambem de contrabando?

Depois de te tornares ridicula com as tuas sedições de quartel, exhalaste o ultimo suspiro nas tuas pasquinadas, para que o commissario britannico te atirasse á cara com o papel insolente que o relatorio, por um resto de pudor louvavel, transcreve, sim, mas em inglez.

De modo que a India foi-se-nos.

Perdemos muito? Não; não perdemos nada, porque ella já era um zero, sombra ou padrão somnambulo de um passado irremediavelmente transacto: pouco

importa que a disfructe o inglez. Os indigenas ganharão com isso, e nós nada perderemos. Para padrão, joia, monumento, ou o que quizerem, basta que nominalmente continue a ser portugueza. Assim tambem ainda Tunis é do bey apesar de ser franceza, e o Egypto do khediva apesar de ser do inglez. Os nossos governadores desempenharão como phantasmas o papel de beys ou khedivas da Goa que foi portugueza, da Goa inglezada, recebendo o ordenado britannico.

Eu não contesto a opportunidade, nem a utilidade do tratado: sómente acho que, se a apertassemos bem, a Inglaterra sempre teria dado um poucochinho mais. Se me queixo de alguma coisa, é sómente d'isto, pois, quanto ao resto, uma colonia isolada, só, sem relações commerciaes com a metropole, dava-nos apenas a utilidade de um certo numero de logares para os pretendentes a empregos. Ora desde que na combinação de 1878 se manteve o *staff* portuguez da colonia, é claro que nos deixaram a sua unica vantagem positiva actual.

Com effeito, as relações commerciaes da India com Portugal tinham desapparecido ha largos annos. Quando D. Sebastião, á maneira dos imperadores dos velhos tempos, dividiu em dois pelo Cabo da Boa Esperança os dominios ultramarinos, as nossas possessões indianas compozeram com as feitorias da costa oriental africana uma das metades do imperio portuguez.

Essa metade oriental apresentou por seculos uma intimidade de relações consideravel. Os indios portu-

guezes vinham explorar Moçambique, e nas duas costas fronteiras do oceano anterior da India havia reciprocidade de relações. Como recordação d'esse passado, resta ainda o dominio ecclesiastico da egreja de Goa sobre a provincia de Moçambique.

Mas resta isso apenas. Desviou-se para outros destinos o commercio, obliteraram-se as relações, isolaram-se as colonias. Moçambique passou a corresponder com a Europa, com a França principalmente, por Suez a Marselha; ao passo que a India, exclusivamente occupada com o sal, passou a viver á custa do contrabando nos dominios inglezes.

Desnacionalisadas, desportuguezadas ambas, isoladas entre si, a Africa foi ainda por muito tempo um viveiro de escravos, e a India, enkystada, petrificou sob a fórma de um calhau — a fórma ellyptica do zero! Era quasi meio milhão de habitantes, denunciando a sua degeneração como indios no seio de uma segunda degeneração como portuguezes. Era uma nodoa de archaismo e vetustez encravada no corpo vigoroso do imperio britannico. Industrias não havia já: todas as industrias historicas tinham morrido perante a concorrencia do contrabando e do sal. Os direitos de importação dos artigos necessarios á vida salariavam a administração, sem intento nem motivo de proteger um trabalho que não existia. Os alimentos eram caros, mas o contrabando activo dava para isso e para mais. Encerrada no seu cinto de alfandegas, a nossa India regia-se ainda pelos regulamentos de 1774 dados pelo

marquez de Pombal, quando o tratado de ha quatro annos veiu unificar o systema fiscal e aduaneiro identificando-o ao da India ingleza.

Estas observações breves bastam, creio eu, para que o leitor considere a sangue frio a justiça com que julgámos a transformação actual da quasi ex-nossa colonia. O novo regime chamal-a-ha sem duvida a uma vida nova, mas essa vida nova será ingleza, não será portugueza. É verdade que não cedemos a posse nem o dominio, mas cedemos a autonomia de facto, subordinando a nossa administração a um typo estranho que nos não seria dado alterar, ainda quando surgissem motivos para o fazer.

Ora o facto é que taes motivos são inconcebiveis por mais de uma razão. Restaurar relações commerciaes entre Lisboa e Goa é idéa que só poderia passar por um cerebro desvairado; e se a nossa India tem de conglobar-se na ingleza, embora nos fique a sombra de um dominio, seria demasiado pretencioso suppôr que nós podessemos empregar melhores meios administrativos do que os inglezes.

Ingleza seja pois; ingleza será sem duvida n'um periodo mais ou menos breve. Não é de hoje que esse retalho de terra portugueza aguça a cubiça dos nossos alliados; já em 37 ou 38 nos ameaçavam com a occupação se não pagassemos uns tantos mil contos, que se pagaram com effeito.

Patriotismo á parte, é necessario, em conclusão, reconhecer que, a bem dos 400 mil indios collocados sob

a nossa tutela cachetica, a solução de 1878 foi a melhor. Sob o ponto de vista de metropole todavia — quem sabe? — talvez o inglez tivesse dado mais.

Eis ahi, repito, onde me parece coxear o tratado de 1878. Parecem-me poucochinho, francamente, os taes 150 contos ao anno. Desconfio que se, insistindo como os mendigos teimosos, nos tivessemos pendurado ás abas da casaca da nossa alliada, acaso obtivessemos uns cobres a mais. Será duro, sem duvida, se, ao cabo de annuir a tudo, nós, os quatro milhões de portuguezes da Europa, tivermos de contribuir do nosso bolso para servir os interesses e fazer o gosto á Inglaterra.

Fora d'isso, tudo o mais é razoavel e pratico. Pois, se a India nas nossas mãos era um zero, com que direito nos arrogariamos a pretenção de impedir que a valoriassem? No nosso tempo, quem não póde arreia — como o povo diz. Na concorrencia activa para explorar um planeta de que somos concessionarios, surge um principio pratico, embora duro, que authorisa a expropriação, como a utilidade publica a authorisa no fôro do direito civil.

A sorte acabou de todo com o nosso dominio oriental. Goa restava, como a Roma dos papas na Edade Média, padrão do imperio dissolvido. Os papas perderam Roma; o italiano assentou ahi a sua capital, e, como um papa n'um Vaticano arruinado, assim ficarão os nossos viso-reis de hoje com o inglez ao lado.

Mas nem por ter cahido o poder dos papas se sumiu a lembrança de Gregorio VII — um Albuquerque

mitrado, cuja sombra phantastica paira ainda sobre a nova cidade, como a sombra do heroe terribil pairará sempre sobre os mares de que elle foi *o leão*.

É que as cidades cahem em ruinas, e as nações passam; mas não cae nem passa a memoria dos que praticaram algum dia acções dignas de serem contadas!

INDICE

PRIMEIRA PARTE

POLITICA

I. Questões de politica positiva..... 3
II. Lista multipla e voto uninominal..... 63
III. O socialismo contemporaneo..... 71

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA METROPOLITANA

I. O tratado de commercio com a França..... 89
II. Estatistica de Portugal..... 111
III. O Banco dos Pobres..... 177

TERCEIRA PARTE

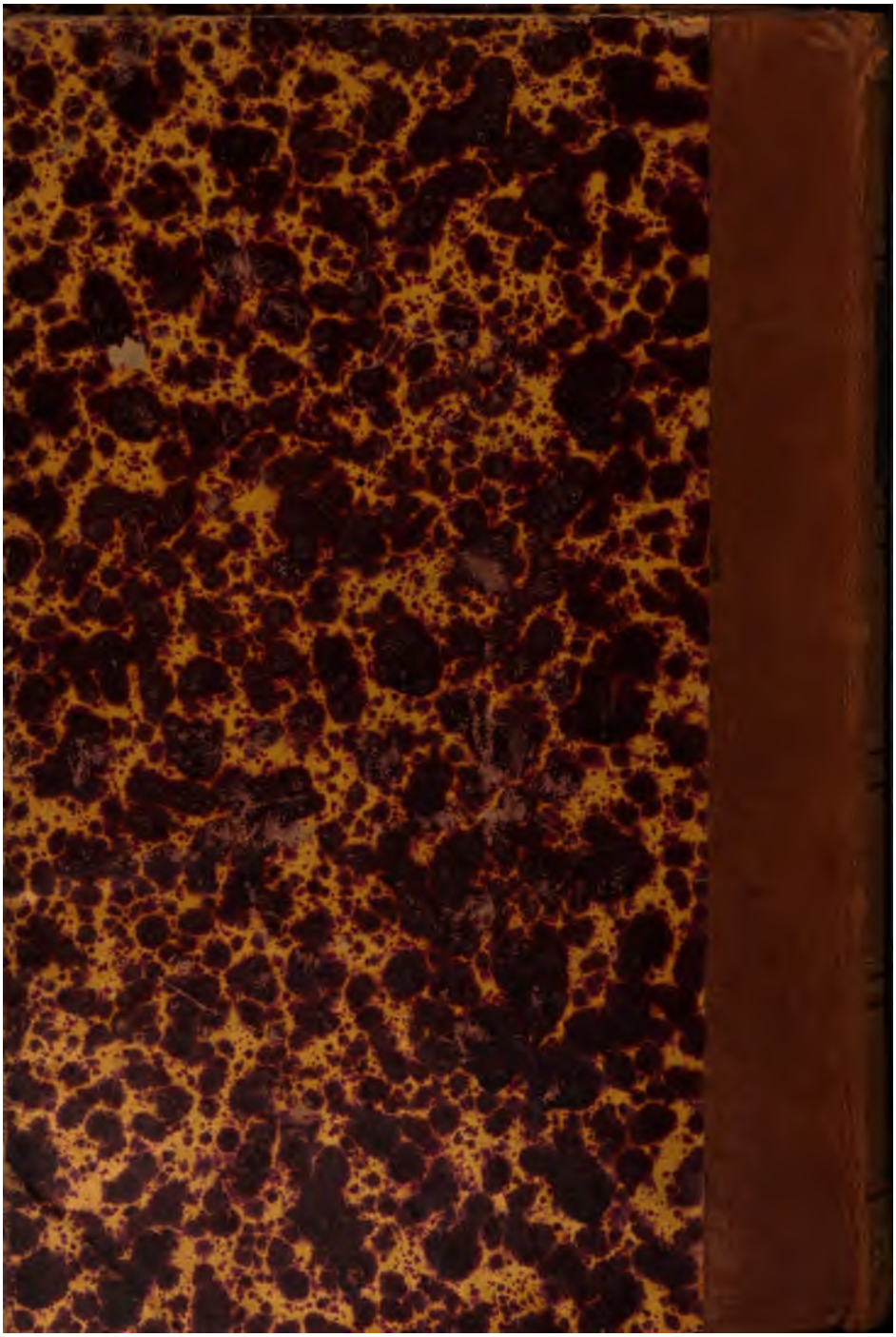
MARINHA E COLONIAS

I. Requerimento dos póveiros..... 191
II. O commercio maritimo portuguez..... 203
III. Relatorios dos governadores do Ultramar..... 243

DP 662 .O5
Politica e economia nacional /
Stanford University Libraries
3 6105 041 470 019

DP
662
O5

Stanford University Libraries
Stanford, California

Return this book on or before date due.

JUL 3 0 1994